

ECONOMIA SOLIDÁRIA

VOLUME 1

ÍNDICE

AS RAÍZES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU APARECIMENTO NO BRASIL.....	4
Introdução	4
As diversas ondas de economia solidária na Europa	5
A origem dos conceitos. Quais as terminologias usadas?	7
Origem do pensamento sobre a economia solidária no Brasil	10
Referências Bibliográficas.....	15
A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	18
Um Debate Teórico e Político	18
As Grandes Categorias Econômicas de K. Marx	20
Uma Forma Social Solidária de Produção?	25
A Temporalidade Longa das Transições.....	28
Uma Economia do Trabalho em Perspectiva.....	32
Referências Bibliográficas.....	38
INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES: UMA ALTERNATIVA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	41
1. Introdução	41
2. Mercado de trabalho excludente e a formação de cooperativas	42
3. Origem do cooperativismo: internacional e nacional.....	46
4. Criação e implementação das cooperativas populares como alternativa à precarização do trabalho.....	49
4.1. Estruturação de uma cooperativa popular na periferia de São Carlos: a Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga - CoopLimp	53
4. 2. Demais atuações da Incubadora e suas perspectivas	57
5. Considerações finais.....	58
Referências bibliográficas	59
AUTOGESTÃO NO BRASIL: A VIABILIDADE ECONÔMICA DE EMPRESAS GERIDAS POR TRABALHADORES	61
Introdução	61
Experiências de Autogestão no Brasil Contemporâneo : Teoria e Prática....	64
Eficiência Econômica das Empresas de Autogestão	68
Políticas Públicas Brasileiras para Economia Popular Solidária	70
Conclusões	73
Referências Bibliográficas.....	74
ECONOMIA POPULAR , SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NESTE NOVO CENÁRIO (TENDO COMO PERSPECTIVA A ATUAÇÃO DA UFRGS)	76
Economia Popular e Solidária.....	77
Autogestão	80
Educação de Adultos	83
Atuação da UFRGS	85
Reflexões sobre este Caminho	88
Referências Bibliográficas.....	88
ECONOMIA SOLIDÁRIA – RELATO DE EXPERIÊNCIAS NO PARANÁ	90
Introdução	90
1. Rede Sol	90
2. Feira da Solidariedade	91

3. Rede de Colaboração Solidária	93
4. Rede Solidarietà.....	96
Perspectivas	97
MOEDA SOCIAL E A CIRCULAÇÃO DAS RIQUEZAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	98
Apresentação.....	98
Breve retrospecto do uso do dinheiro	100
As moedas alternativas.....	102
A moeda livre nos anos 1930	103
A moeda livre dos anos 1980	104
Moedas Paralelas	106
A moeda social da Rede Global de Troca.....	109
Considerações Finais.....	114
Referências Bibliográficas.....	116
UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	118
Duas experiências em políticas públicas de apoio à economia solidária....	118
1. O Rio Grande do Sul.....	118
2. O Município de São Paulo	121
Estado e economia solidária	122
Duas visões sobre um mesmo problema	124
Duas estratégias incompletas	126
Elementos para uma estratégia eficaz de política pública em economia solidária.....	128
Os Objetivos Perseguidos.....	128
Um Método Adequado	129
A demanda a ser atendida e sua “construção”	130
As Agências Executoras	131
Uma Metodologia Apurada	132
O Financiamento do Programa	133
As Ações Políticas de Institucionais de Apoio.....	134
As Avaliações	134
Conclusão	135
Referências Bibliográficas.....	136

AS RAÍZES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU APARECIMENTO NO BRASIL¹

Noëlle Marie Paule Lechat²

Introdução

A antropologia ensina que a história das origens é sempre mitológica. O que vou apresentar aqui hoje vai ser mais uma versão, bastante limitada, do mito de origem da economia solidária e espero que vocês vão trazer outros dados, uma outra maneira de ver esta questão, todos eles, sem dúvida importantes e enriquecedores. Para falar das origens, gosto de usar a metáfora das buscas da nascente do rio Nilo que, no século XIX, envolveu exploradores e geógrafos numa famosa polêmica, retratada de maneira romanesca pelo filme *Montanhas da Lua* de Bob Rafelson (1990). De fato o rio Nilo não possui uma nascente, mas várias, e algumas surgem nos lagos o que torna ainda mais difícil a sua localização. Assim também são os fenômenos sociais; além do mais, uma visão processual e dialética da história, não permite falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que nós chamamos de novo recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia. Tudo isto concorrendo para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão.

Segundo Pierre Bourdieu, para não sermos objeto dos problemas que escolhemos como objeto de estudo, “é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais” (Bourdieu, 2000:37). Este autor nos alerta também, sobre o perigo que o sociólogo corre de ser apenas “instrumento do que ele quer pensar” (idem, 36) e propõe como remédio, como instrumento para romper com essa situação fazer a história “do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social” (ibidem). Ou seja, quais são nossos pressupostos, nosso quadro conceitual e teórico, como estamos construindo os conceitos de economia solidária, de incubadora tecnológica de cooperativas populares, etc.

Nesse sentido, pretendo resgatar as origens da economia solidária e de seus conceitos além mar para depois apresentar como esse tema vai aparecer na literatura brasileira e os passos dados em várias regiões do país, por intelectuais que, na maioria das vezes, não tinham conhecimento do que acontecia em outros lugares.

¹ Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

² Professora de Antropologia na UNIJUI (RS). Doutoranda em Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP. Orientadora, Professora Doutora Maria Suely Kofes. noel@unijui.tche.br

As diversas ondas de economia solidária na Europa

Na Europa, os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber, esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (Buber, 1945: 27). Buber apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas, o primeiro Saint-Simon e Fourier que nasceram antes da revolução francesa e faleceram antes de 1848, o segundo Owen e Proudhon que morreram entre 1848 e 1870 e finalmente Kropotkin e Landauer nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da primeira guerra mundial. Para Buber, na primeira fase cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochedale, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial. Não vou falar aqui deste passado heróico do qual há muitas lições a se tirar. Há livros sobre este assunto e a recente publicação de Paulo Singer *Introdução à economia* vai neste sentido. Mas quero chamar a atenção sobre o fato que os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica (Lévesque, Malo e Girard).

Como as crises não são idênticas e os atores e promotores também diferem de uma geração para outra, as diversas ondas de economia social têm personalidades diversas. Na antiga economia social européia destacam-se três momentos.

As décadas de 30 e 40³ do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo⁴ transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornar-se proletários essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pelas doenças e pela morte. A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre estas associações.

A grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos

³ Para Lévesque, Malo e Girard, trata-se dos anos 1840-1850.

⁴ Na França, a lei Le Chapelier, de 1791, destruiu as antigas corporações.

produtores. Na França, as associações foram reconhecidas pela lei de 1901⁵, mas foram restritas a trocas não monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos (Laville, Roustang, 1999).

A depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra mundial levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas antes disto as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários.

Após a Segunda Guerra mundial, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang, houve separação entre o social, o econômico e o político. A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pôde acontecer dentro de subconjuntos distintos, uns pertencentes à economia de mercado e outros à economia de não mercado.

Mas este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por conseqüências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa (Defourny, 2001). Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo.

A partir dessa nova onda de economia social, surgiu nos anos 80, uma “nova literatura”⁶ a seu respeito na Europa, na América do Norte, mas também na América Latina e, em particular no Chile, onde se desenvolveu sobretudo graças a Luís Razeto.

Numerosos pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos, entusiasmados com esta realidade, produziram novas teorias para estudar estes fenômenos. Uma série de economistas passou pela escola de Cornell nos Estados Unidos e para alguns foi lá que tudo começou. Nesta escola, Yaroslav Vaneck, um pensador checo imigrado nos Estados Unidos, tinha desenvolvido uma teoria econômica da autogestão. Vindo da Universidade de Harvard, ele tinha muito crédito e fez escola. Ao longo da década de setenta

⁵ No ano de 2001, celebrou-se com muita pompa em toda França o centenário do nascimento das associações com fins não lucrativos.

⁶ A este respeito ler Boudet que, em 1985, publicou um balanço das pesquisas sobre a vida associativa na revista RECMA (Revue des études coopératives, mutualistes et associatives, fundada em 1921 e que tem por subtítulo: Revue internationale de l'économie sociale); Guélin, 1998; Lévesque e outros, 1997.

uma série de economistas norte americanos, mas também do mundo inteiro, passou por lá. Esses economistas ficaram entusiasmados não somente pelo movimento operário que transformava as empresas falidas em empresas autogeridas, mas também pela formação de inúmeras cooperativas de trabalho. No entanto, segundo Defourny (2001),

“quando esse movimento começou a decrescer, realizou-se em toda a Europa, mais ou menos ao mesmo tempo, que mesmo se esta realidade é muito importante, ela fica quantitativamente restrita. Então, uma série de pesquisadores pensou em alargar seu campo de estudo ao associacionismo. Pois havia muita coisa em comum entre as cooperativas de trabalho autogestionadas e as associações. Então estes economistas descobrem que as associações não pertencem unicamente à esfera sócio-cultural, mas fazem também parte da economia de não mercado. E para unir essas duas realidades, o termo economia social era muito apropriado”.

A origem dos conceitos. Quais as terminologias usadas?

Na França, segundo André Guélin, o rótulo de “*économie sociale*” é difícil de definir, pois durante um século e meio já serviu para referir-se a diversas realidades. É notável que, no século XIX, todas as tendências políticas embarcaram nesta nova proposta. Tanto socialistas (Pecqueur, Vidal, Malon) como social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social.

Quanto à definição atual da Economia Social, segundo o mesmo autor, “ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (Guélin, 1998: 13).

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (Laville, 1994: 211). Mas ele nos previne que o deslocamento destas manifestações no tempo e no espaço -a primeira manifestação era pré-keynesiana e a atual corresponde à crise do compromisso keynesiano- aponta para os limites de uma conceitualização da economia solidária em termos de terceiro setor.

Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de

numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades⁷ e associações. Mas os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer. Ele visa muito mais a problematizar práticas sociais implantadas localmente.

Para realidades como as dos países em desenvolvimento da África e da América Latina, diferentes das que existem nos países do norte, o termo economia popular⁸ é preferido por autores como Nyssens (1994 e 1996) e Larrachea que, neste caso, buscaram inspiração em Luís Razeto. Segundo tais autores, com referência ao caso de Santiago do Chile, este setor da economia é constituído pelo conjunto das atividades econômicas cujos atores fazem parte da população mais pobre da cidade. (Larrachea, 1994: 181).

Defourny, Develtere e Fonteneau (1999) resumem assim as várias terminologias. A expressão terceiro setor, mesmo que imperfeita, é a que recebe a nível internacional o maior consenso. Como prova disto, citam a associação *International Society for Third Sector Research*, criada em 1992. Mas se olharmos para regiões geográficas específicas, observam eles, outros termos são preferidos. Assim nos EUA fala-se em *non-profit sector* ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations*. O termo economia solidária e a apelação *organizaciones de economía popular*, são mais comuns na América Latina⁹. Segundo Defourny (2001), na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft*¹⁰ e na Suécia, *folkrörelse* ou *association ideel*.

A concepção de economia social é mais ampla do que *non-profit sector* pois, ao lado das associações sem fins lucrativos, ela inclui um tipo de empresa, as cooperativas que, difundidas no mundo inteiro, encarnam, muitas vezes há mais de 150 anos, a busca de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado. Além disto, incorpora um outro tipo de organização, as mutualidades que, também muito presentes em vários países, desempenham ou vão desempenhar um papel central na organização da saúde e da previdência social. Assim, resumindo, o terceiro setor pode ser apresentado como constituído por três grandes componentes, as cooperativas, as organizações mutualistas e as organizações sem fins lucrativos (essencialmente associações).

A proliferação das apelações é explicada por Chaves Ávila a partir do fato que o objeto de estudo foi ampliando-se progressivamente, introduzindo ao lado das cooperativas, das mutualidades e do associativismo –trilogia da economia social tradicional- toda forma de associações que contestam a lógica do desenvolvimento capitalista. Desta maneira, o grau de heterogeneidade deste setor foi crescendo e diluindo progressivamente suas fronteiras históricas com

⁷ Associações de ajuda mútua, principalmente na área da saúde e da previdência social.

⁸ Este conceito já foi bastante discutido e recebeu críticas contundentes; ver, por exemplo: A chamada economia popular em debate. *Cadernos do CEAS*, n. 153, p. 59-69, set./out. 1994. E Singer, 2000b: 143-147.

⁹ Pelo que conhecemos, com algumas ressalvas para Razeto, José Luis Coraggio e Orlando Núñez, na América Latina o termo economia solidária equivale a economia social.

¹⁰ Que é muito problemática e não é bem aceita.

as do setor público, capitalista e de economia doméstica. Além do mais, novas tradições científicas entraram no estudo destes campos científicos redescobertos. Para este autor, há muitos anos a delimitação do objeto de estudo da economia social suscita um debate acalorado e esta é uma questão essencial, pois possui implicações teóricas a nível explicativo e preditivo. De fato, as elaborações teóricas que podem ser construídas sobre as cooperativas de trabalho associado, base do que se considera setor autogestionário ou cooperativo, diferem daquelas que podem ser realizadas sobre as fundações e outras organizações voluntárias ou sem fins lucrativos.

Numa entrevista (2001) a respeito da terminologia usada em diversos países, Jacques Defourny¹¹ confirmou de maneira concreta as afirmações de Chaves sobre a ampliação do objeto de estudo e as novas disciplinas que dirigiram suas pesquisas para a economia social ou o terceiro setor. Ele não pareceu preocupado, no entanto, com a discussão conceitual. Para ele, estando disponível o termo economia social e não se conhecendo outro na Bélgica, é este mesmo que foi utilizado e, mais tarde, ao surgirem outras apelações, um ponto de vista pragmático levou os estudiosos desta área a manterem o termo histórico de economia social mesmo se estão falando do que outros podem chamar de economia solidária. Ele e Monzón, no entanto, tomaram a iniciativa de publicar em 1992, um livro bilingüe francês-inglês onde o termo economia social foi traduzido por *third sector* (terceiro setor).

A Revista RECMA, no seu editorial de janeiro 2001 intitulado *A solidariedade em questão*, estabelece uma nítida diferença entre economia social e economia solidária. Inicialmente, a solidariedade é problematizada. Etimologicamente, o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os juristas romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo (*in solidum*). A solidariedade é um fato antes de ser um valor e designa uma dependência recíproca. Esta concepção faz da solidariedade uma realidade possível de constatar como a definia Durkheim nas suas modalidades mecânica e orgânica. Uma outra concepção, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência como já o preconizava o solidarismo de Charles Gide no fim do século XIX. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral). O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma situação de desigualdade. Deste ponto de vista, a economia solidária apóia-se numa economia de sujeitos desiguais, enquanto que a economia social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais. Se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira. Por outro lado, a economia social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. E o editorial termina colocando que

¹¹ Diretor do Centre d'Études Sociales em Liège, Bélgica.

estas duas economias podem ser consideradas como complementares e que seus méritos respectivos poderiam fortalecer-se mutuamente.

O termo solidariedade pode também ser decomposto a partir de suas formas, que Hegner (Apud Sobottka, 2001) define como de reciprocidade, lealdade e altruísmo. Só nos dois primeiros casos temos uma dependência recíproca de fato. Neles não se comprova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca. Como vou mostrar a seguir, é esse sentido que o adjetivo “solidária” assume na literatura brasileira.

Origem do pensamento sobre a economia solidária no Brasil

Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, podemos partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária ou podemos fazer o caminho no sentido contrário. Partir do que temos hoje no campo da economia solidária e voltar para trás para ver em que condições, onde, por que e como os passos foram dados. Os dois procedimentos têm suas vantagens e inconvenientes, o melhor então é mesclá-los.

Neste Seminário, que faz a junção entre o mundo da academia e o mundo do trabalho, devemos resgatar o processo de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias, a atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igrejas, prefeituras e governos de esquerda que lhes deram e dão suporte e promovem sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas, mas também fazer a história da ação dos intelectuais para nomear e pesquisar este campo. Vou deter-me mais nesta segunda história, sem depreciar a outra, pois a pesquisa acadêmica para ter algum sentido deve nutrir-se da realidade concreta que ela vai tentar compreender e analisar e, além do mais, muitas vezes vamos encontrar o mesmo agente em ambas as realidades servindo de mediador cultural entre essas duas esferas.

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.

Quanto à economia informal, termo que foi criado na década de 60 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT, se outrora os analistas a consideravam como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, hoje é uma questão que se impôs aos cientistas sociais, políticos e econômicos pela sua

persistência e crescimento. No entanto, como aponta Fields (Apud Moretto, 2001: 104), este setor não pode ser corretamente representado por um setor ou por um continuum, mas por setores qualitativamente distintos. Entre estes setores podemos identificar alguns como o setor da economia familiar, ou o setor dos micronegócios e, nestes, associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços realizada com pouquíssimo ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros. Ou seja, intelectuais brasileiros retiraram destes conjuntos amplos e heterogêneos que são a economia popular e a economia informal, empreendimentos econômicos que foram colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela qualidade da solidariedade existente entre seus sócios, com a sociedade e com a natureza à sua volta.

Se for certo, e isto já foi amplamente demonstrado por vários autores, que as categorias de economia popular (Cadernos do CEAS, 1994; Singer, 2000) e de economia informal (Tokman, 1987; Morrisson, 1995; Cacciamali, 1999) são categorias mal definidas e problemáticas, o que nos importa aqui é o estabelecimento de um novo recorte entre as diversas formas econômicas de geração de emprego e renda já conhecidas; recorte este que vai adquirir aos poucos o reconhecimento das políticas públicas e da academia. É esse processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico, de novos agentes sóciopolíticos que é preciso compreender. Ou seja, como se agenciam os processos político-pedagógicos e acadêmicos para a identificação, nomeação e estruturação de um novo campo de ação e teorização.

Procurei identificar na literatura brasileira os primeiros aparecimentos dos conceitos ligados à economia solidária. O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como: (*eu cito*)

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas -...-, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (Razeto, 1993: 40).

Por sua vez, o termo terceiro setor é divulgado em 1994 com a publicação de Fernandes. *Privado, porém público*. Mas devemos esperar até 1995 para que brasileiros escrevam sobre economia solidária referindo-se a ela desta maneira.

Alguns encontros vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária no Brasil; apresentarei uns seis conjuntos, mas não são os únicos. O primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema *Formas de combate e de resistência à pobreza* realizada em setembro de 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas

de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -, que teve lugar em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996.

Os trabalhos apresentados na mesa redonda do 7º encontro foram organizados em coletânea por Luiz Inácio Gaiger e publicados em 1996. Na apresentação, ele escreve: “A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os *empreendimentos solidários* que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno¹² e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária” (Gaiger, 1996: 11). No caso de sua pesquisa, as experiências avaliadas eram projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira.

Por sua vez, no III Encontro da ANTEAG não se usou o termo economia solidária, mas no prefácio do livro que apresenta as intervenções dos participantes, redigido em 1998, Paul Singer escreve: “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva” (Singer, 1998: XXXI). Essa proposta de Paul Singer já tinha sido formulada publicamente por ele em julho de 1996 na Folha de São Paulo sob o título *Economia solidária contra o desemprego*, bem como constava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo no mesmo ano¹³. Segundo Mance, propostas similares também tinham sido defendidas pela oposição democrática popular em Curitiba em 1992 e em 1988 (?) na cidade de Piraquara, Paraná (Mance, 1999: 163).

Marcos Arruda trabalha há mais tempo a proposta da autogestão. Em agosto de 1993, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e outras entidades articularam o primeiro seminário sobre autogestão em Criciúma (SC). Em 1994, estas entidades realizaram em Porto Alegre o seminário sobre “Autogestão, realização de um sonho”. E, em dezembro de 1996, Arruda apresentou o texto *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Neste texto ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional” (Arruda, 1996: 27).

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia (Arruda, 1996: 4).

¹² “Necessidade de qualificar tecnicamente para tocar empreendimentos numa economia centrada na produtividade e na concorrência.” (Gaiger, 1996: 109).

¹³ A proposta era de Paul Singer, mas foi Aloísio Mercadante que a batizou com o nome de economia solidária (Singer 2001).

O PACS realizou , de 1 a 6 de dezembro de 1997 em Bertioga (SP) o encontro internacional da Aliança para um Mundo Responsável e Unido. Os participantes vieram de cinquenta países diferentes e, aproximadamente, duzentas pessoas, em quatro outros continentes, participaram da reunião de Bertioga através de redes eletrônicas de comunicação. Eles redigiram a Mensagem de São Paulo (da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário). O PACS criou também um Canteiro de Socioeconomia Solidária que organizou vários novos encontros como em 1998 em Porto Alegre e de 11 a 18 de junho 2000 em Mendes, Rio de Janeiro (Encontro de Cultura e Socioeconomia Solidária). Segundo seu boletim, este último encontro foi fruto de um “conjunto de encontros internacionais sobre experiências de autogestão e economia popular solidária [que aconteceram] entre 1988 e 1998” e foi o berço da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES. Na coordenação dos trabalhos destes encontros encontramos, entre outros, Marcos Arruda e na rede também Euclídes Mance.

No Rio de Janeiro temos, além do PACS, a universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, onde professores e técnicos do Centro de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) atenderam aos pedidos de formação de cooperativas de trabalho¹⁴. Em meados de 1995, criaram a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Além da ajuda da Ação pela Cidadania, ganharam apoio financeiro da FINEP e do Banco do Brasil. A partir daí várias universidades vão implantar incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e a Rede Universitária das incubadoras vai ser formada. Mas vou deixar os próprios autores nos contarem esta história sexta-feira.

O primeiro grupo de professores pesquisadores sobre a temática da economia solidária se forma na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília em 1996(?) com o nome de “Organizações e Democracia” e é coordenado por Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri. Fazia parte deste grupo também Gustavo Gutierrez que pesquisava desde o início da década de 80 questões ligadas à autogestão, tema de sua dissertação de mestrado, tese de doutorado e pós-doutorado¹⁵ e a Mariza Galvão, coordenadora deste Seminário. A primeira publicação do grupo, *A empresa sem patrão*, é resultado do Iº Simpósio realizado em junho de 1996. Em novembro de 1998 realiza-se o IIº *Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação*. Destes Simpósios participaram representantes de entidades organizativas de empresas autogeridas e cooperativas. O grupo teve contatos com o MST, com a CONCRAB, mas foi com a ANTEAG¹⁶ que a colaboração mais avançou. Por ocasião do segundo Simpósio, o professor Singer da USP juntou-se ao grupo

¹⁴ A primeira iniciativa foi da FIOCRUZ, para montar uma cooperativa de limpeza com trabalhadores dos morros de Manguinhos, a COOTRAM.

¹⁵ Tese: Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, (EAESP-FGV) 1989. Dissertação: Autogestão e Condições Modernas de Produção (PUC-SP)1983.

¹⁶A ANTEAG foi fundada em São Paulo em 1994 e seus fundadores são oriundos em grande parte da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e início da década de 80, e em particular da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Na ANTEAG destaca-se seu diretor técnico, o economista e administrador de empresas Aparecido Farias; a casa dele foi a primeira sede e naquela época os técnicos não tinham qualquer tipo de remuneração.

de pesquisas e estudos da UNESP. Mais tarde ele e a professora Marilena Nakato, integrante do grupo, atuaram junto à ANTEAG, Singer no Conselho Nacional e Nakato no apoio técnico e educacional.

Os empreendimentos são extremamente variados e dispersos pelo Brasil, mas o fato deles terem ligações com movimentos ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro permitiram-lhes aflorar para a consciência social do momento. Em 1997, a Fundação Unitrabalho¹⁷ toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado *Economia solidária e autogestionária* em vista de um amplo levantamento desta realidade no Brasil.

As três propostas, elencadas acima, que identifiquei a partir de Gaiger, Singer e Arruda, com suas especificidades e divergências, vão ser reunidas pela primeira vez em 1999, na Universidade Católica de Salvador, por ocasião do seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* e foram publicadas num livro com o mesmo título. Após isto, Paul Singer organizou, com André de Souza, a obra intitulada *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, onde mais uma vez os três autores foram reunidos. Muitos outros acadêmicos e atores estão neste campo e outros virão; gostaria, por exemplo, de sublinhar a importante produção intelectual de Armando Lisboa e de Euclides Mance, mas estou ainda no início de minhas pesquisas e não posso apresentar a todos. Isto não significa de minha parte desconsideração, mas expressa as minhas limitações.

Além de investigar como as experiências de autogestão e associações voluntárias tornaram-se objeto de estudo e pesquisas, e foram batizadas com os conceitos de economia solidária, socioeconomia solidária, economia popular autogestionária e solidária etc. e quais as fronteiras que os autores estabelecem entre estes termos e a economia social ou ainda com o terceiro setor. Devemos também questionar como “ganhou receptividade a tese que ... vê [os empreendimentos econômicos solidários] como uma base fundamental para a reconstrução do meio social em que vivem as classes populares” (Gaiger: 1999 a), ou para a construção de um novo modo de produção não capitalista (Singer, 2000, Tiriba, 1997), o que é, se não me engano, uma visão especificamente latino-americana. Fora do Brasil, temos na Nicarágua Orlando Nuñez (1998) que fala de um Projeto Comunitário, para ele a economia solidária é parte da tomada do poder político, parte da revolução, parte da transição e da construção do socialismo (1997/98) e Verano Paez (2001) fundador da COLACOT, que fala em Socialismo autogestionário.

Ao que tudo indica, o final do século XX viu nascer um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade. Estamos

¹⁷ Hoje, Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho.

aqui, vocês e eu, para participar desta construção. Muito obrigada a todas e a todos.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. . In: _____ e BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000a. p.49 - 102.
- ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: O poder simbólico. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Perspectiva, 1945.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: Encontro Nacional de Economia. Anais. Belém: Anpec, v. 3, p.2059-2074, 1999.
- A CHAMADA ECONOMIA POPULAR EM DEBATE, Cadernos do CEAS, n. 153, p. 59-69, 1994 .
- CHAVES, Ávila Rafael. La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica. CIRIEC-ESPAÑA, n. 33, p. 116-139, 1999.
- DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: _____ (org.) Economia solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- DEFOURNY, Jacques. Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales. Liège, 15 jun. 2001.
- DEFOURNY, J; DEVELTERE, P. e FONTENEAU, B. Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale. In: _____. Economie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles : Deboeck, 1999. P. 11-24.
- DEFOURNY, J; DEVELTERE. Origines et contours de l'économie sociale au Nord et au Sud. . In: _____. Economie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles : Deboeck, 1999. P. 25-56.
- DEFOURNY MONZON
- FERNANDES, R. Privado, porém público; o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.) Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.
- GAIGER, Luis Inácio. A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor. Dublin: ITR'S Fourth international conference, julho 2000a.
- _____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b. p. 267- 286.

- _____. Voyage [mensagem pessoal] recebida por noelle_lechat@hotmail.com em: abr. 2001.
- GUÉLIN, André. L'invention de l'économie sociale. Paris: Econômica, 1988.
- HEGNER
- LARRAECHEA Ignacio e NYSSSENS, Marthe. L'économie solidaire, un autre regard sur l'économie populaire au Chili. In: LAVILLE, Jean-Louis (dir.) L'économie solidaire. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. p. 177-222.
- LAVILLE, Jean-Louis com a colaboração de outros. Les services de proximité em Europe. Paris : Syros, 1992.
- LAVILLE, Jean-Louis (dir.) L'économie solidaire. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- LAVILLE, Jean-Louis e ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In : DEFOURNY e outros. Economie social au Nord et au Sud. Bruxelles : Deboeck, 1999. p. 217-238.
- LÉVESQUE, Benoît, MALO, Marie-Claire et GIRARD, Jean-Pierre. L'ancienne et la nouvelle économie sociale. In: DEFOURNY e outros. Economie social au Nord et au Sud. Bruxelles : Deboeck, 1999. p. 195-216.
- LISBOA Armando de Melo. Desafios Da Economia Popular Solidária. Cadernos do CEAS, n. 189, p. 51-67, set./ out. 2000.
- _____. A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado. Disponível em: < alisboa@mbox1.ufsc.br > Acesso em: 28 jul. 2001.
- _____. A economia popular como horizonte para as sociedades sem rumo. Tempo e Presença, n. 288, p. 14-17, 1996.
- MANCE, E. A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MORRISSON, Christian. What institucional framework for the informal setor? Paris: OCDE, Development Center, Policy brief, n. 10, 1995.
- NÚÑEZ Soto, Orlando. El Manifiesto Asociativo y Autogestionario. Manáguá:1998.
- _____. Os caminhos da revolução e a economia solidária. Proposta. n. 75, dez/fev. 1997/98.
- NYSSSENS, Marthe. Entrevista concedida a Noëlle Lechat. IRES, Université Catholique de Louvain. Louvain-la-Neuve, Bélgica. 7 de junho de 2001.
- NYSSSENS, Marthe. Economie populaire au sud, économie sociale au nord. In : OCDE. Réconcilier l'économique et le social. Vers une économie plurielle. p. 95-120, Paris, 1996.
- POLÍTICAS Alternativas para o Cone Sul (PACS). Carta de princípios do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, Porto Alegre, 1998. Disponível em: < <http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html> > Acesso em: dez. 2000.
- PERRET, Bernard e ROUSTANG, Guy. A economia contra a sociedade. Paris: Seuil, 1993.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.
- ROUSTANG, LAVILLE, EME, MOTHÉ e PERRET. Vers un nouveau contrat social. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.
- SOBOTTKA, Emil. Organizações civis, buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo, São Paulo, 1-4 out. 2001.

- LA SOLIDARITÉ em question(s). RECMA, v. 80, n. 279, jan. 2001.
- TESCH, Walter. Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: RI, Neusa Dal (org) Economia Solidária: O Desafio da Democratização das Relações de Trabalho. São Paulo: Artes e Ciência, 1999. P. 43-53.
- TOKMAN, V. El sector informal: quince años después. El Trimestre Economico, México, v. LIV , n. 3, p. 513-536, jul./sep. 1987.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Luiz Inácio Gaiger¹⁸

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. O trabalho discute o tema, retomando a teoria marxista da transição e analisando, sob esse prisma, dados de pesquisas empíricas recentes sobre os empreendimentos solidários. Delimitando a tese anterior, conclui estarmos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista. Extrai, por fim, as conseqüências teóricas e políticas desse entendimento, posto que repõe, em termos não antagônicos, a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo.

Um Debate Teórico e Político

O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década (Laville, 1994). Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência (Nyssens, 1996; Gaiger et al., 1999).

Esse quadro promissor, além de carrear rapidamente o apoio de ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, suscitou o interesse dos estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos a longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de

¹⁸ Doutor em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (e-mail: gaiger@helios.unisinos.br). Esse trabalho é fruto de pesquisa em parceria com a Cáritas Brasileira – Regional RS, a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, de Porto Alegre, e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, com apoio do CNPq e da FAPERGS.

mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista¹⁹. Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e promovendo a economia solidária como uma *alternativa* para... os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, etc.; uma *alternativa*, ao aprofundamento das iniquidades, às políticas de corte neoliberal, ... ao próprio capitalismo.

A questão tornou-se objeto de intensa discussão, na qual se manejam com freqüência teses e categorias da economia política marxista - leito de navegação tradicional do pensamento da esquerda - sustentando argumentações e respostas de natureza, sobretudo, ideológica e programática. Nesse contexto, as tentativas de teorizar o tema, com os cuidados que a tarefa requer, correm o risco de serem apreciadas diretamente por seu impacto político, por seus efeitos de legitimação sobre as elaborações discursivas politicamente em confronto, dotadas de elevado grau de finalismo, ou de importantes ingredientes teleológicos, próprios das ideologias. O fato é suscetível de ocorrer sobretudo com as formulações mais audaciosas, que associam a economia solidária a um *novo modo de produção, não-capitalista* (Tiriba, 1997; Singer, 2000; Verano, 2001), quer pela insuficiente explicitação conceptual das mesmas, quer porque tendem a não serem vistas como problematizações do tema, ou hipóteses revisáveis, mas sim como respostas seguras, chancelando tomadas de posição e juízos definitivos.

Assim, convém ir devagar com o andar. Tomada como uma sentença afirmativa, a tese em tela possui conseqüências amplas e profundas, pois resolve de vez com a questão principal acerca do caráter alternativo da economia solidária: o advento de um novo modo de produção, como buscarei demonstrar, representa *in limine* a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes. Interpretações ligeiras dessa importante questão podem, em verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranqüilizadoras, por sua aparente eficácia política (à condição, simplesmente, que estejam à esquerda das idéias dominantes e pretendam dar conta da totalidade histórica), pressa de que parecem ressentir-se os grupos de mediação, desorientados com a regressão da agenda social, a falência dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias credíveis que respaldem uma nova (ou apenas retocada) estratégia de intervenção. Como assinala José de Souza Martins, há anos instalou-se uma crise na intelectualidade de esquerda, por sua dificuldade em produzir uma teoria da prática *atual e real* das classes subalternas (1989: 135). O fato talvez revele um fenômeno cíclico, posto que esse desencontro entre teoria e prática, a primeira estando em descompasso, registrou-se em outros momentos da nossa história política (Souza, 2000).

¹⁹ Um debate a respeito está tendo lugar no Partido dos Trabalhadores. Ver, por exemplo, Singer & Machado, 2000.

Naturalmente, inúmeros fatos avalizam uma visão politicamente otimista sobre o papel da economia solidária. Não há dúvidas de que o *concreto real*, manifesto em tais acontecimentos “é o verdadeiro ponto de partida (do pensamento) e, *em consequência*, o ponto de partida *também* da intuição e da representação” (Gorender, 1978: 39). Todavia, para ultrapassar esse ponto de partida e aceder ao *concreto pensado*, que reproduz racionalmente o real, o pensamento necessita de um trabalho de elaboração que transforma intuições e representações – aqui, do senso comum militante – em conceitos. Entre os acontecimentos e a teoria há uma lacuna a ser preenchida, não num salto, mas percorrendo um caminho de ida e volta. Um meticoloso vai-e-vem, em que os dados empíricos e as formulações abstratas se esclarecem e vêm adequar-se mutuamente, tornando inteligível a realidade, sob forma de proposições, que não são simples reedição da teoria, tampouco uma reprodução pura do real - na primeira alternativa, estaríamos cristalizando a teoria e encerrando-nos em grades interpretativas aprioristas e não questionadoras; na segunda, ocultando involuntariamente nossos conceitos e premissas implícitas²⁰.

A intenção desse trabalho é estabelecer esse movimento, a partir da teoria em que se situa originalmente a categoria *modo de produção*. Passos nessa direção foram dados em ocasiões anteriores, inicialmente com objetivo de sugerir a adequação e o valor interpretativo da teoria de Marx, acerca da produção e da reprodução das grandes formações históricas (Gaiger, 1998); mais adiante, buscando evidências empíricas, analisadas com aquela teoria de fundo, de modo a verificar o seu poder elucidativo e articulador das conclusões alcançadas (Gaiger, 1999). A tarefa que proponho, agora, impõe um tratamento sistemático das categorias e da teoria da transição em Marx, para seu confronto com os resultados apurados em pesquisas e com suas respectivas interpretações. Há um agudo senso de filigranas, uma riqueza pouco conhecida na teoria da transição de Marx²¹, que a vulgarização nos meios intelectuais e militantes tratou de eliminar, fixando-a em regras gerais supra-históricas, desprovidas de qualquer capacidade heurística. O texto é uma tentativa de explorar essa riqueza. Suas conclusões matizam e contradizem parcialmente a tese do *novo modo de produção*, antes evocada; espero que sejam apreendidas, também elas, em sua função teórica primordial, de ponto de partida estimulante ao seguimento do nosso trabalho intelectual²².

As Grandes Categorias Econômicas de K. Marx

Não seria novidade dizer que *modo de produção* é a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente

²⁰ “A realidade histórica – como toda realidade – existe *puramente*, independentemente de que a conheçamos. Nisso consiste sua objetividade. Mas, desde que a queiramos conhecer, sua existência perde a *pureza* e se torna referencial ao sujeito de conhecimento. Por isso, o “dado puro” é uma ficção, uma ilogicidade.” (Gorender, 1978: 43).

²¹ Na conferência proferida no X Congresso Brasileiro de Sociologia (Fortaleza, 09/2001), intitulada “Sociologia e sociedade; heranças e perspectivas”, Gabriel Cohn salientou que Marx possui todos os ingredientes para uma reflexão organizada sobre o problema do tempo; do *tempo das transições*, acrescentaria.

²² Essas reflexões foram estimuladas por pesquisas sucessivas desde 1993, divulgadas pela Internet no endereço www.ecosol.org.br. Agradeço o apoio e a interlocução crítica de Ana Mercedes Sarria, Marinês Besson, Alberi Petersen, Raquel Kirsch e Carmem Lúcia Paz.

as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se para Marx no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas.

O emprego do termo *modo de produção*, nos textos de Marx, todavia não é unívoco. O fato ocasionou apreensões diferenciadas, tipologias complementares (modos de produção secundários, periféricos, etc.) e tipos incompletos, como o *modo de produção simples*, em que o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, os põe em movimento, individualmente ou em diminutas unidades de produção, geralmente familiares, e negocia seu produto em condições que fogem à sua lógica e domínio. Tomando por base a exegese cuidadosa realizada por autores dedicados ao assunto, tais entendimentos ficariam sem guarida, sendo por outro lado necessário reconhecer, ao menos, um outro uso comum nos escritos de Marx, em que *modo de produção* possui um caráter meramente descritivo, referindo-se a uma certa forma concreta de produzir (artesanato, manufatura) ou, mais amplamente, a um estágio geral de desenvolvimento tecnológico (grande indústria, maquinismo).

A distinção, como veremos adiante, tem interesse. Segundo M. Godelier, em seus estudos sobre assunto, nesse caso Marx está designando um (ou mais) *modo material de produção*, isto é, “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extrair os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social.” (1981: 169). Esses elementos materiais compreendem as matérias-primas, os meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos, bem como as combinações entre esses elementos, do que resultam variadas formas de apropriação da natureza. Produzindo bens semelhantes, modos materiais de produção podem repousar, ou não, sobre a mesma base técnica, como se nota ao comparar o artesanato têxtil à indústria do vestuário. Visto em seu sentido mais elementar, de introdução da linha de montagem e da esteira rolante, o Fordismo representou um novo modo material de produção. O exemplo serve para demonstrar que um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, as quais corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos. Vice-versa, a instauração plena de um *modo de produção* exige engendrar previamente um novo *modo material de produção*, que lhe seja próprio e apropriado, pois isso é o que lhe faculta dominar o conjunto do processo de produção social e subverter as instituições que, contra as suas necessidades de desenvolvimento, ainda sustentam a ordem social. A alteração profunda do modo de apropriação da natureza é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social (Godelier, 1981: 177-8).

O conceito de modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e troca dos bens materiais (Godelier, 1981: 174-5). Representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Em seu cerne, como elemento distintivo, comporta um mecanismo social específico de criação, controle e apropriação do *excedente social* gerado pelo trabalho, o que lhe atribui uma lógica e traços próprios, imanentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (Shanin, 1980: 61).

Embora o modo de produção constitua “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases *distintas* e, ao mesmo tempo, *interpenetradas* no fluir de um processo único... é à produção que pertencem a determinação fundamental e o ponto recorrente.” (Gorender, 1978: 23). A esse primado da *produção* sobre as demais esferas da vida econômica²³, segue-se a hipótese de investigação, metodologicamente materialista, anunciada no *Prefácio* (Marx: 1974: 22-3), postulando uma hierarquia invariante entre as funções sociais, na qual a função de produção da vida material detém um poder explicativo precedente sobre as demais, ou seja, o poder de explicar, em última instância, a organização e a dinâmica geral da sociedade. No âmago da base material desta, as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção²⁴, ambas constituintes do modo de produção, fazem mover a sociedade e terminam por alterar a sua forma.

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção; a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital. O capitalismo, portanto, está fundado numa *relação social*, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho. Uma relação classista, que se efetua, “através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários

²³ “As chamadas relações de distribuição correspondem e devem sua origem a formas especificamente sociais, historicamente determinadas, do processo de produção e das relações que os homens estabelecem entre si no processo de reprodução da vida. O caráter histórico dessas relações de distribuição é o caráter histórico das relações de produção das quais expressam apenas uma face.” (Marx, 1976: 1011).

²⁴ As *relações sociais de produção*, por sua vez, são definidas pelo tipo de acesso e controle dos indivíduos sobre os meios de produção, o papel que desempenham no processo de trabalho e os benefícios por eles auferidos na distribuição do produto social.

fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias.” (Giannotti, 1976: 164).

No curso do seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da base técnica em que se assenta, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Como recorda Singer, “As revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição.” (2000: 12). Sob esse ângulo, o Fordismo pode ser considerado não somente um modo material de produção, *superior* para as finalidades do capitalismo, mas a própria base, ao longo do último século, do capitalismo avançado, dirigido à produção em massa e tendendo a operar em escala mundial.

Criando sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente. Por isso mesmo, formas econômicas desprovidas de uma estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente, capaz de reconstituir continuamente as relações de expropriação e acumulação de excedentes próprias daquelas formas, não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria “seus *insights* analíticos mais importantes.” (Shanin, 1980: 65). É o caso da economia camponesa, ou da produção simples de mercadoria, a menos que sejam vistas como formas incompletas, remanescentes de modos de produção outrora dominantes, como o *tributário*. De todo o modo, como assinala Giannotti:

“É somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna então conveniente reservar a categoria de modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no seu processo de efetivação.” (1976: 167).

No presente caso, como é sabido, tais formas passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital, muito embora possam dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo capitalista. Desde seus primórdios, o capitalismo valeu-se de formas de organização do trabalho que escapam às estritas condições de assalariamento e de extração de mais-valia. No séc. XIX, por exemplo, a substituição do sistema doméstico pelo sistema fabril foi longa e percorreu diferentes caminhos, havendo o maquinismo, em certos casos, surtido um efeito multiplicador do trabalho a domicílio, já em plena era industrial (Fohlen, 1974). Os tempos atuais, de *acumulação flexível*, possuem como característica, justamente, o emprego de formas variadas de organização do trabalho, em que as relações de produção adquirem uma natureza aparente diversa, sendo todavia partes de uma mesma estratégia de acumulação (Harvey, 1993), livre ademais da obrigação de tolerar a resistência de coletivos de trabalho estáveis.

Por certo, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção, como bem demonstra, na história, a vitalidade das formas não dominantes de vida material. Sempre existiram margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos. A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital.

Para isso, é necessário saber se tais formas são típicas ou atípicas para o modo de produção vigente. A questão conduz a uma terceira categoria, implícita nos textos de Marx e decorrente de sua preocupação em distinguir a *aparência* da *estrutura interna* de toda relação social. A estrutura nuclear de um modo de produção, seu caráter distintivo, repousa no conjunto de propriedades de que se reveste o processo de apropriação da natureza, nas *relações mútuas* que nele se engendram entre os indivíduos, conforme sua posição diante das condições e dos resultados dos diversos processos de trabalho e segundo as funções que desempenham. Ou seja, tal estrutura está determinada pelas relações sociais de produção que lhe correspondem, por uma *forma social de produção*²⁵, mediante a qual é extorquido o sobre-trabalho do produtor direto.

Cada modo de produção é caracterizado por uma forma social de produção específica. Nas sociedades tribais primitivas, pelas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas, entre os vendedores da força-de-trabalho – o proletariado – e os detentores dos meios de produção – a burguesia. Mais do que um contrato jurídico, o vínculo salarial é o mecanismo que permite a apropriação do trabalho excedente no interior do processo produtivo, sob forma de mais-valia, conduzindo subseqüentemente a um patamar superior desta, por meio do incremento da produtividade do trabalho e do excedente extraído, contra os quais ao trabalhador indefeso pouco resta fazer.

Por isso, o trabalho doméstico, integrado na Idade Média ao regime dominial da economia agrícola e artesanal (Neers, 1965), mudou radicalmente de sentido com o aparecimento do empresário burguês, cuja finalidade de ganhos crescentes, nas relações com os trabalhadores que aos poucos foi subordinando, redundou na proletarização destes e na sua destituição progressiva do domínio objetivo e subjetivo de seu próprio trabalho. A introdução dessa nova lógica teve variantes regressivas, como o *sweating-system*²⁶, empregado em cidades como Nova York e Londres, ainda em

²⁵ Godelier chama a atenção para o fato de que, em Marx, o conceito de *forma* não é descritivo ou pouco discriminante, mas contém o que hoje se entende por *estrutura*, ou seja, o que é essencial numa relação, o que encadeia os elementos que a compõem e garante sua força e singularidade histórica (1981: 173).

²⁶ Literalmente, *sistema de suor* ou *transpiração*.

meados do séc. XIX (Fohlen, 1974: 47). Mais tarde, a evolução do maquinismo culmina com o regime fordista e taylorista, estabelecendo-se o limiar para a plena exploração do trabalho assalariado, sob forma de mais-valia relativa. As estratégias adotadas pelo atual capitalismo avançado, de segmentação do processo produtivo, emprego de operários polivalentes e adoção de contratos de trabalho precários, nada mais são do que variações jurídico-formais da relação assalariada, com fim na continuidade da acumulação²⁷.

A chamada economia camponesa é um caso ilustrativo das formas sociais de produção capazes de adaptarem-se a modos de produção das quais são atípicas. Seu traço peculiar, comum às suas diversas aparições históricas, é o fato de as relações de produção repousarem na unidade familiar (nuclear ou estendida) e na posse parcelar da terra. A família define a existência e a racionalidade do campesinato, rege sua organização interna e suas interações com o meio circundante. O cálculo econômico, a aprendizagem ocupacional, os laços de parentesco, os princípios de respeito e obediência, as regras de sucessão, eis alguns sinais impressos pela dinâmica familiar sobre o cotidiano camponês. O fato de que esse cotidiano transcende a materialidade econômica e compreende a vida social e cultural, inflexionada a partir da matriz familiar, nos previne contra uma interpretação economicista da teoria de Marx, pois se trata de compreender, a partir da lógica social que preside a organização da vida material, as diferentes formas da existência humana.

O campesinato reproduz-se a si mesmo, mas não à sociedade inteira. Além disso, os sistemas externos de exploração do excedente, com os quais se relaciona, são via de regra mais significativos do que os mecanismos próprios ao seu modo de vida. Não é possível compreender o funcionamento das unidades de produção camponesa sem o seu contexto societário. Nessas totalidades históricas, eles aparecem com as suas singularidades, por vezes inerradicáveis, ao mesmo tempo que adquirem feições introjetadas desde a estrutura social mais ampla. Eles transitam entre modos de produção; para isso adaptam-se, acomodam-se e, também, rebelam-se.

Uma Forma Social Solidária de Produção?

O fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, aquelas práticas: a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do

²⁷ “Em termos mais concretos, o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade ou pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não é.” (Harvey, 1993: 308).

empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (Verano, 2001). Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

De outra parte, o solidarismo mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos. Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista (Gaiger et al., 1999; Peixoto, 2000). O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista – que não é solidária e tampouco inclusiva – e da solidariedade popular comunitária – desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho sócio-econômico que não seja circunscrito e marginal.

A densidade do vínculo solidário certamente é variável, por vezes restringindo-se a meros dispositivos funcionais para economias de base individual ou familiar, por vezes alcançando a socialização plena dos meios de produção e sobrepondo, aos interesses de cada um, a sorte de um empreendimento associativo plenamente autogestionário. O êxito desse último, quando se verifica, decorre decisivamente dos efeitos positivos do seu caráter cooperativo (Gaiger, 1999). Ademais, o trabalho exerce um papel nitidamente central, por ser fator preponderante, senão exclusivo, em favor do empreendimento. Nessa condição, determina uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital²⁸. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar o favorecer um maior rendimento do *trabalho associado*.

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se

²⁸ O fenômeno foi observado há mais tempo, antes da atual crise do mercado de trabalho provocada pela reestruturação produtiva do capitalismo: “O nível de demissões nas empresas autogeridas é praticamente invariante a curto prazo e certamente menos variável que nas empresas capitalistas.” (Vanek, 1977: 266, apud Coutrot, 1999: 109).

não suficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.

A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração. A exigência não se deve, então, a um gosto ou viés economicista, mas a uma necessidade metodológica prioritária (Gorender, 1978: 25)²⁹.

O resultado desse tratamento leva a entender os empreendimentos solidários como expressão de uma *forma social de produção específica*, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. No dias atuais, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. Iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos. Os argumentos de Singer, em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores, a melhora significativa nas condições de vida, advinda do trabalho numa empresa autogestionária, e o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista (2000: 18), em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém.

É esclarecedor observar o que se passa com um exemplo importante de autogestão e cooperação, praticada nos coletivos de produção que se multiplicam nos assentamentos rurais, sob forma de cooperativas agropecuárias e outros formatos associativos. A socialização da terra e do

²⁹ Convém advertir, por outro lado, que o polimorfismo característico das diversas iniciativas populares, incluídas no rol da economia solidária, não impede que se opere uma redução desta morfologia a seus traços essenciais, como se faz aqui, para identificar a estrutura interna de suas relações constituintes, posto que nessas reside a sua lógica de desenvolvimento, mesmo em estado de potência.

trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza entre os “trabalhadores rurais” (agora, assim chamados). Modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na grande maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo; o modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa já incorporara uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo. Do mesmo modo, é com os agentes deste que os assentados transacionam, é diante de suas instituições que devem reafirmar os seus interesses. *Da porteira para fora, dizem eles, o que conta é a lei dos capitalistas.*

Poderíamos igualmente pensar nas empresas autogestionárias presas a cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, para concluir que esse déficit de autonomia atesta o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas. Como assimilar a base técnica da economia moderna, especialmente naqueles setores de maior densidade tecnológica e complexidade organizacional, sem fazer “compra casada” com o conteúdo social, introduzido pela lógica produtiva capitalista nos respectivos processos de trabalho? Não obstante, como dizia Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência. Não é necessário que a mesma esteja exaurida para dar curso à dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Pode ocorrer, ainda, que formas essencialmente não capitalistas sejam representadas como se o fossem, pelo efeito de dominação ideológica do modo de produção dominante³⁰. Donde resta a questão de *descobrir* as possibilidades, latentes ou encobertas, para que esses novos agenciamentos do processo de trabalho e dos fatores produtivos, inseminados por novas relações entre os trabalhadores, encontrem caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos.

A Temporalidade Longa das Transições

Nos termos da teoria proposta, a *transição* significa uma passagem, de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir, a uma outra sociedade, definida por outro modo de produção. Não se resume, portanto, a mudanças momentâneas ou setoriais, mesmo as de caráter evolutivo, cujo efeito ordinário é um novo acomodamento à ordem vigente, por meio da subordinação de lógicas sociais específicas à lógica geral dominante. Apenas em circunstâncias especiais, tais mudanças podem criar gradualmente as condições de superação daquela ordem, na medida em que sua resultante global seja o incremento dos óbices, internos ou externos, à reprodução do sistema econômico que sustenta aquela ordem, combinado ao aparecimento de bases substitutivas, geradoras de uma nova formação social.

³⁰ A começar pelo fato trivial de que todo agente econômico, para angariar algum reconhecimento, é forçado a apresentar-se como *empresário* de um ramo qualquer, seja-o ou não.

Uma consequência imediata reside em que a transição ancora-se em processos de longa duração e, como tal, constitui um momento incomum, de excepcional importância na vida das sociedades, uma virada histórica em que se condensa e manifesta intensamente o movimento das coletividades humanas (Godelier, 1981: 162). Ela requer deficiências estruturais críticas, insolúveis no quadro do sistema existente, aliada a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor a sua lógica reprodutiva ao sistema social. Enquanto isso não estiver demonstrado, não há razão em defender a hipótese de que estamos nessa perspectiva, ou nesse quadro³¹. Numa linguagem lapidar, não basta desejarmos ter a sorte de sermos protagonistas ou testemunhas oculares desse grande momento, tampouco repetirmos vaticínios pessimistas ou catastróficos sobre a ordem presente, esperando com isso apressar a sua ruína. Importa saber se, no horizonte, está selada a derrocada do capitalismo, ceifado que estaria por forças endógenas autodestrutivas, ou exposto a choques exteriores, com suficiente capacidade de abalo e substituição.

De outro lado, considerando o extraordinário avanço das forças produtivas já alcançado e a bagagem de conhecimentos sobre a história e a dinâmica social com que contamos hoje, é plausível admitir que a passagem a um modo de produção pós-capitalista resulte de uma ação deliberada, que provoque a dissolução da ordem vigente, pela introdução voluntária de novas relações sociais de produção. A presença destas induziria uma reorientação das energias humanas disponíveis na sociedade, redirecionando o desenvolvimento das forças produtivas, de modo a corresponderem àquelas relações e a estabelecer-se, efetivamente, um novo modo de produção (Houtart, 1981). O risco, teórico e prático, está em supervalorizar o peso da vontade política, a ponto de recair numa visão voluntarista, como aliás se verificou, em boa medida, nas malogradas tentativas de construção do socialismo no séc. XX. Vale a respeito recordar o critério proposto por Morin & Kern (1995), ao apontarem a necessidade de identificarmos, a cada momento histórico, as coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades, dos fatores cujo efeito coagente depende do protagonismo dos atores sociais.

A transição estudada por Marx, do feudalismo ao capitalismo, exigiu uma análise acurada sobre o aparecimento das condições históricas que deram pleno curso à lógica do capital – na fase da sua “acumulação primitiva”. Tais condições, por sucederem à crise do feudalismo, a explicam parcialmente, mas não foram sua causa. Quanto a isto, é útil lembrar a controvérsia sobre a preponderância dos fatores internos ou externos ao modo de produção feudal, fatores que minaram as suas bases e o deixaram vulnerável a processos subseqüentes de dissolução. Para M. Dobb (1987), foi a insuficiência do feudalismo como sistema de produção, em contraste com as necessidades crescentes de renda da nobreza, o que motivou em primeiro lugar a crise do sistema feudal; razões intrínsecas teriam provocado a disfuncionalidade deste. Para P. Sweezy (1977), o feudalismo caiu principalmente devido ao

³¹ A insistência quase compulsiva em colocar o debate nesses termos, perceptível nos meios intelectuais de esquerda supostamente incumbidos de esclarecer as consciências, apenas prejudica a compreensão das reais dimensões do problema e o coloca numa nebulosa, em que os argumentos valem por sua afinidade com ânimos pessoais e preferências ideológicas.

desenvolvimento do comércio e da vida urbana; segundo ele, o crescimento de uma economia de trocas não impõe o fim de qualquer sistema servil, mas isso aconteceu no caso particular do feudalismo medieval, devido, entre outros, à revogação paulatina de alguns atributos das obrigações servis, por iniciativa do próprio estamento senhorial. Ambos autores reconhecem o concurso de todos esses fatores, restando em questão o seu peso específico³². Da sua conjunção, decorreu o lento enfraquecimento do sistema feudal, o que deixou livre curso para o florescimento de novas práticas econômicas, cuja expansão as levou a choques com os limites da ordem instituída, a entrarem em contradição com ela e, por fim, a suplantá-la. O epílogo, patrocinado pelas revoluções burguesas, selou a destruição daquele ordenamento, cuja força inercial, todavia, se fez sentir décadas a dentro do séc. XIX.

A história traz algumas lições. Primeiramente, a forma capitalista de produção, durante sua gestação, foi mostrando-se historicamente superior, por ser propícia à e beneficiada *pela* expansão da atividade mercantil, ensejada de modo irreversível com a crise do feudalismo. Desse ponto de vista, colocado nos termos da transição pós-capitalista, não basta identificar as insuficiências do capitalismo, sua irracionalidade, as necessidades sociais prementes que não satisfaz, etc. É necessário apontar uma nova lógica de desenvolvimento, impulsionada sob o capitalismo – ainda que não por ele - que seria melhor correspondida por relações sociais de um novo tipo, no caso, as baseadas no labor associado dos trabalhadores. Cabe identificar as propriedades daquela nova lógica, caracterizar a sua força e sua capacidade de expandir-se para a toda a sociedade, alcançar paridade com a forma social de produção capitalista ou mesmo fazê-la recuar. Assim sendo, esta nova forma social estaria mais apta a impulsionar o desenvolvimento das (de outras) forças produtivas, renovando o modo material de produção e gerando as bases para a supremacia de um novo sistema. Esse desafio intelectual nem sempre pode encontrar, em sua época, as evidências de que necessita. Não obstante, como veremos, há esforços parcialmente bem sucedidos e razões para tanto.

Uma segunda lição consiste na necessidade de deixar patente como as contradições inerentes às relações capitalistas as tornam inaptas para corresponderem àquela nova lógica, vindo então a dissolverem-se, por sua incapacidade de reprodução. Contradições não faltam ao capitalismo, mas isso tampouco significa que esteja em colapso, ou que haja fatores que impeçam sua entrada em uma crise agônica, reiterativa (Kurz, 1992), incapaz de dar lugar, por um largo tempo, para outras formas promissoras, livres daquelas contradições.

Em situações históricas afastadas de momentos culminantes, não é tarefa fácil discernir os prenúncios de contradições fatais, insuperáveis sem uma recomposição profunda da ordem social. Em todo o caso, nos meandros dos processos de maturação do novo modo de produção capitalista, Marx captou algumas sutilezas, de elevado interesse heurístico. Suas constatações dão conta de diferentes articulações entre as formas econômicas singulares e a

³² Sobre esse debate, consultar também Hilton et al., 1977.

totalidade social, segundo os estágios e modos de subsunção³³ que se instauram entre elas.

Assim, num primeiro momento, a forma de produção capitalista nascente, introduzida com o recrutamento e o subsequente despojamento dos mesmos trabalhadores das oficinas artesanais domésticas, empregou o modo material de produção então existente, com isso havendo iniciado a subordinação do processo de trabalho. Alterou-se a forma, mas nada mudou nas forças produtivas, materiais e intelectuais, e no processo de transformação material. Essa apropriação do trabalho pelo capital, nas condições técnicas herdadas de formas sociais anteriores, configurou uma situação de *subunção formal*, não restando então ao capital, para incremento da captação do trabalho excedente, senão recorrer ao alongamento da jornada de trabalho, ou a intensificar o seu ritmo físico, extraindo assim a mais-valia absoluta. A base técnica *inicialmente* subsumida pela nova forma capitalista não foi um produto do seu próprio desenvolvimento, mas uma base temporária para o mesmo.

A seguir, o imperativo da acumulação capitalista estimulou uma, a princípio lenta, renovação da base material, mediante aprimoramento da manufatura, maior divisão do trabalho e uso de novas ferramentas manuais. O sucesso das primeiras máquinas abriu a temporada de invenções sucessivas, precipitando a Revolução Industrial. Com o maquinismo e a grande indústria, o capitalismo finalmente passou a contar com sua própria base, com um modo material adequado, que seguiu sendo extraordinariamente impulsionado. As leis do valor capitalista realizam-se doravante em plenitude. As forças produtivas pertencem inteiramente ao capital, a extração do excedente se vale da mais-valia relativa, o trabalho encontra-se numa condição de *subunção real*, sobreposta aos mecanismos de subordinação anteriores, que persistem como expressão da forma geral de produção capitalista e são reativados sempre que o aumento do excedente, pelo caminho da produtividade, revela-se ineficaz ou insuficiente (Godelier, 1981). Assim, a nova forma social de produção é quem deu o impulso definitivo à transformação da base material. Essas não se modificaram em razão de alguma inexorabilidade histórica, mas em resposta a uma nova lógica social, concretamente posta em marcha na sociedade. Resultou então uma correspondência, ensejando o domínio da forma capitalista sobre outras formas de vida econômica precedentes, e a plena maturação do modo de produção de mercadorias.

À medida que avança, o capitalismo dissolve, submete ou mantém reclusas outras formas sociais de produção. Para essas, às vezes, a única saída é adotar a base material moderna, oferecida como mercadoria, e curvar-se ao capital comercial e financeiro, do que temos um exemplo cabal nos pequenos produtores rurais integrados à agroindústria. Nesse caso, a forma de produção familiar se reproduz sobre uma base nova, que ela não consegue desenvolver por si própria, sendo então por essa base subsumida, ao contrário do

³³ O termo *subunção* (de subsumir) é de natureza teórica abstrata: refere-se ao movimento contraditório de recobrimento, pelo qual um conjunto de relações sociais (uma forma social) é incluída e redefinida no interior de outro conjunto, conforme a lógica que preside esse último. Os termos *submissão* e *subordinação* assinalam mecanismos concretos que integram o processo de subsunção.

acontecido nos primórdios do capitalismo. Trata-se de uma *subunção formal inversa*, que deixa as formas sociais atípicas em situação de instabilidade, mas não as descredencia de todo a sobreviverem no interior do modo de produção capitalista.

Dessa reconstituição histórica, vale sublinhar dois fatos: a) a nova forma social de produção capitalista, originalmente, aproveitou o modo material de produção já existente; b) uma vez que seu desempenho mostrou-se superior, diante da demanda criada pela expansão da economia mercantil, as relações de produção capitalistas, então emergentes, provocaram um novo desenvolvimento da base material, havendo sido elas, por conseguinte, a condição necessária, embora não suficiente, dos novos avanços tecnológicos. Em futuras transições, os fatos obviamente não precisam ocorrer nessa ordem. Importa, no entanto, registrar o seu caráter dialético, em que forças ainda *por vir* insinuam-se como episódios a seu tempo laterais e pouco significantes, através de quase imperceptíveis mutações, sem virem, senão ao cabo de um longo período histórico, a suprimir as estruturas de vida social às quais tenderão a sobrepor-se, em prazo mais curto, mas igualmente indeterminado.

Nota final de extrema importância nesse tópico, observando a transição sobre outro ângulo: o conceito de forças produtivas compreende igualmente os recursos e faculdades intelectuais, o estado geral de conhecimento, sua difusão na população, a adoção e manuseio das técnicas, a capacidade de organização do processo produtivo, etc. É justo falar de uma *transição cultural*, significando descompasso e novo acomodamento entre infra e superestrutura (Houtart, 1981), ou entre possibilidades objetivas e capacidades subjetivas de utilizá-las. A transição, sob esse prisma, requer a socialização de novas práticas, sua extensão ao conjunto da sociedade, ou a grupos e classes sociais; práticas que correspondem a novos modelos de conduta, a novas representações, legitimadas e instituintes (Houtart & Lemercinier, 1990).

Uma Economia do Trabalho em Perspectiva

Nas condições atuais, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal *inversa*, de uma *base* sobre uma *forma*, similarmente ao caso da economia camponesa. Essas coerções, naturalmente, cerceam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios; se fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico.

Que exigências apresentam-se aos empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos? Penso serem três: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma

social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no cerne da produção da vida material e social.

No atual ponto de partida, sejam quais forem os desdobramentos futuros, importa ter em vista o critério fundamental da práxis: apenas uma nova prática – aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. Esse é o requisito básico, posto nas experiências de economia solidária atualmente em curso, que motiva a ir em busca das possibilidades de cumprimento daquelas exigências. Vale frisar, uma vez mais, que o êxito em tal cumprimento não significará que os empreendimentos solidários estejam em vias de sobrepujar as empresas capitalistas, tornando-se disfuncionais ao sistema econômico para, a seguir, colocar em risco o próprio capitalismo. O papel possível da economia solidária, a ser inquirido, é o de dar a prova palpável de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas (Singer, 2000: 28), por dispor de vantagens comparativas, decorrentes da sua forma social de produção específica.

Passando em revista os trunfos de que objetivamente dispõem os empreendimentos autogestionários, uma de suas características tangíveis é a eliminação da parcela do excedente antes apropriada pelo estamento patronal para fins privados, pois sua destinação, agora, fica ao arbítrio dos trabalhadores, quer somando-se à remuneração do trabalho, quer sendo reinvertida na empresa. A coexistência de proprietários abastados, empresas insolventes e folhas de pagamento irrisórias, deixa de ter lugar. A supressão das relações assalariadas e do antagonismo entre o capital e o trabalho a elas intrínseco, desonera a empresa igualmente por diminuir custos com estruturas de controle e supervisão, com estímulos pecuniários à fidelidade e eficiência dos que ocupam funções no topo da hierarquia, com programas destinados a conquistar a adesão dos trabalhadores aos objetivos da empresa; em suma, com estratégias as mais diversas da empresa capitalista, fadadas a recompor continuamente o espírito corporativo, sempre que situações críticas deixam a nu as contradições de classe que inescapavelmente a atravessam.

Além do mais, a empresa capitalista, a partir de certos limites, apenas pode flexibilizar os seus custos econômicos assumindo em contrapartida os custos

sociais decorrentes³⁴. Por sua vez, nas cooperativas e empresas autogestionárias, em que os ganhos são socializados de *per se*, o mesmo se admite mais facilmente com as perdas. O incremento unilateral da jornada de trabalho, ou sua redução e conseqüente abatimento das retiradas individuais, como estratégias de ajuste às flutuações do mercado, uma vez aprovadas de forma democrática e transparência, em boa lógica são a melhor garantia contra o desemprego para os cooperados. De certo modo, a empresa associativa está dotada de maleabilidade similar a dos autônomos e profissionais liberais, com a faculdade adicional de diluir custos fixos, assumidos individualmente nos demais casos, e de poder ampliar mais facilmente sua planta produtiva ou de serviços (Sorbille, 2000: 131)³⁵.

Aduzindo um terceiro argumento, sendo o zelo e a atitude de colaboração dos trabalhadores, comprovadamente, indispensáveis a qualquer empresa e geralmente mais eficazes do que as estratégias patronais de convencimento ou coação (Coutrot, 1999), com maior razão há de verificar-se quando existe um vínculo imediato entre a performance do empreendimento e os benefícios individuais auferidos, ao lado de menor rotatividade da força-de-trabalho e da partilha dos valores e objetivos da organização. O interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência. Efeitos como esses, sublinhados pela literatura especializada (Defourny, 1988; Carpi, 1997) e conferidos em estudos empíricos (Gaiger, 1999), ao derivarem da natureza associada e cooperativa do trabalho e das características participativas dos empreendimentos³⁶, lhes conferem uma racionalidade própria, virtualmente superior a das empresas capitalistas que acionam os mesmos fatores materiais de produção.

Do ponto de vista dos fatores humanos, os fundamentos democráticos da autogestão vêm precisamente ao encontro dos requisitos de envolvimento e participação dos trabalhadores, preconizados pelos métodos de gestão modernos. Células de produção, grupos de trabalho e postos multifuncionais, a par outras técnicas de gerenciamento horizontal e responsabilização do trabalhador, típicas das normas de gestão de qualidade em voga, acomodam-se com naturalidade à estrutura participativa dos empreendimentos solidários. Resta como problema a freqüente inexistência de um gerenciamento profissional, dotado do cabedal específico de conhecimentos desse campo e, sobretudo, apropriado metodologicamente a um contexto organizacional de

³⁴ Manchete recente dos jornais, a tentativa frustrada da Volkswagen, em São Paulo, de demitir 3000 operários por conta da renovação tecnológica em curso na empresa, ilustra cabalmente esse fato.

³⁵ Sem dúvida esse é o motivo da proliferação de cooperativas entre profissionais tradicionalmente vistos como independentes, tais como terapeutas, contabilistas, consultores e outros.

³⁶ Reconhecê-lo significa relativizar em boa medida a tese da ação racional individualmente orientada, lembrando contudo que a adesão a uma comunidade de valores decorre igualmente das garantias e vantagens materiais que a mesma proporciona, tanto quanto pode ser cultivada a partir de uma colaboração durável motivada originalmente por razões utilitárias. De tal sorte, contrariamente à maioria das teorias socialistas, a autogestão produtiva “não pressupõe uma transformação radical da natureza humana, o ‘homem novo’.” (Coutrot, 1999: 68-9, 111).

autogestão. A esse propósito, vale recordar que administrar uma empresa é função de competências adquiridas no lidar com problemas concretos, dadas antes pela experiência prática socialmente compartilhada e subsidiariamente informadas pelo saber científico; este, não necessita estar plenamente sistematizado e revestido de autoridade hierárquica para ter vigência e ser chamado a intervir, tanto mais se a experiência a ele referida encontra-se favorecida pelo interesse mútuo e pelo aprendizado coletivo (Singer, 2000: 19-22). A formação dos recursos humanos – seja escolar, técnico-profissional ou geral, visando ao desenvolvimento de uma cultura autogestionária e ao aperfeiçoamento permanente – é favorecida pelo compromisso de todos com a empresa e pelo papel decisivo exercido pelo fator trabalho; valoriza-se mais o “potencial de competência interna” (Peixoto, 2000: 55). Ora, educar simultaneamente para a participação e para o labor produtivo equivale a formar trabalhadores-gestores e a suplantar a divisão típica da empresa capitalista. Desenham-se as bases de uma nova cultura profissional, dada pelo conjunto de competências produtivas, pelo envolvimento mútuo com o futuro do empreendimento e, conforme é próprio a todo *métier* (Coutrot, 1999: 73), por uma deontologia referida a uma comunidade de pares.

Vista de modo mais amplo, a questão incide sobre a criação de novas forças produtivas – nesse caso, intelectuais – impulsionada por uma nova forma social de produção, a exemplo do ocorrido na aurora do capitalismo. Instaurada socialmente aquela demanda, pela presença da nova forma, introduz-se o processo inovador e criativo de desenvolvimento das faculdades humanas, cuja soluções, por seu turno, são suscetíveis de retroalimentar a demanda, em ciclos sucessivos. Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível nos empreendimentos autogestionários que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Desta feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua lógica própria. Considerados os impasses de nossa atual marcha civilizacional, a supremacia a ser alcançada no futuro por formas de produção superiores, diante dos padrões ímpares de produtividade e eficiência do capitalismo, provavelmente repouse em parâmetros de outra ordem, relacionados à racionalidade social e à sustentabilidade.

Seja como for, a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção predominante, é um processo eminentemente social, sujeito a descontinuidades e a reveses, não um fruto instantâneo da materialidade. Novos arranjos sociais lhe são imprescindíveis para que ponha em xeque, por contraposição e substituição, as relações de produção com ela incompatíveis, assim reafirmando, ao longo do tempo, a sua forma social específica. Desdobrada em repetidos *vais-e-vens*, em capítulos de desenlace incerto, a essa dialética os fatos levam a crer que estamos presenciando.

Em seu cerne, coloca-se a possibilidade de reversão daquele processo vital ocorrido nos primórdios do capitalismo, de separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto, separação na qual se assentam, segundo K. Marx, a alienação e a submissão ideológica do proletariado. As experiências concretas de solidarismo econômico teriam a faculdade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos fins que elege. São reais as chances para que se recupere e se reintegre às pessoas a riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral, de modo que interajam por suas qualidades, não “na pobreza e na homogeneidade das suas carências” (Razeto, 1997: 94). Disto pode advir, na expressão de A. Gramsci, a tomada de consciência de sua *personalidade histórica*.

Sob o prisma das relações que cultivam entre si e com os demais agentes econômicos, as iniciativas solidárias vivem um momento de profusão, ao mesmo tempo que de debilidade. A todo instante, surgem novas organizações de crédito, troca e consumo solidário, além de notícias de avanços nas que já existiam, gerando um ambiente de emulação pródigo em encontros e projetos: cooperativas de crédito, bancos populares, moedas sociais, redes de troca, etc. Entretanto, salvo poucas iniciativas de maior porte ou relativa maturidade, esses mecanismos são experimentais: valem por seu significado intrínseco, não pelo seu impacto. Para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas. As tentativas de romper o círculo, ao entrarem em contato, reforçam-se moral e politicamente, mas carecem por hora de práticas efetivas de intercâmbio econômico, tanto mais quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes³⁷.

Não obstante, é possível sumariar elementos com razoável potencial para que circuitos de economia solidária prosperem³⁸. De um lado, o forte enraizamento local da economia solidária favorece a que possa apoiar-se no que *está à mão* - trabalho, saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais – realimentando sinergias e explorando matrizes econômico-produtivas dotadas de alta racionalidade social. Ela contribui para “dinamizar o enorme potencial de recursos humanos e materiais que jaz em repouso nas ‘esferas’ não-mercantis e mercantis da sociedade” (Franco, 1996: 12). Está apta a inserir-se em um padrão de desenvolvimento sustentável, estação final da lógica predatória da economia meramente concorrencial. Por outro lado, contrariando a idéia de que o espaço econômico esteja tomado completamente pelo capitalismo global, as empresas solidárias tendem a ocupar nichos de mercado, parcialmente protegidos da grande concorrência, e a estabelecerem práticas de troca favorecidas pelos laços de confiança conquistados junto aos seus clientes. Tais relações de proximidade, cuja ausência onera formidavelmente a grande empresa com estratégias de marketing, são na

³⁷ O que não é um demérito, posto que inexistente provavelmente outra maneira de começar. Mesmo no sul do país, região considerada *solidariamente* à frente, não se constata uma integração sistêmica, mas sim a coexistência de experiências modelares, em linha de convergência ou de desencontro, direcionadas a setores sociais distintos, em cuja órbita gravita um certo número de atores e organizações (Gaiger, 2000b; 2001).

³⁸ Para uma *defesa*, teórica e política, das redes solidárias, ver Mance, 2001.

verdade um patrimônio da economia popular, ou do *andar de baixo* da civilização, como diria F. Braudel. Por fim, as experiências de intercooperação de maior vulto, ao se expandirem e multiplicarem, vêm a revitalizar formas de vida econômica diversas, igualmente atípicas diante do capitalismo, das quais dependem frações importantes de trabalhadores. Elas estimulam e sustentam expressões de uma economia do trabalho, atenuando sua vulnerabilidade às imposições do capital.³⁹

Vem de longe o debate sobre a eficiência das empresas autogeridas, em confronto com aquelas de iniciativa privada. A força dos argumentos em prol da superioridade das primeiras – dos quais evidenciamos, acima, apenas os aspectos mais visíveis à luz de análises empíricas recentes – não permite desconhecer que a sorte da economia solidária depende igualmente de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico, de modo a generalizar as práticas de autogestão para o conjunto da sociedade e viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que proliferam em pequena dimensão. Uma questão política, portanto, de escolha entre sistemas econômicos alternativos, conforme se deseje fazer prevalecer os interesses individuais ou coletivos. Um combate, ao mesmo tempo, contra os efeitos negativos da economia de mercado e de sua extensão à vida cotidiana, e em defesa das formas de vida econômica dotadas de outros fundamentos.

* * *

Uma dificuldade das teorizações politicamente motivadas é escapar de formulações genéricas, habitualmente dotadas de alguma dose de voluntarismo, o que as faz recaírem, sob aparência de ciência crítica, numa filosofia da história marcada por apriorismos e teleologias. Fugindo às armadilhas da predição, cabe à teoria, firmemente apoiada na análise histórica, elucidar as condições para que determinados processos de mudança social tenham lugar. A cada passo da análise, importa dar conta do escopo dos processos históricos, distinguindo suas respectivas causações e temporalidades. Em caso de desacordo, deve-se demonstrar, também teoricamente, que tais requisitos são infundados ou já encontram-se atendidos.

O exercício a que nos livramos deixa estremeçada a noção de que a economia solidária constitui uma alternativa ao capitalismo, ao evidenciar a complexidade dos fatores em jogo. De outra parte, não alimenta as teses mais reticentes, ao concluir que os empreendimentos solidários estão aptos a credenciarem-se como formas consistentes de vida econômica, sem forçosamente cingirem-se por limites próprios ou por externalidades que os condenariam a um solidarismo de casamata ou a serem um fenômeno sazonal, reativo às flutuações da economia de mercado.

³⁹ Vale a respeito ter em conta a CRESOL, a mais abrangente e comprovada experiência de crédito a produtores rurais, operante nos três Estados do sul do país, por seu impacto positivo sobre a pequena produção familiar (Cf. Singer & Souza, 2000). Sobre a importância do desenvolvimento local e regional, ver Coraggio, 2001.

Entretanto, o rigor da análise torna insuficiente afirmar a força da solidariedade, uma vez esteja introjetada como princípio do agir. Antes, cabe admitir que a adesão dos trabalhadores às práticas de cooperação e reciprocidade não se mantém porque os mesmos se vêem instados moralmente a fazê-lo, mas primordialmente por verificarem, por eles próprios, que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses individuais, que obviamente não necessitam ser apenas utilitários, embora em certa medida não possam deixar de sê-lo. Reside nesse ponto a importância decisiva de demonstrar a superioridade da forma social de produção solidária diante de outras alternativas postas ao trabalhador.

Da percepção dessa simbiose entre interesses próprios e alheios, nasce o interesse comum, base da ação de classe, entre indivíduos similarmente situados no processo de produção da vida material. Quando uma nova forma de vida econômica corporifica-se, projeta consigo novos grupos, compelindo-os, segundo as circunstâncias, a lutarem por sua afirmação. Na transição para o capitalismo, os alvos da burguesia nascente foram as corporações de ofício e tudo mais que entravava a livre iniciativa. A lógica objetiva das transformações históricas, posta em exergue nessas páginas, definirá o seu curso à medida que os atores em cena incidam sobre as condições que encontram, e na proporção em que essas sustentem, por sua vez, aqueles protagonismos.

Referências Bibliográficas

- BRAUDEL, F. (1998). *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARPI, J. (1997). “La economía social en un mundo en transformación”. *Ciriec-España*, 25: 83-115.
- CORAGGIO, J. (2001). “La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado”. *Revista de Ciências Sociais – Unisinos*, São Leopoldo, 37(159): 235-258.
- COUTROT, T. (1999). *Critique de l'organisation du travail*. Paris: La Découverte (Col. Répères, 270).
- DEFOURNY, J. (1988). “Coopératives de production et entreprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation”. *Mondes en Développement*, Bruxelas, 16(61): 139-53.
- DOBB, M. (1987). *A evolução do capitalismo* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- FOHLEN, C. (1974). *O trabalho no século XIX*. S. I. Editorial Estúdios Cor (Col. Breviários da Cultura, 4).
- FRANCO, G. (1996). “Uma nova perspectiva estratégica pós-liberal para enfrentar a questão social no Brasil”. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, 70: 10-17.
- GAIGER, L. (1998). “A solidariedade como alternativa econômica para os pobres”. *Contexto e Educação*, Ijuí, 13(50): 47-71.
- GAIGER, L. (1999). *O trabalho ao centro da economia popular solidária*. XIII Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu.
- GAIGER, L. (2000a). “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In: KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B. (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, pp. 167-198.

- GAIGER, L. (2000b). "Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul". In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, pp. 267-286.
- GAIGER, L. (2001). "As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária". *Revista de Ciências Sociais – Unisinos*, São Leopoldo, 37(159): 103-151
- GAIGER, L. et al. (1999). "A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas". *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, São Leopoldo, 15.
- GIANNOTTI, J. (1976). "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos". *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 17: 161-168.
- GODELIER, M. (1981). "D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition". *Recherches Sociologiques*, Louvain-la Neuve, 12(2): 161-93.
- GORENDER, J. (1978). *O escravismo colonial* (2ª ed.). São Paulo: Ática (Col. Ensaios, 29).
- HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HILTON, R. et al. (1977). *A transição do feudalismo para o capitalismo* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOUTART, F. (1981). "La transition au mode de production socialiste; réflexion au départ des sociétés colonisées". *Recherches Sociologiques*, Louvain-la-Neuve, 12(2): 229-37.
- HOUTART, F. & LEMERCINIER, G. (1990). "Culture et transition: le cas du Nicaragua". *Sociologies et sociétés*, 22(1): 127-42.
- KURZ, R. (1992).. *O colapso da modernização* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAVILLE, J. (dir.) (1994). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.
- MANCE, E. (2001). "A consistência das redes solidárias". *Revista de Ciências Sociais – Unisinos*, São Leopoldo, 37(159): 177-204.
- MARTINS, J. (1989). *Caminhada no chão da noite; emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, K. (1974). *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).
- MARX, K. (1976). *O Capital; crítica da economia política*. Livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MORIN, E. & KERN, A. (1995). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- NEERS, J. (1965). *Le travail au Moyen Âge* (3ª ed.). Paris: PUF (Col. Que Sais-Je?).
- NYSSSENS, M. (1996). "Economie populaire au sud, économie sociale au nord: des germes d'économie solidaire?". In: SAUVAGE, P. et al. *Réconcilier l'économique et le social*. Paris: OCDE, pp. 95-120.
- PEIXOTO, J. (2000). "Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção". In: JÚNIOR, O. (org.) *Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão.
- RAZETO, L. (1997). "O papel central do trabalho e a economia da solidariedade". *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, 75: 91-99.
- SHANIN, T. (1980). "A definição de camponês: conceituações e desconceituações; o velho e o novo numa discussão marxista". *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 26: 44-80.

- SINGER, P. (2000). "Economia solidária: um modo de produção e distribuição". In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P. & MACHADO, J. (2000). *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SORBILLE, R. (2000). "A autogestão e o desafio da viabilidade econômica". In: JÚNIOR, O. (org.) *Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão.
- SOUZA, L. (2000). Um país dinâmico, um pensamento claudicante. *Estudos Avançados*, São Paulo, 14(40): 77-90.
- SWEEZY, P. et al. (1977). *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- TIRIBA, L. (1997). "Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico". *Contexto e Educação*, Ijuí, 46: 7-34.
- VANEK, J. (1977). *The Labor-Managed Economy*. Ithaca: Cornell University Press.
- VERANO, L. (2001). *Economia solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo*. Santa Maria: Cesma Edições.

INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES: UMA ALTERNATIVA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.

Ana Rita Gallo
argallo@bol.com.br

Norma Felicidade L. da Silva Valêncio
norma@zaz.com.br

Regina Yoneko Dakuzaku
ryd@power.ufscar.br

Ioshiaqui Shimbo
shimbo@power.ufscar.br

Farid Eid
farid@power.ufscar.br

Carlos César Mascio
incoop@power.ufscar.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo contribuir para a análise do estudo do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com o aumento na precarização dos postos de trabalho. Parte-se do pressuposto que o processo histórico-social do país conduziu à configuração de um cenário de crescimento sem precedentes de exclusão social de uma população carente e com dificuldades de inserção na sociedade. O artigo propõe como forma de organização alternativa de inserção social, geração de renda e trabalho, a formação e desenvolvimento de cooperativas populares de trabalho a partir de uma Incubadora de Cooperativas Populares do interior do Estado de São Paulo.

Palavras Chaves: precarização do trabalho, exclusão social e cooperativismo.

1. Introdução

O contexto econômico, social e político do Brasil no final dos anos 90 possui um cenário preocupante, pois apresenta os níveis mais altos de desemprego, o aumento da diferença na distribuição da renda e, conseqüentemente, desigualdade e exclusão social sem solução a curto prazo. A parcela da população que mais sofre com estas conseqüências é a mais carente, tanto economicamente quanto em termos educacionais. São pessoas que perderam seus empregos dentro da reestruturação produtiva que precariza cada vez mais as condições de trabalho, não gerando novos postos de ocupação, não tendo chances de desenvolvimento social e cultural dentro de uma sociedade desigual.

Este cenário gerou não só a exclusão social, mas também o desemprego tornou-se tecnológico e estrutural. Assim, a geração de renda e de trabalho no país pode ter como alternativa a formação de cooperativas populares que atendam as necessidades da população mais carente e formem um conjunto de empreendimentos variados que, juntos poderão formar um setor econômico viável e eficiente, na perspectiva de construção da Economia Solidária. É nesse sentido que se coloca o papel social da Incubadora Regional de Cooperativas Populares na motivação, na formação e no desenvolvimento das cooperativas populares de trabalho. Ao se lançar como uma iniciativa universitária - pioneiramente encabeçada pela COPPE/UFRJ há três anos atrás (1997), congregando atualmente treze universidades públicas.

A proposta de criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, vinculadas à Rede UNITRABALHO, vem numa perspectiva de ação sócio-política inovadora e muito ao gosto do que o saudoso mestre (Florestan Fernandes) julgava ser adequado como missão socialmente relevante da academia em contraposição às condutas empresariais que, por tradicionais ou modernas, demonstram ser refratárias à qualquer processo de absorção da força de trabalho que preserve e amplie a dignidade e a cidadania do trabalhador.

A Incubadora não apenas se apresenta como uma ação sincrônica ao grande problema do desemprego crescente que assola o país, mas também emancipadora, sobretudo se vista como uma resposta superadora no debate acerca das condições de empregabilidade da população economicamente ativa. Atualmente, vigora uma 'flexibilização das relações de trabalho' que mal acoberta a apartação social pura e simples. Emerge, assim, a Incubadora, como resposta que agrega aqueles que se encontram excluídos da vida social – exclusão manifesta tanto no que diz respeito à produção material como na ótica do consumo –, e emerge como possibilidade de constituição de um conhecimento interdisciplinar, tendo em vista a transdisciplinaridade. Ou seja, a Incubadora surge nos dias de hoje como um fator extra-econômico, mas que tende a influenciar diretamente o processo de desenvolvimento do país. Algumas condições a tornam uma iniciativa realmente importante, tais como permitir a transformação da própria sociedade brasileira no sentido de torná-la algo socialmente viável, ou seja, um processo pelo qual Florestan Fernandes denominou de passagem do **valor social** para a **força social**.⁴⁰

2. Mercado de trabalho excludente e a formação de cooperativas

Para entender o mercado de trabalho brasileiro é necessário conhecer o processo histórico da industrialização ao longo do século XX. Segundo MOTOYAMA (1994), a industrialização brasileira tem pelo menos três vertentes explicativas. A primeira é encabeçada por Roberto Simonsen considerando a industrialização como resultado das dificuldades no setor externo da economia. A segunda vertente é descrita por W. Dean, advogando a idéia que a industrialização brasileira foi resultado direto da expansão do setor exportador brasileiro, em particular o Estado de São Paulo. A terceira vertente é a do capitalismo tardio, cujo crescimento industrial seria resultado da acumulação de capital no setor agrícola exportador que começara a adquirir uma tonalidade capitalista no final do século XIX. Dessa forma, o setor industrial é considerado parte do complexo exportador cafeeiro com um aumento da proteção do mercado interno por parte do Estado brasileiro. Dentro deste contexto, o desenvolvimento industrial foi limitado às empresas produtoras de bens de consumo que durou até os anos de 1950, quando foi necessário importar maquinário e insumos básicos à indústria de bens de capital.

⁴⁰ - Entendendo-se valor social como uma condição em que há alguma coisa presente, constituída parcialmente na sociedade e que no entanto não se desenvolve por não ser socialmente viável e por não possuir condições histórico-sociais para que ela ocorra. Com a criação dessas condições juntamente com a viabilidade social é que esse valor social se transforma em força social e tem êxito de implementação.

Para MATTOSO (1999), ao longo do século XX e, principalmente após 1945, o Brasil transformou-se em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais. A partir de 1980 houve uma alteração na dinâmica do mercado de trabalho acentuando o desemprego urbano e a deterioração das condições de trabalho. Contudo, ainda foram preservadas as estruturas industrial e produtiva caracterizando o desemprego e a precarização de acordo com os ciclos econômicos.

A crise econômica que está em curso desde o início dos anos de 1970 tem abalado a conformação socioeconômica construída anos anteriores, entre 1950-1970, que tinha como eixo a industrialização e o Estado como atores básicos na regulação das relações internas e externas da economia nacional. “O grande problema, nas condições estruturais do Brasil, é que ao fraco crescimento do emprego industrial conjugou-se uma sensível redução dos investimentos e uma estagnação da produção deste setor” (SINGER, 1999b, p. 93). O resultado disto foi o aumento da precarização dos postos de trabalho com as perdas dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores demonstrando a deterioração do mercado de trabalho. O quadro 1 a seguir coloca os dados a respeito do nível de desemprego que o Brasil está enfrentando.

Quadro 1
Perfil do desemprego na RMSP, 1989, 1996 e 2000* (em %)

Itens	1989	1996	2000
Tipo de desemprego			
Desemprego Aberto Brasil (IBGE) **	3,4	4,6	8,4
Total	6,7	14,2	18,2
Aberto***	5,0	9,2	11,8
Oculto****	1,7	5,0	6,9
Precário	1,1	3,7	4,9
Desalento	0,6	1,3	2,0
Idade			
10 a 14 anos	25,3	40,3	46,4
15 a 17 anos	15,8	39,8	47,1
18 a 24 anos	9,0	19,7	27,2
25 a 39 anos	5,3	11,1	14,9
Mais de 40 anos	2,8	8,0	11,5
Sexo			
Homem	5,7	12,5	15,9
Mulher	8,3	16,4	22,3

Fonte: adaptado de POCHMANN, 1999, p. 105, MATTOSO, 1999, p. 12 e Fundação Seade e Dieese.

RMSP = Região Metropolitana de São Paulo

* Os dados para o ano de 2000 referem-se acumulado no ano até o mês de Maio.

**Este dado foi coletado no IBGE, mas considera o desemprego aberto com período de referência de 30 dias anterior ao da semana da entrevista.

***Desemprego Aberto: engloba todas as pessoas de 10 anos e mais que não têm trabalho e que efetivamente procuraram emprego ou negócio nos 30 dias anteriores ao dia da entrevista.

****Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que, em simultâneo à procura de trabalho, realizaram algum tipo de atividade descontínua e irregular. Desemprego Oculto pelo Desalento: pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda queiram trabalhar.

Pode-se afirmar que um dos principais determinantes da pobreza foi o padrão de geração de emprego e de renda do país, associado ao seu estilo de desenvolvimento. Duas questões básicas podem explicar esse fenômeno: a primeira está voltada para a estrutura agrária concentrada em grandes propriedades e no atraso produtivo; e a segunda resposta encontra-se no tipo de geração de emprego e renda urbana (BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996).

Para POCHMAN (1999), a evolução histórica do processo de exclusão social apresenta-se da seguinte forma:

1. A destruição de formas de produção pré-capitalistas gerou exclusão, implicando na formação de um mercado de trabalho necessário à acumulação de capital;
2. Segunda metade do século XIX: a exclusão era resultado da crise e do processo de concentração de capital restrita a poucos países;
3. Oligopolização, constituição dos Estados nacionais e o desenvolvimento de normas de regulação das relações de trabalho formaram uma base institucional que sustentou no século XX e possibilitou a reincorporação dos excluídos ao universo produtivo. Houve crescimento do emprego neste período que durou até os anos 1970;
4. A crise atual tem origem no movimento destruidor da reorganização produtiva e na racionalização econômica através da terceirização, da incorporação de novas tecnologias e métodos organizacionais, destruindo as perspectivas de recomposição do nível de emprego. A crise tem origem também no grau de industrialização e na difusão de padrões de consumo.

Para o autor, isto gerou a heterogeneidade nas relações de trabalho e a perda do “standard employment relationship” acompanhada pelo crescimento de empregos precários (sem negociações coletivas). Confirmando esse processo, MATTOSO (1999) escreveu que nos últimos anos da década de 1990 o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as conseqüências do processo de retração das atividades produtivas. “O desemprego disparou” compondo taxas que não têm paralelo na história do país.

Dessa forma, o movimento de centralização do capital produtivo em nível mundial gerou duas conseqüências: surtos intensos de reorganização e redução de custos, com efeitos negativos sobre o emprego e a redução do volume de ações no mercado. “O capitalismo restaurado em suas formas essenciais, cada vez mais entregue à operação espontânea de suas leis de movimento, parece falhar com grande escândalo em sua capacidade de gerar empregos, de oferecer segurança aos que consegue empregar ou de alentar os empregados com as perspectivas de melhores salários” (BELLUZZO, 1996, p. 13).

Na década de 1990, os impactos de uma mudança radical na condução da política econômica, viabilizada pelas alterações no cenário financeiro internacional, sobre a estrutura de produção do setor industrial, manteve o baixo nível de emprego (BALTAR & PRONI, 1996). Por um lado, a abertura da economia e a modernização do aparelho produtivo gerou ganhos de produtividade. Por outro, uma queda brusca da inflação rebaixou as margens de lucro, criou um movimento de desverticalização com a terceirização de diversas atividades industriais.

De fato, é relevante compreender a lógica da empresa capitalista implantada nas últimas décadas do século XX. A partir das mudanças no processo produtivo, conhecida como a reestruturação produtiva do parque industrial e apresentada como um modelo global, gerou-se diversos elementos que minaram a organização dos trabalhadores. Houve diminuição dos postos de trabalho, aumento da precarização das condições de trabalho para aqueles que permaneceram no mercado e que não tinham qualificação profissional suficiente para acompanhar este processo. Estes são conhecidos como o núcleo periférico da força de trabalho estando muito vulneráveis a qualquer mudança que gere desemprego. Compondo este cenário existe o núcleo qualificado da força de trabalho, mais estável que o primeiro e com melhores condições de trabalho e remuneração. Além destes dois principais grupos há o contingente de desempregados fruto de parte da reestruturação produtiva ocorrida nos anos anteriores e que ainda está em curso na história do país (EID, 2000). Como uma consequência grave deste processo, os trabalhadores que permaneceram dentro do mercado de trabalho estão sendo obrigados a aceitarem a situação de muita insegurança gerada nos últimos anos.

Com este cenário, o problema do desemprego assume nova configuração tornando-se alto e prolongado. Cada vez mais utiliza-se a subcontratação e a precarização dos postos de trabalho. Contudo, o aumento de emprego no comércio e nos serviços não foi suficiente para compensar a perda dos empregos industriais. Configura-se, então, um núcleo pequeno de trabalhadores com emprego estável e uma grande massa de empregos instáveis e mal remunerados.

Em síntese, ao longo do processo de industrialização brasileira configurou-se um mercado de trabalho excludente. Em conjunto com isto, políticas comerciais aumentaram a discrepância na distribuição da renda per capita nacional gerando um enorme contingente de pessoas desempregadas.

Por outro lado, as cooperativas populares, tanto no contexto rural como no urbano, apresentam propostas de inclusão social dos atores que foram excluídos do mercado de trabalho e configuram um tipo de organização estratégica condizente com as mudanças organizacionais no final do século XX e início do século XXI.

O desenvolvimento da organização cooperativista popular, de economia solidária, ressurgiu como uma nova alternativa ao desemprego a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por

conta própria, composto por (ex)desempregados. Esta pode ocorrer através da “expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação” (GAIGER, 1999, p. 29).

Algumas experiências demonstram que é possível organizar economias locais de razoável complexidade a partir da competição e da cooperação de grande número de pequenas empresas, como demonstram os ‘distritos industriais’ prósperos na Itália, Espanha, Alemanha, etc. Eles têm a capacidade de crescimento e “... a virtude de não adotarem a lógica capitalista, que equaciona eficiência e competitividade com lucro e confere poder supremo de decisão a respeito da existência ou não a empresa nas mãos dos possuidores do capital” (SINGER, 1999b, p. 121). Os distritos industriais agem cooperativamente suplantando as deficiências das empresas isoladas. O lucro é repartido entre os empresários que também comercializam entre si, criando um círculo virtuoso.

A cooperativa deve ser entendida como uma empresa que tem em um dos seus princípios a autogestão, mas que necessita de lucro, ser eficiente, atualizada e vocacionada para se expandir no tempo (GUTIERREZ, 1997). Além disso, para o maior sucesso da cooperativa é necessário o engajamento efetivo de seus integrantes, que as eleições internas sejam maduras e bastante debatidas para definirem a atuação da mesma.

Os maiores desafios para as cooperativas é que elas estão inseridas em uma sociedade de cultura contraditória, herdeira de deficiências educacionais, tendo de lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos e uma cultura individualista, precisando enfrentá-los de forma pragmática e amadurecendo seus conhecimentos. Para isto, é necessário adequar-se a cultura de grupo, ter envolvimento total dos integrantes, superar as formas autoritárias e burocráticas de poder, obter bom senso nas técnicas de gestão e reciclarem-se sobre conhecimentos técnicos e novas formas organizacionais estratégicas. Com isso, pode-se configurar um futuro melhor para quem esteja organizado sob a forma de cooperativista popular.

3. Origem do cooperativismo: internacional e nacional

As principais idéias cooperativistas surgiram na Inglaterra como um movimento de reação a acumulação do capital associada a Primeira Revolução Industrial, no final do século XVIII. Com isso, muitos artesãos ficaram sem trabalho a partir da construção das fábricas e implantação gradual das máquinas no lugar de homens. Com esse cenário configurado surgiram as idéias de Robert Owen um dos pais do socialismo, pregando que a indústria em si é benéfica mas deveria estar sob o controle dos trabalhadores e os resultados deveriam ser repartidos igualmente entre eles. Owen propôs a criação de aldeias cooperativas ao redor das fábricas onde os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente. Diversas cooperativas foram criadas, mas houve reações capitalistas contra essa organização dos trabalhadores e muitas encerraram forçosamente suas atividades (RECH, 1995; SINGER, 1999a).

Em 1844 um pequeno número de trabalhadores fundou em Rochdale uma cooperativa de consumo partidários dos princípios de Owen. A cooperativa cresceu muito alcançando dezenas de milhares de sócios e representou um importante mercado consumidor. Os seus fundadores ficaram conhecidos como os “Pioneiros de Rochdale” e criaram diversas outras cooperativas de produção, como a de fiação, tecelagem, habitação etc. O exemplo de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas, se difundiu pela Inglaterra e outros países. Em 1895 foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que, desde então, congrega as entidades cooperativas de todo o mundo.

A organização cooperativa desenvolveu-se sob diversos tipos, tais como: de consumo, de comercialização, produção agropecuária, industrial e de serviços. Embora haja diferenças nestes tipos todas se regem pelos mesmos princípios, herdados de Rochdale, adaptados e enriquecidos pela ACI. Os associados da cooperativa são proprietários e trabalhadores ao mesmo tempo. Não têm os direitos que a legislação do trabalho assegura aos empregados.

A flexibilização dos direitos do trabalho para os cooperados, via alteração recente na Legislação do Trabalho, cria oportunidade a abusos por parte de empregadores inescrupulosos que demitem seus trabalhadores e os recontratam na forma cooperativa para não pagarem os encargos trabalhistas. Este fenômeno é conhecido como cooperagato ou cooperativa fraudulenta, pois fere os princípios cooperativistas e explora cada vez mais o trabalhador. Se vem ocorrendo o crescimento de abertura/fechamento/reabertura de falsas cooperativas, não obstante a fiscalização de sindicatos autênticos, observamos também o crescimento de cooperativas autênticas preocupadas em melhorar a qualidade de vida e de trabalho para os associados cooperados. Uma cooperativa autêntica inclui em seus custos de serviços a serem prestados, na forma de fundos legais, as taxas equivalentes aos direitos trabalhistas inexistentes para os trabalhadores cooperados (férias, 13º salário, FGTS, licença gestante, afastamento remunerado em caso de acidentes de trabalho e outros).

A partir da década de 1970 e com a Terceira Revolução Industrial em curso o desemprego voltou a crescer. Na década de 1990, com a globalização financeira e comercial houve mais perdas trabalhistas e precarização das condições de trabalho (trabalho assalariado sem carteira, contrato de trabalho por tempo determinado, parcial ou por conta própria, ausência de contribuição à Previdência Social sem direito à aposentadoria). Tudo isso provocou o renascimento do cooperativismo na Europa, na América Latina e, mais recentemente, no Brasil. Atualmente, o cooperativismo tem como caráter ideológico o combate ao neoliberalismo, a crise nas relações de trabalho, a exclusão social, entre outros. Por outro lado, defende a democracia, a geração de trabalho e renda, uma sociedade mais justa e igualitária dentro do conceito de Economia Solidária.

No caso do Brasil, o cooperativismo teve uma forma inicial “primitiva” quando os jesuítas se uniram no trabalho coletivo voltado para a “persuasão” de povos indígenas nas práticas do amor e auxílio mútuo cristãos em meados do século

XVII. As primeiras cooperativas implantadas no Brasil foram as de consumo, cujo objetivo é distribuir produtos/serviços aos seus sócios, buscando as melhores condições de preços e de qualidade.

Em 1847, no Oeste do Paraná, um grupo de europeus criou a Colônia Tereza Cristina organizada em bases cooperativas com curto período de existência, até 1850 quando a Lei de Terras foi implantada entrando em declínio a partir de então (EID, 1998). Posteriormente a esse fenômeno, somente no final do século XIX e início do século XX retomou-se a criação de cooperativas de consumo. As primeiras foram na região Sudeste e depois na região Sul do país. No entanto, a partir da década de 1960, as cooperativas de consumo entraram em crise.

Concomitante as cooperativas de consumo, foram criadas também as cooperativas agropecuárias e de crédito rural principalmente na região Sul do país. Ao longo dos anos, outros tipos de cooperativas foram sendo criadas como as de produção, de trabalho e educacionais.

Em 16/12/1971 com a lei 5.764, ainda em vigor, ficou definido o regime jurídico, a constituição e o funcionamento do sistema de representação das cooperativas e os organismos de apoio. Segundo RECH (1995), em 1995 havia um total de 3681 cooperativas com cerca de 3 milhões de sócios. A partir de 1990, com a crise configurada no cenário industrial, o cooperativismo entra em discussão novamente, com mais força e com uma proposta alternativa ao modelo de indústria instalada e consolidada no Brasil. Em 1999, havia 5.600 cooperativas registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com 5,5 milhões de cooperados registrados (vide quadro 2).

Quadro 2
Cooperativas, cooperados e empregados por ramo de negócio

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.437	856.202	106.753
Consumo	191	1.473.038	7.952
Crédito	920	1.407.089	16.908
Educacional	210	48.403	2.505
Energia e Telecomunicação	184	551.799	5.355
Especial	4	25.484	14
Habitacional	216	53.011	2.063
Mineração	21	1.899	28
Outros	2	40	0
Produção	107	6.011	38
Saúde	698	297.521	19.340
Serviço	1	20	0
Trabalho	1.661	293.499	6.422
Total	5.652	5.014.016	167.378

Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB – dez/99.

Para Singer (1999a) o novo cooperativismo no Brasil toma formas diferentes: empresas autogeridas; pequenas e médias associações ou cooperativas de

produção ou comercialização; cooperativas agropecuárias formadas pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); cooperativas de trabalho e de serviços, formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; cooperativas de serviços de diversos tamanhos, boa parte agrupadas nas Federações de Cooperativas de Trabalho estaduais. Para este autor, um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo é a falta de cultura cooperativista entre os trabalhadores, pois estes não possuem a habilidade da autogestão.

Adquirir essas habilidades da autogestão remete a importância do aprendizado e prática continuada em pelo menos três níveis distintos, mas interligados – técnico, como fazer e ensinar outros a atividade fim com competência; administrativo, como gerir com eficiência e democracia os negócios da empresa autogestionária; político, como introjetar os valores históricos do cooperativismo e a perspectiva de construção da Economia Solidária.

Observamos que instituições legalizadas como o MST, as Incubadoras, as ONGs, entre outras, estão encarregadas da promoção destas habilidades as quais são consideradas fundamentais para que não se reproduza a prática das cooperativas tradicionais, descoladas desses valores inovadores que estão sendo construídos nesse últimos anos..

4. Criação e implementação das cooperativas populares como alternativa à precarização do trabalho

Configurada a questão do cooperativismo como alternativa à precarização do trabalho na sociedade capitalista, faz-se necessário demonstrar como está ocorrendo a criação e implementação das cooperativas populares de trabalho. Parte-se do pressuposto de que a deterioração das relações do mercado de trabalho gerou um nível de desemprego insustentável e, conseqüentemente o aumento da exclusão social dos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho.

Entendemos que a relação de emprego resulta de um contrato social pelo qual o empregador compra, durante a jornada diária de trabalho, a força de trabalho ou a capacidade de trabalho do empregado, através do regime de assalariamento. No entanto, com as modificações que vêm ocorrendo na economia brasileira e mundial com o crescimento da precarização do trabalho e do desemprego é pertinente estudá-lo profundamente com o objetivo de buscar alternativas à situação existente.

O contexto de abertura comercial e financeira, da reestruturação produtiva e o movimento de queda no desenvolvimento econômico do Brasil fez com que as empresas vendessem menos, produzissem menos e empregassem menos. “Os desempregados, que outrora eram denominados de exército industrial de reserva, desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: eles evitam que os salários subam” (SINGER, 1999b, p. 13). Assim, os desempregados que desempenhavam um papel estabilizador da economia, atualmente, desequilibram cada vez mais e geram pressões sociais muitas vezes insustentáveis.

Dessa maneira, é necessário formar um conjunto de conceitos mais adequados à questão do cooperativismo como alternativa à precarização do trabalho, tais como empregar palavras trabalho, ocupação e renda do que emprego e salário. Estas últimas têm uma conotação descolada das organizações cooperativistas populares, onde se pressupõe a inexistência de trabalho assalariado, característica do sistema capitalista. Na realidade, o que se necessita é de ocupação e não de emprego porque, conforme análise de SINGER (1999b, p. 14) “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce”.

Como alternativa ao desemprego e a geração da exclusão social muitas atividades desconectadas do grande capital monopolista passaram a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos e cooperativas de produção. Isto transformou um certo número de postos de trabalho, de “empregos formais” em “empregos informais”, que deixam de oferecer as garantias legais e os direitos habituais e de carregar os custos correspondentes, precarizando as relações de trabalho. Houve, em 1999, uma diminuição de 8 mil postos de trabalho e os 418 mil novos postos de trabalho criados se distribuíram entre os segmentos dos trabalhadores sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria (MTb; IPEA, 2000, p. 22).

Uma das causas da precarização dos postos de trabalho é a globalização da economia como um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionada em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países. A incessante busca pelo acréscimo de exportações cria novas ocupações; o acréscimo de importações elimina os postos de trabalho, que são transferidos aos países de onde provêm os produtos importados, gerando o desemprego estrutural, ou seja, a eliminação dos postos de trabalho substituídos por novas tecnologias que não requerem mão-de-obra para funcionarem.

Este desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho. “O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir” (SINGER, 1999b, p. 23).

A exclusão social tem uma das origens na precarização do trabalho que não está confinada ao Primeiro Mundo. Desde a década passada ele se estende a países periféricos que têm legislação trabalhista e fazem observar os direitos legais dos trabalhadores. A precarização do trabalho inclui tanta a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.

Para Singer (1999b) é preciso algo para reverter essa mudança estrutural, assim como: criar novas empresas, fora do circuito do setor público (que está em crise e sendo privatizado) e do circuito do setor privado capitalista, cujo

dinamismo insuficiente é a razão principal do seu esvaziamento. O desafio essencial está no campo institucional: como gerar as formas de organização adequadas dos produtores, para que estes possam ativar sua capacidade de produção e colocar no mercado produtos que possam ser vendidos por preços que permitam saldar todas as despesas e proporcionem aos produtores, no mínimo, mais do que o seu ganho atual. Todas as formas de organização são válidas, de empresas privadas isoladas, franqueadas, associadas etc. a empresas coletivas, como cooperativas, comunidades de produção e o que mais puder ser experimentado.

O mais difícil não é provavelmente encontrar uma fórmula organizacional ideal, mas mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados, para que se disponham a empreender e desta forma gerirem diversas fórmulas organizacionais a serem testadas na prática, o que remete à importância de se trabalhar continuamente com o desenvolvimento das potencialidades profissionais, da valorização da auto-estima e da decodificação do tecnicismo, numa linguagem simples e objetiva, com menor dificuldade à apropriação dos conhecimentos pelos trabalhadores.

A partir desta conjuntura histórica e econômica da exclusão social é que se pretende estudar a criação, a formação e o desenvolvimento de cooperativas populares como alternativa ao processo de precarização dos postos de trabalho dentro da sociedade capitalista.

Quando se fala da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares enquanto um fator importante na sociedade contemporânea, tem-se como pano de fundo a sociedade urbana e seus problemas, uma vez que a mesma se apresenta como uma força alternativa de sobrevivência de um contingente humano que foi excluído gradativamente no processo histórico de urbanização do país. Ao inserirmos a urbanização na discussão, se torna imprescindível agregar a análise de Paul Singer sobre este processo. Para ele, a urbanização não deve ser vista apenas dentro do contexto do desenvolvimento de uma nação, mas é preciso que se adote um enfoque globalizador⁴¹. No processo de urbanização ocorre uma transformação na estrutura de classes em prol da consolidação dos capitais em crescente concentração. Neste sentido, a Incubadora se constitui numa ação política que acaba se propondo a atender uma classe social que é desprovida dos meios de produção e pode, pelos princípios da Economia Solidária, vir a redefinir, numa certa dimensão, essa mesma estrutura. A efetivação da organização do trabalho calcado no cooperativismo demonstra ser possível viver e produzir dentro de outro modelo de produção material e de partilha do resultado do trabalho.

A incubadora tem o papel fundamental de prestar assessoria técnica aos cooperados durante o seu período de incubação. Ou seja, a cooperativa nasce a partir da incubadora, em trabalho conjunto com as pessoas excluídas socialmente e interessadas na formação de uma cooperativa e esta, permanece vinculada a ela, pretendendo-se que, num determinado tempo que

⁴¹ - Paul Singer (1980) quer dizer com o enfoque globalizador que a problemática urbana só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural que afeta tanto a cidade como o campo e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos.

varia a cada caso, adquira autonomia para atuar no mercado independentemente da incubadora.

Para isso, existe um grupo de docentes e pesquisadores que atua em diversas áreas de conhecimento em uma universidade do interior paulista, e que participa da incubadora de cooperativas populares com a preocupação sobre a questão da desigualdade, da exclusão social e da precarização do trabalho. Este grupo identifica que uma das alternativas apresentadas para a solução destes problemas apresentados é o desenvolvimento e a consolidação cada vez maior de cooperativas populares.

Entende-se por cooperativa “uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente” (RECH, 1995, p. 25).

A partir desta definição, esse grupo preocupa-se com a criação, a formação e o desenvolvimento das cooperativas em um processo denominado incubação. O estudo exaustivo de seus princípios como crenças e valores organizacionais e o desenvolvimento de atitudes coerentes com esses princípios, podem ser o alicerce do desenvolvimento necessário para essas cooperativas.

Detalhando o processo de incubação, pode-se distinguir a participação da incubadora no que se refere a motivação para o cooperativismo, a discussão sobre o modelo de organização cooperativista, estruturação do grupo quanto à participação e coesão entre as pessoas, discussão e elaboração de estatuto, realização de assembléias, processo de escolha da diretoria, discussão e escolha da atividade econômica, análise de mercado, legalização da cooperativa, orientação e encaminhamentos para a capacitação técnica na realização da atividade econômica escolhida, acompanhamento nos aspectos administrativos e contábeis internos e externos. Esses aspectos não necessariamente se constituem etapas sucessivas, mas muitas vezes aspectos simultâneos durante o processo de incubação. Vale ressaltar que os aspectos relativos a gestão democrática e os princípios cooperativos são discutidos e retomados ao longo do processo, pois são questões que o permeiam e são necessárias serem incorporadas pelo grupo nas suas atividades cotidianas de vivência coletiva.

Busca-se facilitar o processo do grupo em sua organização como cooperativa, sempre partindo da realidade e interesse das próprias pessoas objetivando ao final do processo de incubação, a própria “desincubação”, isto é, como dito acima, a obtenção de uma autonomia da cooperativa desenvolvendo a autogestão plena tanto de sua atividade econômica como do seu processo coletivo, em uma gestão democrática. Considera-se assim, tanto o aspecto social quanto o econômico, na avaliação do sucesso da cooperativa.

Da mesma forma que se espera que o grupo acadêmico envolvido na proposta de incubação deva agir dentro dos princípios de socialização do conhecimento

científico , a população que organiza as cooperativas incubadas também deve o tempo todo realizar atividades que sejam afirmativas de seus conhecimentos, fortalecendo-a na cultura de autonomia e auto-gerenciamento do próprio trabalho. Por isso, é necessário que os cooperados participem ativamente de todo o planejamento , controlando todas as fases do processo que dará concretude às suas aspirações de reinserção no mundo do trabalho.

4.1. Estruturação de uma cooperativa popular na periferia de São Carlos: a Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga - CoopLimp

Em termos institucionais, quando a proposta de incubação de cooperativas populares emergiu na Universidade Federal de São Carlos, como iniciativa dos Núcleos de Extensão Município, Sindicato e Cidadania, logo foi defrontada com três problemas relativamente simultâneos para a sua efetivação: o primeiro, o de disseminar essa proposta para toda a comunidade acadêmica, o que implicaria em um esforço de constituição de um grupo multidisciplinar para o qual seria necessário ' traduzir ' uma concepção de pesquisa-ação cujo marco teórico era fundamentalmente econômico; o segundo, extrapolar dessa fase, isto é, da necessidade de uma formação teórica comum, para a ausência de exigência de formação científica por parte dos participantes que viessem a organizar as cooperativas a serem incubadas; e terceiro, o de estabelecer critérios de escolha da primeira área ou grupo social com o qual a academia iria interagir .

Em relação à primeira e segunda questões, viu-se logo a necessidade de, intra e extra muros universitários, construir-se coletivamente um outro saber, redefinidor de novas formas de ação universitária de caráter social. Intra muros, a Incubadora se colocava como uma ação planejada coletivamente para responder à necessidade de obtenção de renda por um grupo sob risco de exclusão que, embora centrada nos princípios da Economia Solidária, não poderia prescindir dos saberes especializados que os docentes e discentes interessados em aglutinar-se traziam. Discussões, lideradas sobretudo por economistas, foram empreendidas para garantir um mínimo de unicidade na compreensão dos postulados da Economia Solidária e princípios do Cooperativismo, conhecimento esse acumulado, na atividade de assessoria de organização do trabalho em cooperativas de reforma agrária, vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mas, para o afloramento de uma ação eminentemente multidisciplinar, a comunidade externa com a qual a Universidade viria a relacionar-se teria importância crucial, pois veio dela a referência das privações vividas, da hierarquia na resolução das necessidades e das potencialidades que a Universidade tinha para ajudar a supri-las.

À medida em que os problemas da comunidade eram colocados em toda a sua multidimensionalidade, os docentes dos Departamentos de Engenharia de Produção, Engenharia Civil, Enfermagem, Letras, Ciências Sociais, Terapia Ocupacional, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Psicologia, Biologia, entre outros, foram encontrando um espaço de atuação que começava na

questão do trabalho mas que não se esgotava nela. A comunidade externa estabeleceu-se, portanto, não apenas como referência de aglutinação do saber formal, mas foi mostrando suas aspirações e seus potenciais que assinalaram os caminhos que o grupo de pesquisadores e participantes deveriam construir juntos.

Fica claro, assim, que a terceira questão, relativa a escolha da comunidade para a ação piloto da Incubadora, permeia as questões anteriores. Desde 1994, o Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar vinha empreendendo a pesquisa 'Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar', que indicava, a partir de cinco variáveis - renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde - quais os bairros mais carentes do município de São Carlos. Dentre os quais figurava o Jardim Gonzaga, o que já apontava para a necessidade de que projetos extensionistas voltados para populações empobrecidas pudessem ser realizados ali.

Em meados de 1998, a liderança comunitária do referido bairro convidou a Coordenação dos Núcleos de Extensão Município e Cidadania e demais interessados da comunidade acadêmica para participar das reuniões da associação de moradores. Inicialmente, as discussões centraram-se nas condições de moradia e escolaridade da população. Uma postura reivindicativa da associação, por um lado, e de acolhimento do grupo universitário, por outro, foi determinante para a escolha desse bairro como base do projeto piloto de formação de cooperativa popular a ser incubada pela UFSCar.

As primeiras discussões estabelecidas entre o grupo da Incubadora e a população local permitiram constatar que a ausência de oportunidades de trabalho antecedia à questão da precariedade de moradia. Todavia, a baixa escolarização colocava-se como o fator anterior de inacessibilidade ao mercado de trabalho, razão pela qual uma proposta de ação voltada para a busca de alternativas de obtenção de renda só seria sustentável no longo prazo com o enfrentamento das restrições ao mundo da escrita e, por este, de acesso ao conhecimento mais técnico dentro das várias habilidades profissionais.

Enquanto intra-institucionalmente a equipe da UFSCar avaliava que introduzir o grupo aos conhecimentos sobre gestão cooperada seria prioritário, a interação com a comunidade fez ver que a ordem dos problemas era outra. A situação encontrada demonstrava que a busca dos rudimentos que instrumentalizavam o resgate da cidadania se colocava como objeto primeiro para a nossa ação, razão pela qual o grupo buscou estruturar cursos de alfabetização de adultos, de desenvolvimento sustentável em conjunto aos que tratavam de relações interpessoais, motivação para o cooperativismo, auto-gestão, autonomia para ampliar a discussão de renda para uma discussão mais abrangente sobre dignidade e cidadania, buscando, com isso, elucidar as relações que movem política, legal e economicamente o conjunto da sociedade.

Dessa forma, a preocupação com a participação de todas as pessoas envolvidas em cada etapa possibilitou a efetiva contribuição das mesmas. Essa relação de troca entre a UFSCar e a comunidade permitiu estabelecer uma nova postura por parte de ambos, já que houve um entendimento, pela academia, da realidade sócio-econômica cheia de restrições e, pela população, um entendimento de uma proposta acadêmica para suplantá-la. Na medida em que esse exercício de transformação social vem se concretizando, percebe-se que o mesmo tem potencial de difusão na comunidade, alterando o conjunto das relações do bairro, extrapolando e atingindo esferas mais amplas do poder local. Ou seja, nem a academia nem a população se relacionam por mimetismo. Um não requer do outro que se copie as suas condutas e a sua forma de pensar, mas que ambos agregem novos elementos de reflexão aos que já têm e, da sinergia entre os velhos e os novos elementos, pensem em novas posturas que extrapolassem, eventualmente, a órbita do trabalho.

Assim, a iniciativa do trabalho cooperativo supera as razões apenas econômicas e traz à tona toda a discussão das estruturas onde estão alicerçadas a sociedade. O simples ato da legalização da cooperativa exigia que os cooperados tivessem seus documentos pessoais em ordem, o que não era o caso de muitos deles que sequer detinham um registro geral. Obter esse documento (o RG) foi significativo, não apenas para a finalidade do trabalho, mas como um passo no processo de resgate da dignidade e da cidadania dos cooperados. O conjunto das ações em busca dos direitos e o acesso a novas oportunidades é que garantem a saída definitiva da situação de exclusão; em relação ao trabalho, por exemplo, isso se efetiva quando o trabalhador não se satisfaz mais em vivenciar a condição passiva e dependente da relação trabalhista tradicional e aspira por uma relação onde possa dividir democraticamente direitos e deveres. Por isso, é papel da Incubadora incentivar que as análises contextualizadas no bojo do modelo de gestão cooperativa não sejam apenas internas aos cooperados, mas estendam-se ao bairro, que é a unidade espacial onde grande parte dessas cooperativas estão surgindo, refletindo-se em ações organizadas que procuram interferir sobre a realidade de tal modo a promover mudanças para superar a situação de exclusão e promover a adesão de outros segmentos.

Para se concretizar essa expectativa, inicialmente realizadas no bairro, as reuniões abertas a toda a comunidade - convidada através de divulgação por carro de som, cartazes e com a participação de lideranças - elucidavam que o caráter da proposta de envolvimento com a Universidade era o de conhecer os problemas relacionados ao desemprego, elucidar, quando possível, os vários aspectos da situação, ouvir as aspirações e as sugestões para a reversão da situação, ampliando a relação de troca para um exercício de resgate da cidadania e desenvolvimento da maturidade das relações trabalhistas.

O grupo do bairro, majoritariamente constituído de trabalhadoras desempregadas, mostrou não ser ignorante de que haviam fatores estruturais que o levavam àquela situação e que, portanto, era necessário elaborar não apenas uma nova massa de conhecimento para superá-la, mas uma nova forma de relacionamento social na esfera do trabalho. Daí emergiu a simpatia pela proposta de se formar uma cooperativa cuja incubação a Universidade

acalentava. O grupo universitário, com o qual a população se fundia, colocou honestamente a sua inexperiência em promover essa iniciativa, o que, ao invés de produzir temores por parte das trabalhadoras do bairro, produziu seu inverso, que foi o aprendizado conjunto acerca desta forma de organização do trabalho e o exercício de resgate da cidadania.

Da interação inicial até a formação definitiva da cooperativa de limpeza, muitas técnicas foram utilizadas. As entrevistas semi-estruturadas deram suporte aos primeiros diagnósticos acerca das aspirações profissionais e perfil escolar dos moradores. O mapeamento de representações indicou lideranças e responsáveis para cada uma das tarefas a serem cumpridas. A apresentação e a discussão do vídeo com depoimentos dos representantes de cooperativas populares do Rio de Janeiro no bairro permitiu ao grupo estabelecer um processo de identificação e reconhecimento de seu potencial para efetivação da cooperativa como alternativa de trabalho.

Todo o processo de constituição da cooperativa de limpeza do Jardim Gonzaga se mostrou como uma ação da qual o propósito de pesquisa não pode ser desconsiderado no fazer da extensão. Não poderiam os docentes envolvidos simplesmente induzir a montagem de uma estrutura organizacional e afastar-se das etapas constitutivas, posto que o conhecimento envolvido no processo se mostrava de uma complexidade que, a um só tempo, necessitava do apoio do saber formal e necessitava ser acompanhado e avaliado por este mesmo saber a fim de que os quadros de referência teórica fossem revisados à luz da experiência em acontecimento. Um exemplo foi a elaboração do Estatuto, no qual a discussão aprofundada e exaustiva durante oito reuniões com o coletivo do bairro, sobre direitos e deveres, escolha da direção, democracia interna entre as futuras cooperadas deveria ser norteado pela legislação vigente - nisso tendo o suporte de profissional da área de Direito -, tendo sempre como base de discussão o contexto associativo, isto é, exigindo a participação ativa de todos os envolvidos, num exercício de decisão democrática que mesmo a academia, envolta no respeito excessivo às competências específicas, não tem mais por hábito realizar.

Num certo sentido, mais do que um Estatuto bem elaborado, o principal objetivo da constituição participativa de todas as futuras cooperadas era retirá-las aos poucos da situação de anomia em que estavam vivendo, permitindo que as mesmas se entendessem como partícipes na construção de um futuro mais promissor, rompendo as amarras do assistencialismo fácil, já que para agir em direção à formação da cooperativa era preciso dedicar-se ao estudo e discussão acerca do funcionamento dessa estrutura. Não raro, as futuras cooperadas previam obrigações ou aspiravam a direitos que estavam escudados nas relações assalariadas de trabalho, isto é, pautadas num vínculo de submissão inexistente numa estrutura cooperada, de empresa autogestionária, o que exigia constante retomada das discussões a fim de que os novos conceitos fossem adequadamente apreendidos, o que também consolidou o conjunto de informações a que a parcela universitária do grupo deveria dominar para bem orientar aos demais. Desta forma, cresceram ambos.

4. 2. Demais atuações da Incubadora e suas perspectivas

Através da divulgação das atividades da Incubadora, outras demandas têm surgido, principalmente junto a Prefeituras Municipais e Associações de classe. As Prefeituras Municipais normalmente chegam à Incubadora tendo em pauta a questão da geração de trabalho e renda, buscando discutir o cooperativismo como alternativa para às suas comunidades. Algumas delas apresentam demanda específica, vislumbrando a cooperativa de trabalho como alternativa, por exemplo, a grupos de trabalhadores desempregados, mulheres interessadas em alguma atividade específica (costura, produção de doces caseiros, por exemplo).

Primeiramente, é fundamental que se discuta com as Prefeituras o modelo de cooperativismo com o qual trabalhamos e a metodologia utilizada pela Incubadora para a atuação junto aos grupos, ressaltando sempre a gestão democrática existente neste modelo proposto, desde a questão da livre adesão, passando pela discussão e decisão da atividade fim da cooperativa, até os demais processos gerenciais. Feito esses esclarecimentos e discussões, e a partir das questões apresentadas pelas Prefeituras Municipais, a Incubadora desenvolverá com eles a discussão sobre definição de público alvo - seja a partir do perfil sócio-econômico do município, seja identificando grupos potenciais - ou desenvolverá propostas de atuação junto a grupos específicos desde a apresentação e discussão da gestão cooperativista até o desenvolvimento do processo de incubação propriamente dito.

Também as Associações de classe como Sindicatos de Trabalhadores, Federações e Confederações, têm-se constituído em demandas potenciais à Incubadora. Estes chegam trazendo a necessidade de sua categoria, seja com trabalhadores ocupados ou desempregados, ou mesmo trabalhadores sem vínculo com estes sindicatos, mas atendidos em alguns dos programas oferecidos por estes. A preocupação é a de oferecer a esses trabalhadores a capacitação na gestão cooperativista, entendendo que esta possa ser uma alternativa de geração de trabalho e renda, visto que nem sempre uma qualificação, requalificação ou uma aquisição de uma melhor formação básica têm garantido condições de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, parcerias estão sendo feitas no sentido de a Incubadora contribuir no oferecimento de capacitação desses trabalhadores para o modelo de gestão cooperativista bem como na possibilidade de formarmos multiplicadores para dar continuidade a esse trabalho, com o objetivo de oferecer acompanhamento aos grupos que venham a se consolidar como cooperativas de trabalho, a partir da capacitação recebida.

Outra demanda que vale mencionar provem de grupos que espontaneamente têm buscado a Incubadora, tendo em vista a opção dos mesmos para se consolidarem como cooperativas de trabalho, buscando maior esclarecimento para as suas questões tanto sobre o processo necessário à formação de cooperativas como sobre o modelo de gestão democrática intrínseco a esse modelo.

Pelo exposto, podemos perceber a extensão da atuação da Incubadora, seja junto a demandas espontâneas de grupos específicos, seja em parceria com outros órgãos e entidades. Mas é preciso enfatizar a possibilidade das Incubadoras em fomentar um trabalho junto a comunidades em situação de pobreza, para a qual a apresentação de uma possibilidade de gestão cooperativa do trabalho possa se colocar como alternativa à situação de exclusão, como foi a experiência piloto da UFSCar.

Como a preocupação de não apenas ser uma alternativa de trabalho, mas também de buscar a não precarização do mesmo, é importante que se garanta que as cooperativas se posicionem sobre a importância ou não da existência de fundos para situações de uso de direitos trabalhistas, inexistentes para cooperados, como décimo terceiro (abono natalício), férias (descanso remunerado), licenças e outros. É importante também que, em um contrato de trabalho – cooperativa e cliente - sejam discutidos os valores da produção/produto ou serviço da cooperativa chegando-se a valores competitivos mas, sem ter como pressuposto, ser obrigado a ganhar a concorrência a partir de uma renda irrisória aos seus cooperados. Organizar a cooperativa significa buscar a autonomia no próprio empreendimento para que cada vez mais os cooperados tenham o domínio dos meios de produção na realização da atividade exercida e maior qualidade de vida no trabalho.

5. Considerações finais

Como um tema que foi resgatado e avaliado a partir dos autores clássicos do socialismo o cooperativismo têm muito pela frente. Além de ser exaustivamente analisado é necessário um forte engajamento com a implementação das cooperativas de trabalho. No caso da incubadora regional de cooperativas populares isso vem ocorrendo intensivamente a partir do trabalho dos docentes, técnicos e estudantes envolvidos com a questão.

O projeto da incubadora de cooperativas preocupa-se com a inserção social dos trabalhadores que estão fora da realidade econômica e política do país. Acredita-se que o papel social da incubadora não se restringe a capacitar cooperativas para a sua formação e funcionamento, mas também desenvolver uma alternativa às relações de trabalho definidas no contexto do capitalismo. Estimula-se a discussão sobre relações sociais no trabalho de forma solidária e coletiva em contraponto às relações de trabalho empregador-empregado competitivas e individualistas, buscando resgatar a cidadania para cada cooperado e para o grupo como um todo.

Por tudo o que aqui se relatou, pode-se afirmar que a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar se coloca como uma forma de intervenção acadêmica, orientada para a construção cooperada de alternativas ao problema do desemprego e da exclusão social. Portanto, se concretiza politicamente ao lado das causas populares ao buscar retirar os trabalhadores em risco de exclusão da situação de anomia em que hoje se encontram face à desregulamentação irrestrita da economia.

O que se pretende com esse projeto é que a Incubadora viabilize a mudança social num sentido determinado. Embora o sistema social envolvente permaneça o mesmo em relação aos mecanismos de apartação, talvez ainda mais recrudescidos na presente década, as cooperativas incubadas poderão mudar a forma como se responde à ele de modo a permitir a recuperação da dignidade, da criticidade, repondo, assim, a possibilidade de desdobramentos inovadores do ponto de vista sócio-político.

Enfim, das mais favoráveis conseqüências da implantação da Incubadora está a maior integração da Universidade com os segmentos sociais apartados da sociedade. À frente desta iniciativa, os cientistas não podem se absterem da função política que lhes cabe nesta atividade, qual seja, a de produzir compartilhadamente conhecimento e, por esta via, caminhar para uma sociedade mais igualitária.

Nessa mesma concepção, incentiva-se a interrelação entre essas organizações que se concretiza na formação de uma rede de cooperativas. Assim, o papel da incubadora não se constitui em uma atuação pontual, mas de uma ação articulada, engajada na realidade social, envolvendo vários atores sejam eles pessoas, grupos, cooperativas, parceiros ou a comunidade como um todo, buscando impactar nas condições existentes de desemprego, precarização do trabalho e exclusão social.

Muito trabalho há pela frente na busca de uma sociedade cuja tônica seja a inclusão social, econômica e política de uma ampla camada da população excluída do processo de modernização da economia.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S. & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVERIA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.
- BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVERIA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.
- EID, F. "COOPERATIVISMO". Curso de Especialização Lato Sensu. Departamento de Engenharia de Produção, UFSCar, 1998.
- EID, F. , SCOPINHO, R.A. , PIMENTEL, A.E.B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária, XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas, MG, 10 a 14/08/98.
- EID, F. Notas de aula: Tópicos Avançados em Organização do Trabalho. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar, 2000.
- FERNANDES, F. Obstáculos Extra-econômicos à Industrialização no Brasil. In: Mudanças sociais no Brasil, SP, Ed.Difel,1979.
- GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. Sindicalismo e Economia Solidária. dez.1999, p. 29-42.

- GUTIERREZ, G. L. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, C.G. (org.) A empresa sem patrão. Marília: UNESP, 1997.
- MATTOSO, J. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Análise do mercado de trabalho. Ano 5, fev. 2000.
- MOTOYAMA, S. Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.
- POCHMAN, M. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro, FASE, 1995.
- SINGER, P. Economia Política da Urbanização, SP, Ed. Brasiliense, ed.7^o, 1980.
- SINGER, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SINGER, P. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. Sindicalismo e Economia Solidária. Dez.1999a, p. 23-28.
- SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3ed. São Paulo, Contexto, 1999b.

AUTOGESTÃO NO BRASIL: A VIABILIDADE ECONÔMICA DE EMPRESAS GERIDAS POR TRABALHADORES⁴²

José Ricardo Tauile⁴³
Eduardo Scotti Debaco⁴⁴

Resumo: A economia popular solidária é, ao mesmo tempo, um segmento produtivo e um movimento social. Os empreendimentos que dele participam organizam-se sob a forma de sociedades comerciais ou civis autogeridas. A autogestão vêm trazendo importantes benefícios para sociedade brasileira mas nem sempre recebe dela e do poder público a devida atenção. Não obstante, muitos avanços vêm sendo obtidos tanto na maturidade dos trabalhadores para administrarem negócios coletivos quanto dos governos em apoiá-los. O aprofundamento deste processo depende de um maior envolvimento da sociedade como um todo no sentido de caracterizar melhor as dificuldades encontradas, propor soluções e coordenar esforços.

Introdução

Ao mesmo tempo que a atual revolução tecnológica traz um aumento da eficiência e da capacidade produtivas, observa-se o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e informalidade. Resulta daí que setores da sociedade para os quais não se tinha políticas públicas que fossem além da assistência social, começam a encontrar na economia popular solidária e na autogestão uma possibilidade para melhorar sua qualidade de vida.

Apesar da multiplicidade de conceitos, por ora podemos caracterizar economia popular solidária como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Já a autogestão, da forma que costuma ser utilizada na ainda incipiente literatura, aparece mais como um ideal de democracia econômica e gestão coletiva a ser perseguido do que como uma possibilidade prática. Assim, costuma-se chamar de empresa de autogestão àquela que tem iniciativas concretas neste sentido e situa-se dentro de um patamar mínimo de organização. Neste texto trataremos principalmente de empreendimentos autogeridos cuja atividade econômica faça parte da indústria de transformação. Em qualquer dos casos, é fundamental diferenciar este movimento social do cooperativismo tradicional. Enquanto o segundo, no Brasil, tem sido uma forma de precarização das relações de trabalho, o primeiro é uma reação mais ou menos organizada a este processo. Essa forma de organização pode ser uma alternativa efetiva ao trabalho precário encontrada tanto por pequenos grupos quanto pelo conjunto de trabalhadores de uma fábrica de médio ou grande porte e, às vezes, por toda uma comunidade ou município.

⁴² Artigo selecionado pela SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política) para ser apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos no dia 30 de maio de 2002, em Curitiba.

⁴³ Professor titular do IE/UFRJ.

⁴⁴ Analista de Projetos do BRDE. Economista pela UFRGS e Mestre em Economia pelo CAEN/UFC.

Num movimento dialético, a crescente quantidade de empresas autogeridas associadas à ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), entidade precursora do movimento de autogestão urbana no país, é um legado da década de 90, período em que as mais ortodoxas políticas neoliberais foram aplicadas no Brasil (e em muitos outros países em desenvolvimento). Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas é, objetivamente falando, uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas de crescentes desemprego e falências (ver SANTOS, 2002).

Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo. Enquanto no fordismo a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente divisão e alienação do trabalho associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não –, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de eficiência é a flexibilização. O chamado modelo japonês, estabeleceu os novos e bem sucedidos padrões de organização (social) da produção no o capitalismo contemporâneo. Nele, busca-se recuperar a motivação e a participação, devolvendo, em certo sentido, ao trabalhador uma parte do conhecimento sobre a produção que lhe vinha sendo expropriado desde o início do capitalismo produtivo – e moderno (TAUILE, 2001-b).

A autogestão, apesar de não ser uma idéia nova, pode ser vista hoje, como uma radicalização deste processo de devolver ao trabalhador parte daquilo que o capitalismo lhe foi tomando ao longo de séculos. Ao se recuperar coletivamente o saber produtivo, por exemplo, se está dando um passo na direção de reduzir ou mesmo, no limite, superar o que Marx chamou de subsunção real do trabalho; ao criar formas de propriedade coletiva do capital está se propondo a superação da subsunção formal do trabalho e quicá, no limite, do próprio capitalismo.

Na prática, porém, a autogestão no Brasil, ainda em estágios iniciais, enfrenta todo tipo de dificuldades. Muitas delas são bastante diferentes daquelas com que se deparam as empresas convencionais. A rigor, entretanto, não se pode dizer *a priori*, que as chances de sucesso das empresas de autogestão sejam menores ou maiores. Muitas delas venceram em terrenos onde as empresas tradicionais fracassaram. Este mérito, porém, nem sempre é devidamente reconhecido. A verdade é que ainda quando a autogestão mostra-se mais eficiente, enfrenta-se uma série de preconceitos, inclusive por parte de órgãos públicos.

São inegáveis os problemas decorrentes de trabalhar com os “restos do capitalismo”. As empresas de autogestão são formadas por pessoas que não possuem grande patrimônio pessoal e, normalmente, têm um reduzido grau de instrução. Mesmo quando estas empresas têm à disposição equipamentos para trabalhar, estes costumam ser antigos e, muitas vezes, obsoletos. A falta

de patrimônio faz com que a empresa nasça com uma estrutura de capital deficiente e que freqüentemente a necessidade de capital de giro seja superior à sua capacidade de financiá-lo. Outro problema está relacionado à falta de instrução formal dos cooperativados e, particularmente, daqueles que ocupam os cargos de direção. Não obstante o conhecimento prático e tácito que estes trabalhadores tenham do processo produtivo em si, a sua carência de conhecimentos técnicos e de experiência em questões mercadológicas, bem como macro-institucionais, agrava as dificuldades naturais para se construir um quadro de administradores com competência adequada àquelas novas (e inovadoras) situações..

Pelo lado positivo, a autogestão traz potencialmente uma série de vantagens e protege o negócio de certos riscos que as empresas convencionais correm. Estar trabalhando num negócio que é seu e do qual o trabalhador participa das decisões permite uma motivação maior apesar das adversidades. Por serem proprietários, mas somente quando começam a sentir-se como tal (o que não é trivial), os trabalhadores buscam conhecer melhor o negócio, com reflexos positivos sobre suas atividades.

Outra fonte de eficiência nada desprezível diz respeito à transparência na gestão, pois ela reduz as possibilidades de fraudes contra a empresa e de desleixo pelos administradores; não custa ressaltar que comportamentos destes tipos causam falências de sólidos negócios, muito mais freqüentemente do que se possa imaginar. Resulta por sinal mais um benefício para sociedade, além da geração, direta e indireta, de trabalho e renda que, muitas vezes, o plano de auferir vantagens pessoais beneficiando-se do direito comercial e da lei de falências, por parte de empresários, é frustrada devido à ação dos trabalhadores inspirados pela autogestão.

Na experiência brasileira, as empresas autogeridas apresentam graus bastante diversos de eficiência. Mesmo que apenas um grupo restrito possa apresentar desempenho econômico-financeiro excelente, estes empreendimentos têm o mérito de gerar ou preservar postos de trabalho e renda a um custo bastante reduzido. Assim, há questões que parecem importantes de suscitar sobre a viabilidade econômica destes empreendimentos:

1. O que deve-se entender por eficiência econômica analisando-se para além da simples questão do lucro no curto prazo?
2. Até que ponto a sociedade deve apoiar estes empreendimentos, ou quando deve-se julgar que eles sejam necessários? Que instrumentos usar ?
3. Podem as empresas de autogestão ser eficientes independentemente da ação do Estado? Seria possível determinar condições necessárias para isso?
4. Em que casos a ação do Estado seria desejável? Como políticas públicas voltadas para estes empreendimentos podem viabilizar iniciativas que, de outra forma, não sobreviveriam?

A proposta apresentada aqui é de discutir a validade das experiências de autogestão a partir de aspectos internos à firma. Isto não quer dizer que as questões referentes à economia solidária como forma social de organização da

produção sejam descartadas. Ao contrário, tais aspectos, apesar de fugirem ao escopo do artigo proposto, servem de importante pano de fundo sobre o qual este se desenrola. Afinal, não se entende construir uma autêntica economia solidária sem empreendimentos autogeridos e sustentáveis; deste modo a questão colocada é como, quando e por que viabilizá-los⁴⁵.

O objetivo deste artigo é apontar linhas de pesquisa que propiciem o entendimento de como as políticas públicas podem melhorar as oportunidades de sucesso dos empreendimentos brasileiros de autogestão? A partir disso, espera-se que seja possível desenhar ferramentas com as quais estas empresas possam enfrentar de forma mais precisa e eficaz suas dificuldades. Como, então, redefinir tais instrumentos (por exemplo, linhas específicas de financiamento e fundos de aval), dotando-os de características que permitam ampliar sua abrangência e impacto sociais. Outro aspecto importante a destacar é a expectativa de que a disponibilização e a sistematização de informações permitam superar o preconceito contra estas empresas por parte de fornecedores e instituições financeiras.

Políticas públicas que têm por objetivo concretizar estas vantagens potenciais começam a surgir nas esferas municipal e estadual. Tais políticas enfatizam aspectos como o trabalho em rede, incentivos ao comércio solidário, formação e capacitação técnica dos trabalhadores e crédito. Falta, todavia, um conhecimento mais aprofundado da realidade que vivem estas empresas e faltam também mecanismos legais e institucionais que tornem estas políticas mais efetivas.

Experiências de Autogestão no Brasil Contemporâneo : Teoria e Prática

A ANTEAG define a autogestão como o controle dos meios de produção e da gestão pelos trabalhadores (ANTEAG, 2000). Dado o grau de instrução formal geralmente baixo dos operários, a gestão democrática do negócio está no centro das preocupações pois estes têm, via de regra, habilidade para produzir mas encontram fortes dificuldades em gerir seus negócios. Já o aspecto controle dos meios de produção também apresenta dificuldades significativas de ordem legal e financeira. Neste caso, os trabalhadores enfrentam uma dificuldade crônica: a falta de recursos próprios (ANTEAG, 1998).

Sem dispor de patrimônio pessoal que permita a integralização de capital social significativo, o patrimônio líquido⁴⁶ da empresa inicia com valores praticamente simbólicos. O negócio começa, portanto, com fortes dificuldades de

⁴⁵ Às vésperas da conclusão deste, o professor Luís Argemiro Brum da UNIJUÍ, publicou um breve artigo sobre o assunto na Gazeta Mercantil de 13/3/2001 "Economia Solidária: elementos para compreensão". Apesar das semelhanças no tratamento de algumas questões, vale notar que os trabalhos foram produzidos de forma totalmente independente.

⁴⁶ O patrimônio líquido é a conta no balanço patrimonial que, situada do lado da origem dos recursos, aponta qual o volume de recursos da empresa vem de fontes próprias. Estas fontes são, basicamente, o capital social integralizado pelos sócios no início do negócio mais os resultados (lucros ou prejuízos) acumulados ao longo da vida da empresa. O patrimônio líquido é uma importante conta na análise da estrutura patrimonial das empresas, já que, em comparação com outras contas, indica o grau de autonomia da mesma.

financiamento de suas atividades, com limitações para investir, defasado tecnologicamente, sem capital de giro próprio, restrições no acesso ao sistema financeiro e muitas outras dificuldades decorrentes desta situação. Assim, no que diz respeito aos meios de produção, a situação que normalmente ocorre é a disponibilidade farta de mão-de-obra mas sem acesso ao capital para tocar o negócio adiante.

No caso dos ativos fixos, diversas saídas foram encontradas pelos trabalhadores para superar sua escassez, havendo atualmente uma série de mecanismos públicos que permitem este acesso. Existe uma facilidade maior em disponibilizar equipamentos e prédios para os trabalhadores já que, se o resultado não for positivo, ainda restarão bens materiais como fruto do projeto fracassado. As empresas autogeridas têm acesso a estes recursos através de doações ou empréstimos do poder público, ONGs e igrejas, ou através do arrendamento de plantas industriais diretamente de seus proprietários ou ainda via judicial no caso de falências.

O arrendamento de plantas industriais é o principal mecanismo utilizado pelas empresas ligadas à ANTEAG. Essa situação geralmente ocorre quando há uma falência ou a eminência de que isso ocorra. É importante fazer um parêntese neste aspecto, já que as empresas, muito antes de falir, costumam criar passivos várias vezes superiores aos seus ativos. Na realidade, devido a uma série de expedientes usualmente praticados, esta situação prejudica muito menos os parceiros privados do que aos empregados e ao poder público. Por vezes, mesmo o setor público não parece se sensibilizar com as causas em questão. Esse é o caso de um curtume em Santo Ângelo/RS onde as dívidas com fornecedores foram praticamente zeradas; restaram uma dívida de R\$ 15 milhões com o Banco Santander, herdada do Meridional, outra de R\$ 5 milhões com o Banco do Brasil e mais R\$ 2 milhões de dívidas trabalhistas. Apesar de o Banco do Brasil ser o síndico da massa falida, impôs diversas dificuldades que acabaram por impedir o arrendamento da planta.

Os maiores empreendimentos autogeridos no país tiveram origem a partir de processos como esse, tendo porém soluções mais bem sucedidas. A Cooperminas, antiga CBCA, hoje com 400 sócios, situada em Criciúma/SC e que desde 1917 produz carvão, vem sendo administrada desde 1987 pelos trabalhadores permitindo uma série de avanços sociais para os mineiros além da continuidade dos postos de trabalho até hoje (ANTEAG, 2000). O caso é semelhante ao de muitas outras empresas, de tamanhos diversos, chegando a gerar 4.000 postos de trabalho, num único empreendimento. Para citar um exemplo recente de sucesso, dos cerca de 600 trabalhadores que perderam os empregos em outubro de 2001 decorrentes da falência da Companhia Geral de Fogões S.A., em Guaíba/RS, 150 estão voltando a trabalhar neste mês de março de 2002, graças a um acordo na justiça possibilitado por a um financiamento de R\$ 600 mil reais concedido pelo Banrisul.

Ainda no ponto sobre o controle dos meios de produção, uma situação recorrentemente difícil de contornar têm sido a falta de capital de giro. Como o ativo fixo, o capital de giro pode ser financiado por recursos próprios ou por recursos de terceiros. Os recursos próprios destinados ao financiamento do

capital de giro, teoricamente, são aqueles que excedem o capital imobilizado. É recomendável, portanto, que uma parte do capital de giro seja financiada por recursos de longo prazo, próprios ou de terceiros (MATARAZZO, 1998). Aqui é que os empreendimentos autogeridos encontram as maiores dificuldades.

Como já foi visto, os recursos próprios são bastante escassos. Financiamento de longo prazo para capital de giro para indústria, no Brasil, é usualmente difícil de se obter. O principal mecanismo é o capital de giro associado a investimentos fixos oriundo de recursos do PROGER e do BNDES. No entanto, como o nome já indica, estes recursos representam uma fração do empréstimo destinado a investimento fixo e as empresas nem sempre têm condições de acessá-los ou necessidades imediatas de novos equipamentos. Já os recursos de curto prazo exclusivamente destinados para financiamento do giro, vêm da carteira comercial das instituições financeiras (com taxas de juro exorbitantes) ou do crédito concedido pelos fornecedores. Ambos são difíceis de se obter, especialmente no início do funcionamento dos empreendimentos autogeridos, devido aos indicadores financeiros deficientes e agravado pelo fato de que, no caso de falências, muitas vezes os fornecedores levaram calote ou por pouco escaparam de ser caloteados pelo antigo dono. Com isso, demora algum tempo para que se restabeleça a confiança do mercado quanto às chances de sucesso do empreendimento.

Não raro essa situação é superada pelo comprometimento pessoal dos novos administradores ou através do auxílio explícito da sociedade. Infelizmente, no entanto, é comum ser esta dificuldade superada sem recurso ao espírito da solidariedade, através da simples prestação de - mais - serviços. Como a empresa só dispõe de máquinas e de pessoal, produz com a matéria-prima e a marca de terceiros. Apesar de a empresa ser democrática internamente, os trabalhadores continuam sendo explorados por uma empresa externa que não tem nenhuma obrigação legal com trabalhadores além da relação comercial com a empresa autogerida (e que lhes pertence).

O outro lado do problema, ou seja, a educação e a organização dos trabalhadores para gerir, de forma democrática, o seu negócio é o que tem recebido maior atenção do movimento social e dos intelectuais a ele ligados.

“Na perspectiva de ser dono do negócio, surgia a dúvida: o que é mais importante, ter o controle da gestão ou o controle dos meios de produção? (...) Existem casos de os trabalhadores gostarem tanto da gestão empresarial que assumem o controle da empresa como gestores empresariais e se recusam a responder enquanto verdadeiros donos coletivos da empresa. O caminho é educar os proprietários coletivos para que assumam o controle da gestão. Não é por outra razão que a Anteag investe 70% da sua força na educação dos gestores. Não adianta ter o controle da empresa se não se tem controle da gestão”. (ANTEAG, 2000; p. 22)

Aqui parece que o recurso fundamental para que uma empresa autogerida obtenha sucesso é a gestão do negócio. Sob uma ótica socialista, o aprendizado dos trabalhadores em gerir empresas pode ser entendido como uma finalidade em si já que, neste caso, a classe trabalhadora teria que assumir coletivamente a operação da produção (SINGER & MACHADO, 2000). Os operários sabem produzir mas este conhecimento existe de forma

fragmentada dentro de uma fábrica. Quem possui uma visão integral é o gerente ou o proprietário. Para permitir a democratização da gestão é necessária a apropriação coletiva desse conhecimento, daquilo que a ANTEAG chama de saber coletivo dos trabalhadores (ANTEAG, 1998).

A confiança é fundamental neste processo. Numa empresa convencional, o que garante o emprego, muitas vezes, é o caráter tácito das habilidades do trabalhador. Já numa empresa autogerida, o que irá garantir a sua sobrevivência será a capacidade dos novos proprietários reunirem um conjunto de informações dispersas e delas fazerem sentido segundo seu interesse.. Ou seja, não havendo concorrência entre os trabalhadores é seu interesse, se educarem uns aos outros naquilo que conhecem e, especialmente, naquilo em que se complementam. Para uma fábrica funcionar é necessário muito mais do que saber operar máquinas; é preciso conhecer o mercado, organizar documentos, cumprir exigências legais, estabelecer parcerias comerciais e institucionais.

A confiança, repetimos, é um ativo intangível dos mais importantes neste processo. É ilustrativo o episódio de uma fábrica do setor sucroalcooleiro no sul do país que, enquanto empresa convencional, nunca havia atingido sequer 50% de ocupação da capacidade instalada. Sua produção depende da matéria-prima produzida por pequenos agricultores no entorno da planta industrial. Devido aos desmandos dos antigos proprietários, os produtores rurais não plantavam tudo o que podiam. A empresa faliu e os agricultores assumiram a usina junto com os ex-funcionários. A gestão austera e a confiança adquirida em meio a importante mobilização social (toda a comunidade depende, direta ou indiretamente, daquele negócio) permitiram que a taxa de ocupação viesse batendo recordes históricos até ultrapassar os 60% na última safra. Para a próxima, já está garantido que este recorde será superado novamente, devido à área plantada.

Assim, a capacidade de gerir o negócio por parte dos trabalhadores tem sido uma preocupação fundamental tanto das instituições oriundas do movimento social quanto das políticas públicas da área de economia popular solidária. Como já mencionamos, as dificuldades encontradas aqui também são muitas. Não custa enumerar aqui algumas das principais: o baixo grau de instrução formal dos trabalhadores, o caráter inovador desta forma de gestão, a fragmentação do conhecimento e o seu caráter tácito. Este último aspecto é, talvez, a maior dificuldade dos técnicos que assessoram tais empreendimentos. Nem sempre é possível se fazer compreender pelos trabalhadores ou conseguir apontar precisamente os problemas e soluções que viabilizarão o projeto. Há uma barreira cultural pregressa, promovida pela lógica capitalista de produzir na qual os trabalhadores, enquanto assalariados, estavam subsumidos e que tem se revelado difícil de superar.

Eficiência Econômica das Empresas de Autogestão

Eficiência pode ser considerada uma medida da capacidade que agentes ou mecanismos têm de melhor atingir seus objetivos, de produzir o efeito deles esperados, em função dos recursos utilizados. O conceito ortodoxo, expresso pelo ótimo de Pareto, vê como eficiente uma condição onde os agentes maximizam suas funções objetivo. Segundo ele, é eficiente, para a firma, maximizar o lucro ou minimizar os custos de produção e, para o consumidor, maximizar a satisfação ou minimizar as despesas. (MILLER, 1981) Estes conceitos, da forma como vem sendo apresentados na teoria econômica, dependem de funções objetivo contínuas e “bem comportadas”.

A crítica mais contundente a este conceito de eficiência econômica não vem dos economistas, mas da natureza⁴⁷. O que dizer a respeito de eficiência econômica e satisfação dos consumidores quando o que está em jogo são recursos não renováveis?⁴⁸ As propostas decorrentes das análises ortodoxas sobre a questão recomendam que se impute um custo social para a poluição a ser pago, sob a forma de uma taxa, pelas indústrias responsáveis pela mesma (BAUMOL & OATES, 1988). Se, por um lado, a taxa para emissão de efluentes é cara demais para que os países desenvolvidos aceitem, por outro lado é insuficiente para responder aos problemas hoje colocados. Senão, o que dizer a respeito do que seria um imposto satisfatório para permitir que grandes empresas acabem com as reservas de água potável do mundo?

Neste sentido, cabe notar que as associações de recicladores de resíduos sólidos apresentam um exemplo importantíssimo. No conceito de eficiência tradicional, ou seja, da relação entre insumo e produto, estes empreendimentos são um grande fracasso. O produto resultante do processo de coleta e triagem do lixo é muito inferior aos custos de produção, só sendo viável devido aos importantes subsídios públicos, sob a forma de coleta e entrega dos resíduos nos galpões. No entanto, esta é hoje uma política pública com aprovação praticamente unânime na sociedade. O caso é que, além do plástico, do papel, do vidro e dos metais, estes galpões produzem emprego, renda, qualidade de vida, diminuição do volume de lixo em aterros sanitários, redução no desmatamento, menos lixo nos arroios, reaproveitamento de recursos que demorariam séculos para serem biodegradados, etc. Os benefícios sociais daí resultantes não são remunerados pelo mecanismo de mercado.

Se eficiência diz respeito aos efeitos esperados, temos então que encontrar uma forma de incluir nestes efeitos esperados pelas indústrias não apenas mercadorias para a sociedade e lucro para o proprietário, mas também postos de trabalho, qualidade de vida, preservação ambiental e valorização do ser humano. Tais questões não podem ser colocadas como sendo juízos de valor, fora do escopo do estudo das Ciências Econômicas. Deste modo, a discussão sobre o conceito de eficiência econômica envolve um debate que diz respeito não somente à rentabilidade das empresas mas também aos benefícios sociais

⁴⁷ O que não deixa de ser interessante dada a origem positivista da escola neoclássica.

⁴⁸ O conceito de recurso natural não-renovável não inclui a água potável, por exemplo, mas há um debate mundial sobre a escassez desta.

por elas gerados, sendo aceitável que o poder público as subsidie, de alguma forma, para que possam competir no mercado.

Nem todas as empresas autogeridas, porém, dependem de subsídios para competir. Muitos são os casos em que estas foram capazes de ser mais rentáveis do que empresas convencionais que as antecederam, mesmo sob condições mais adversas. Essa situação fica mais evidente num contexto de falência, onde a gestão tradicional levou a empresa ao fracasso e, quando arrendada por iniciativa dos ex-funcionários, conseguiram se reerguer.

Esse foi o caso de uma empresa do setor têxtil que formou uma cooperativa com cerca de 100 trabalhadores que perderam o emprego no processo de falência. Esta empresa conseguiu, em menos de 3 anos, acumular recursos próprios de tal ordem que permitiram que a cooperativa comprasse a planta industrial da massa falida através de um leilão judicial. A diferença foi apenas de gestão, como em muitos outros casos fica a dúvida se a antiga direção era fraudulenta ou apenas incompetente. Este não é um caso isolado de sucesso e pode-se enumerar exemplos de setores econômicos variados como o calçadista, o metal-mecânico, o alimentício e outros. Apesar dos fatores que determinaram o sucesso de empresas autogeridas onde outras fracassaram ainda merecerem melhor aprofundamento, já é possível identificar alguns deles. O primeiro é que, como já indicado acima, a legislação tributária e a legislação trabalhista facilitam as fraudes e a má fé e, em especial, a legislação comercial e a lei de falências dificultam a comprovação de fraudes que dilapidam o negócio. Bancos públicos também costumam fazer negócios duvidosos com empresas às vésperas de fechar suas portas. Assim, quando uma empresa fecha, os principais credores freqüentemente são os trabalhadores, o erário e as instituições financeiras públicas. Quando uma empresa autogerida consegue arrendar na justiça uma dessas planta, além de manter os postos de trabalho e o patrimônio da massa falida, o fato em si também costuma representar uma dificuldade a mais para os fraudadores.

De fato, os determinantes para a obtenção do sucesso comercial são bastante diversos. Um deles é que, como donos, os trabalhadores têm diversos motivos a mais para se empenhar em seu trabalho. É fato que as pequenas melhorias, ou inovações, feitas no cotidiano da fábrica, melhorando a qualidade, a produtividade e reduzindo o desperdício são fontes importantes de competitividade nos dias de hoje (TAUILE, 2001a). Se estas melhorias revertem de fato em favor dos trabalhadores, estes têm muito mais interesse em realizá-las. Outro fator é que a remuneração e a própria manutenção dos postos de trabalho dependem do desempenho destes trabalhadores no sentido de aumentar competitividade.

No Brasil, a utilização da força de trabalho vem ocorrendo de maneira predatória. O mercado de trabalho não valoriza devidamente a qualificação dos trabalhadores, a rotatividade é mantida em níveis absurdamente altos como forma de disciplinar os trabalhadores e os salários são bastante baixos se comparados com a maioria dos países em desenvolvimento. Assim, a flexibilização do trabalho tem sido entendida por aqui como precarização das relações de trabalho (CARVALHO, 1994). Nas empresas de autogestão, o

objetivo de flexibilizar a produção deve ser mantida, mas sem precarização, com baixa rotatividade e manutenção do número e da qualidade dos postos de trabalho, diferentemente do que vem ocorrendo tradicionalmente no setor produtivo. Apesar dos muitos exemplos de sucesso, não existe uma sistematização sobre quais são as condições que o favorecem. Por ora, só é possível concluir o aspecto eficiência econômica da autogestão com a enumeração de condições sob as quais esta forma de organização da produção apresentou desempenho especialmente satisfatório. As empresas de autogestão têm sido mais eficientes quando se trata de coibir gestões empresariais incompetentes, fraudulentas e gananciosas (no sentido de proprietários que estabelecem sua própria remuneração em patamares incompatíveis com a capacidade da empresa, extraindo uma mais valia excessiva). Ainda outro aspecto interessante e digno de nota, é a capacidade que a autogestão teve de introduzir maior flexibilidade em fábricas com gestão e equipamentos antigos; em diversos casos, fábricas praticamente obsoletas apresentam indicadores econômicos superiores a suas concorrentes convencionais com equipamentos melhores.

No caso específico das falências, muitas delas estão associadas a dívidas que se acumularam a longo de anos e que acabam por impor um custo financeiro insuportável. Quando os trabalhadores assumem a planta, geralmente o fazem através de arrendamento, sem assumir as dívidas, o que é um bom negócio para todos já que, além de preservar postos de trabalho, reduz significativamente os custos da massa falida e valoriza o patrimônio, beneficiando os credores (entre os quais os próprios trabalhadores). É evidente que estas observações ainda carecem de maior sistematização; porém, dado o acúmulo existente e a oportunidade (e a necessidade) de divulgá-las, parece ser a avaliação possível neste momento.

Políticas Públicas Brasileiras para Economia Popular Solidária

Se a autogestão tem de fato tamanho potencial de beneficiar a sociedade brasileira, parece evidente a necessidade de o poder público fomentá-la, suprimindo as deficiências que ela apresenta em seus estágios iniciais no Brasil. Entre as experiências mais importantes de políticas públicas para a economia popular solidária no meio urbano pode-se citar o Programa Economia Popular Solidária (EPS) do Estado do Rio Grande do Sul, os programas de algumas prefeituras brasileiras e as incubadoras de cooperativas populares existentes em diversas universidades públicas e privadas.

O programa gaúcho é o mais abrangente em número de empresas e trabalhadores envolvidos. Também é o mais ambicioso em termos de objetivos propostos. O Programa EPS, ligado à Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), foi constituído através de decreto do Governador. Para participar do programa, as empresas devem se constituir sob a forma de cooperativa, sociedade por cotas, associações ou sociedades anônimas de capital fechado. Também podem participar grupos em processo de formalização. Outras exigências são: a democracia na gestão e na propriedade, remunerar o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital,

não ter empregados em número superior a 10% ao do total de associados e ter mais de 5 sócios (RIO GRANDE DO SUL, 2001a).

Os instrumentos criados por estas políticas públicas ainda são incipientes, mas começam a ganhar força e objetividade. Pode-se dividir os instrumentos existentes ou em elaboração em 5 eixos, como no programa gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2001b):

- Formação e educação em autogestão;
- Capacitação do processo produtivo;
- Financiamento;
- Comercialização;
- Incubadoras de economia popular solidária.

Os eixos de formação e educação em autogestão e capacitação do processo produtivo, que o Governo gaúcho achou por bem distinguir, são tratados conjuntamente pela maioria das políticas públicas e ONGs da área. Assim é que a ANTEAG foi chamada a contribuir com a SEDAI por possuir um programa de educação entre os mais reconhecidos, contando com 10 cadernos que abordam problemas técnicos de maneira simples e do ponto de vista da autogestão. A exemplo da ANTEAG, as incubadoras ligadas às universidades também oferecem assessoria técnica específica e cursos por empresa, o mesmo acontecendo com as Prefeituras. Esse é, portanto, o eixo mais disseminado e busca suprir a deficiente educação formal e a falta de experiência em administrar por parte dos trabalhadores envolvidos.

No Rio Grande do Sul, o que aqui é chamado de capacitação do processo produtivo, foi delegado a técnicos ligados a diferentes universidades, com formação nas áreas de Economia, Administração, Contabilidade e Engenharia. Estes técnicos prestam assessoria técnica para a gestão dos negócios e elaboração de projetos de financiamento, em colaboração com os monitores técnicos, pessoal com experiências diretamente relacionadas à autogestão.

No aspecto de financiamento, existem diversas ONGs que oferecem fundos para pequenos projetos, sendo a Cáritas uma das mais importantes. Também vêm crescendo as instituições de microcrédito com apoio de diversas Prefeituras Municipais e participação do BNDES. A questão é que estes recursos são mais voltados para empreendimentos familiares ou de serviços e dificilmente resolvem problemas de plantas industriais. Técnicos do BNDES têm buscado formas de oferecer crédito para estas empresas mas esbarram na dificuldade de adequar às exigências legais e às normas internas daquele banco de investimento, os procedimentos e os indicadores de desempenho econômico relativos às (entidades e) empresas solicitantes. Vale destacar que, igualmente, o Banrisul e a SEDAI/RS criaram linhas de crédito especiais para o setor, além de disponibilizar técnicos para elaboração do projeto e acompanhamento da execução. Tais esforços trouxeram avanços significativos mas ainda existem algumas dificuldades na questão das garantias reais e da disponibilidade de capital de giro. Assim é que este crédito é oferecido às empresas com capacidade de pagamento, ou seja, com rentabilidade positiva. O setor industrial (ainda) não conta com subsídios semelhantes aos que os

agricultores costumam receber, com taxas de juros bastante mais reduzidas, às vezes negativas, até mesmo para capital de giro.

O aspecto comercialização ainda é o mais frágil, ao menos, no setor urbano da economia popular solidária. No setor rural, menos complexo em termos do número de processos envolvidos, existem redes que conseguem levar do produtor ao consumidor, passando por uma agroindústria solidária, sem intermediários. No setor de serviços, algumas incubadoras conseguiram abrir as portas das universidades na prestação de serviços terceirizados. Já para as iniciativas autogeridas da indústria de transformação, excluindo o setor de alimentos, ainda não se tem resultados satisfatórios.

É neste contexto que se carece de estímulo para a constituição de redes de comunicação que, através espaço cibernético, unam as empresas autogestionárias, permitindo que não só auferam economias de escala no que tange a compras e vendas (dentro e fora da rede) como também desenvolvam economias de solidariedade que viabilizem complementar competências e suprir deficiências deste subconjunto expressivo da chamada economia solidária no Brasil. A política de constituição de redes pode cobrir diversos aspectos além do comercial, articulações entre empresas e instituições podem ser úteis na difusão de tecnologias e apoio político-institucional para o setor. Estes últimos são especialmente importantes para empresas situadas em pontos mais avançados de cadeias produtivas complexas, ou seja, que produzem bens intermediários e bens de capital. Para estas, a economia popular solidária não apresenta (ainda) uma densidade comercial significativa mas o apoio de instituições como o judiciário e o poder público municipal e a troca de informações com outras empresas são questões fundamentais.

As incubadoras de economia popular solidária talvez sejam a política pública mais difundida. As incubadoras, normalmente criadas pela comunidade universitária, oferecem formação, acompanhamento e alguma estrutura física para que as empresas iniciem. A ênfase destes projetos também é naqueles serviços mais populares, tendo alguma dificuldade para oferecer assessoria a empreendimentos industriais.

Como pode-se notar, apesar de nem sempre serem suficientes, existem iniciativas do poder público que mostram preocupação com as principais dificuldades apresentadas pelos empreendimentos autogeridos. Todavia, ainda falta muito para que as políticas públicas consigam extrair todo o potencial econômico e social deste movimento. É fundamental que estas políticas partam de análises mais aprofundadas da realidade vivida pelos empreendimentos, que tenham mais agilidade para responder aos problemas no momento que estão ocorrendo e que sejam mais disseminadas pelo país. Não obstante os pertinentes mas breves exemplos aqui anotados, para que os instrumentos de intervenção ganhem em qualidade, é necessário que as principais dificuldades sejam melhor catalogadas, classificadas e explicadas de modo que se possa criar ou encontrar meios de ação mais apropriados para que o poder público possa agir direta e eficientemente sobre suas causas. Avançou-se muito nos últimos anos e existem muitas soluções disponíveis na esfera institucional, no

entanto, freqüentemente estes mecanismos carecem de uma coordenação mais apurada entre si.

Conclusões

À luz do exposto a questão central parece ser discussão sobre a viabilidade da expansão desta forma social de organização da produção no ambiente do capitalismo contemporâneo. Diante da importância do tema, a carência de informações e a deficiência de análises apontadas justificam a atenção e o esforço de trabalhos posteriores. Muitas são as dificuldades enfrentadas por estes empreendimentos, conhecê-las melhor é fundamental para se aumentar as possibilidades de superá-las.

É necessário aprofundar o debate em duas direções, a primeira diz respeito às condições sistêmicas para o crescimento da economia popular solidária. A outra direção é estudar as questões internas às firmas, suas particularidades e como gerí-las de forma que o sucesso econômico não acabe em fracasso da autogestão e vice-versa. Em outras palavras, não é suficiente para as empresas de autogestão, do ponto de vista de seus sócios-trabalhadores, que estas apresentem rentabilidade excelente; este objetivo deve ser alcançado sob uma gestão democrática, com a manutenção e criação de postos de trabalho e com qualidade de vida para aqueles que participam do projeto.

Também é necessário construir modelos que permitam compreender melhor este movimento e que sirvam para orientar o poder público sobre como atuar. As políticas para o setor surgem de forma um tanto espontânea como decorrência das dificuldades em obter os recursos necessários e a partir da pressão exercida pelos setores da sociedade ligados a este tema. É preciso desenhar melhor os instrumentos e combiná-los de forma adequada pois, muitas vezes, a demora em oferecê-los dificulta a obtenção das sinergias planejadas. A solução certa no momento errado pode não resolver o problema a que se propõe e, às vezes, pode até agravá-lo.

Apesar de tudo, os resultados positivos que vêm sendo acumulados pelos trabalhadores nesse processo não são nada desprezíveis. Esta é, ainda, uma das formas mais baratas de gerar/manter postos de trabalho, especialmente no setor industrial. Os exemplos citados aqui representam apenas uma pequena amostra dos frutos que vêm sendo - e ainda podem ser - colhidos, dado que este é um processo em estágio ainda inicial. O objetivo daqueles que participam deste esforço é ver o dia em que pessoas, máquinas e prédios não fiquem desempregados por razões jurídicas ou falhas nos mercados. Num país subdesenvolvido como o Brasil, imaginar que fábricas possam ficar paradas por questões jurídicas ou que pessoas motivadas e qualificadas não tenham trabalho por falta de apoio institucional é lamentável; mas não podem ser desanimador.

Referências Bibliográficas

- ANTEAG [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária]. *Empresa social e globalização*. São Paulo: Anteag, 1998.
- ANTEAG [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária]. *Autogestão : construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 2000. 2ª ed.
- BELLO, Walden. De Melbourne a Praga : a luta por um mundo desglobalizado. *Cadernos Em Tempo*, n. 320, fev./mar. 2001. p. 20-30.
- BAUMOL, W. J. & OATES, W. E. *The theory of environmental policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 2. ed.
- BRUM, L. A. Economia Solidária: elementos para compreensão, in *Gazeta Mercantil*, 13/03/2002
- CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, Celso João. *Tecnologia, trabalho e educação*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-127.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. Tradução Silvana Finzi Foá.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude & UDRY, Charles-André. O futuro do “movimento antimundialização” : algumas reflexões para uma consolidação de seus fundamentos teóricos. *Cadernos Em Tempo*, n. 320, fev./mar. 2001. p. 8-19.
- DEBACO, Eduardo Scotti e SORBILLE, Reynaldo Norton. Mudanças no mundo do trabalho : cooperativismo e autogestão no Ceará. IN: AMARAL FILHO, Jair do (Org.). *Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará*. Fortaleza: INESP, 2000. p. 439-454.
- INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DO CEARÁ. *Curso básico: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: UFC, [1999]
- JENSEN, Michael C. & MECKLING, William H. Theory of the firm : managerial behaviour, agency costs, and ownership structure. In: PUTTERMAN, Louis G. *The economic nature of the firm : a reader*. Kronsne, Randall, 1995.
- LIPIETZ, Alain. *Pour le tiers secteur : l' économie sociale et solidaire : pourquoi et comment*. Paris: La Documentation Française, La Découverte, 2001. Disponível na Internet: <http://lipietz.net> em 5/1/02.
- MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços : abordagem básica e gerencial*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MILLER, Roger Leroy. *Microeconomia : teoria, questões e aplicação*. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 1981.
- PENROSE, E. *The theory of the growth of the firm*. Nova Iorque: J. Willey e Sons, 1959.
- PORTER, Michael. *Estratégia competitiva : técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- PORTER, Michael. *Vantagem competitiva : criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- RICHARDSON, G.B. The organisation of industry. *Economic Journal*. v. 82, n. 27, set. 1972. p. 883-896.
- RIO GRANDE DO SUL. Institui o Programa Economia Popular Solidária e dá outras providências. Decreto-Lei n. 40.621 de 21 de setembro de 2001.(a)

- RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS. *Programa de economia popular solidária*. Porto Alegre: mimeo, 2001. (b)
- SALERNO, Mário Sérgio. Trabalho e organização na empresa integrada e flexível *In: FERRETTI, Celso João. Tecnologia, trabalho e educação*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 36-53
- SANTOS. Boaventura de Sousa. *Produzir para viver*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002
- SAMARY, Catherine. O mercado e a questão da propriedade. *Cadernos Em Tempo*, n. 320, fev./mar. 2001. p. 5-7.
- SINGER, Paul Israel & MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SINGER, Paul Israel (org.). Souza, André Ricardo de (org.). *A economia solidária no Brasil : a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000. (Coleção Economia)
- TAUILE, José Ricardo. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. Évora: mimeo, 2001a. [apresentado no IV Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, em 3 de outubro]
- TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo : trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001b.
- TEECE, David J. Technological change and the nature of the firm. *In: DOSI, Giovanni et alli (org.). Technical change and economic theory*. Londres: Frances Pinter, 1988. p. 256-281

ECONOMIA POPULAR , SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NESTE NOVO CENÁRIO (TENDO COMO PERSPECTIVA A ATUAÇÃO DA UFRGS)

Luís Oscar Ramos Corrêa⁴⁹

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), nesta última década, tem sido alvo de reflexões/ações que colocam em xeque concepções e abordagens, algumas igênuas outras mecanicistas/utilitárias, até então dominantes nos cursos, projetos, mutirões em torno da escolarização (alfabetização) de jovens e adultos.

A falta de políticas públicas específicas para esta área e este público foi certamente um dos pontos que levaram à proliferação de iniciativas totalmente desprovidas de um caráter crítico/reflexivo que contribuísse para que trabalhadore/as alunos/as se autorizassem a realizarem ações mais concretas em busca de uma melhor qualidade de vida sua, dos seus e da comunidade onde estão inseridos⁵⁰.

Por outro lado, com a reestruturação dos meios/modos de produção tendo como pano de fundo as políticas econômicas (neo liberais) adotadas neste últimos 15 anos, houve uma forte redução sistemática do emprego/trabalho. Poderíamos citar aqui algumas destas modificações no sistema de produção capitalista: o forte investimento em novas tecnologias de ponta: informática, micro eletrônica, micro mecânica, robótica, biotecnologia, etc. (É bom lembrarmos que estas tecnologias – na sua grande maioria - têm sido patrocinadas e elaboradas pelas próprias empresas capitalistas e seus laboratórios); novas formas de gestão: qualidade total, círculos de controle de qualidade, reengenharia, etc. (Na sua grande maioria, estas formas foram importadas do modelo japonês – entenda-se o Toyotismo); flexibilização financeira e das relações de trabalho (na sua grande maioria financiadas e idealizadas pelo Banco Mundial, FMI, BIRD, etc.).

Também é preciso levar em consideração que as políticas econômicas adotadas tendo como objetivo a estabilização dos preços (contenção da inflação), levam conseqüentemente a criação de um exército de reserva (tanto industrial quanto terciário), que tem um papel fundamental de estabilizador na atual economia⁵¹.

⁴⁹ Técnico da Pró-Reitoria de Extensão/Depto. De Educação e Desenvolvimento Social membro da Coordenação dos Núcleos de Economia Popular e Solidária e de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos/UFRGS.

⁵⁰ Algumas iniciativas pioneiras, desenvolvidas por Prefeituras, foram fundamentais para suscitar esta discussão, tais como: MOVA/SP na gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, MOVA/RS desenvolvido a mais de 5 anos pela Prefeitura do Município de Porto Alegre e Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores/as da UFRGS, prêmio MEC de qualidade no Trabalho/1998.

⁵¹ Paul Singer no livro Globalização e desemprego – diagnóstico e Alternativas, nos mostra os caminhos pelos quais a política Econômica adotada, a de contenção da inflação, pode diminuir a produção de bens, diminuindo nesse sentido o emprego, influenciando no não aumento de salários (nessa prática, cria-se um exército de reserva tanto industrial como de prestação de serviços) diminuindo também o consumo, portanto diminui a demanda, equilibra a oferta, contendo à inflação. Do outro lado desta estabilidade econômica está o caos social a qual

Isto tem levado os setores populares a desenvolverem as mais variadas formas/atividades como alternativas de geração de renda e trabalho⁵². Estas formas/alternativas têm sido constantemente identificadas como parte da economia popular, mas nem sempre solidária.

Economia Popular e Solidária

Conforme TIRIBA (1998), nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular. É necessário refletir sobre qual o conceito/prática de economia popular e solidária que queremos construir.

A autora⁵³ compreende a economia popular como sendo composta, basicamente por cinco tipos de atividades e empreendimentos, explicitando a diversidade e complexidade que permeiam estas relações: soluções assistenciais e filantrópicas (mendigância, Programas Oficiais de assistência, etc); atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos, etc); iniciativas individuais não estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, etc); microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (as mais diversas formas de associativismo); organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como as Cooperativas.

Diante desta perspectiva, podemos perceber que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular tem o caráter solidário. Seu principal objetivo é o de possibilitar a subsistência dos que a praticam e dos seus.

Também na dita economia solidária, podemos perceber que nem todas as iniciativas são populares ou coletivas. Tiriba (1998) nos alerta para possibilidade de encontrarmos elementos de solidariedade em relações de outros extratos sociais, que não populares.

A necessidade desta diferenciação é fundamental pois, a tendência a generalização destes conceitos pode levar-nos a equívocos de análise de determinadas iniciativas econômicas, principalmente na elaboração de políticas públicas para este setor, o da economia popular e solidária.

Quando nos referimos a economia popular, estamos nos referindo a um determinado público, que abrange desde desempregados/as qualificados ou não, aos totalmente excluídos dos processos de desenvolvimento de tecnologias, dos programas sociais oficiais (saúde, habitação, educação, aposentadoria, etc), da distribuição de renda e do sistema econômico oficial. E se esta economia popular, de iniciativa popular, deseja ser solidária, é

estas políticas econômicas parecem estar dissociadas. Nesta lógica, o desemprego é um resultado de uma política pensada estrategicamente e não apenas consequência isolada da reordenação dos meios de produção.

⁵² Autores como TIRIBA (1998), FRIGOTTO (1998), ARRUDA (1998), GUIMARÃES (1998), MANCE (1999) e principalmente **Paul Singer**, entre outros, tem acirrado esta discussão.

⁵³ Texto da Professora Lia Vargas Tiriba - Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado, in Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século, Org. Gaudêncio Frigotto.

necessário averiguar de qual solidariedade estamos falando/agindo. O sentido do termo solidariedade que temos trabalhado, não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim, com comprometimento do trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, comprometimento este que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações de trabalho, econômicas e comerciais.

Gonçalo Guimarães⁵⁴ em entrevista recente, (Jornal da UFRGS, p.6/julho-2000) entende que não existe um movimento de Economia Solidária, mas sim movimentos de resistência:

"Estes movimentos estão tomando corpo, estão trabalhando na linha da sobrevivência e estão tendo respostas. Não contam com o apoio financeiro. Não conheço nenhum que tenha tido injeção de dinheiro, todos surgem de economia altamente popular. Essa economia solidária é, na realidade, uma possibilidade." (GUIMARÃES, 2000).

E vai mais adiante, ao afirmar que é necessário ter uma identidade, para que se possa construir a Economia Solidária, e essa identidade não deve ficar restrita a área econômica, pois:

"não há empreendimento sem sociedade. Eu não posso imaginar uma forma de produção se não imaginar um tipo de sociedade. Estudam-se as sociedades anteriores pela forma de produção. Uma é consequência da outra. A Industrialização não surge sem mudar a cidade, sem mudar a relação de poder. Não é possível uma produção capitalista numa sociedade socialista e vice-versa. Se estamos pensando numa outra forma de produção, não consigo ver esta outra forma de produção sem estar inserida numa forma de sociedade. A sociedade é uma organização muito maior do que a produção. Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade (idem).

Isto é, a Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico, é necessário que esteja ligado a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral.

Paul Singer entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social:

"A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente..."(SINGER, 2000 p. 138).

Ampliando e qualificando a discussão, Euclides Mance (1999 p.178) tensiona no sentido de irmos para além do conceito de "economia solidária", refletindo que a noção, no seu sentido mais específico, de "economia" como "*... ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e*

⁵⁴ Gonçalo Guimarães é Coordenador Nacional da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de Universidades Brasileiras, ligado a Rede da Unitrabalho, rede que congrega mais de 82 Universidades Brasileiras. O referido autor é, também Coordenador da COOPE/UFRJ, e possui vários livros e artigos publicados sobre este tema.

consumo de bens materiais ou no sentido mais genérico da arte de bem administrar um estabelecimento qualquer...", não abarca todo o processo que envolve este fenômeno, isto é, a dita economia de solidariedade não pode ficar atrelada apenas aos indicadores ou as razões econômicas, de gerarem "novos postos de emprego", de reintegração de trabalhadores/as ao mercado formal de trabalho, de incentivar empreendimentos populares e solidários (autogestionários ou não) com vistas apenas a virem competir na economia do mercado capitalista, da distribuição de renda. Também nesse sentido, propõe o que ele chama de "Colaboração Solidária", que envolve estes procedimentos acima citados, mas que vai além:

"...ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade..." (Ibidem, p.178).

Mance enfatiza o fator da co-responsabilidade, de uma nova ética nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas no conceito de colaboração solidária:

"...O objetivo da colaboração solidária, entretanto, é garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem-viver de todos e de cada um ...mais do que isso, trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana Segunda a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar – nas melhores condições possíveis – a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. Igualmente, sob esta mesma compreensão, a liberdade pública somente é exercida de modo ético quando promove a ética realização da liberdade privada..."(Ibidem, p.179).

Esta discussão levanta uma das questões cruciais da economia (ou colaboração) solidária: a de que as várias formas de empreendimentos populares e solidários, que tem sido incubados, formados, assessorados por diversas organizações, públicas estatais ou não, e por agentes sociais das mais variadas áreas, dificilmente irão prosperar na economia capitalista, se não estiverem conectados a redes de consumo ético e solidário. Aqui a colaboração do livro de Mance torna-se fundamental, pois podemos perceber, pelos vários autores que citamos acima e pela nossa própria experiência⁵⁵, que os empreendimentos solidários não podem se tornar "ilha da fantasia"⁵⁶, algo que por si só superaria as desigualdades econômicas / políticas /sociais e culturais.

Se faz necessário, nessa concepção, articular os empreendimentos populares e solidários de forma que estes possam ter a possibilidade de realizarem

⁵⁵ Sou integrante do Núcleo de Economia Popular e Solidária da PROEXT/UFRGS. Temos assessorado, incubado uma série de iniciativas/empreendimentos populares e solidários, mas sempre procurando integrá-los a uma rede de economia (colaboração?) solidária, que é desenvolvida pela Cooperativa Compras Coletivas, que foi incubada e é assessorada pelo Núcleo/UFRGS.

⁵⁶ Este termo se refere a um seriado antigo da TV em que determinados convidados ficam hospedados em uma ilha onde todos os desejos podem vir acontecer, idealisticamente.

negócios solidários entre os mesmos (sem descartar o mercado capitalista formal), isto é, fomentar as redes de colaboração solidária. Desta forma a atenção a expressão utilizada por Mance é essencial, pois além de negociar, os empreendimentos de economia solidária necessitam também de trocar conhecimentos, tecnologias e experiências. Nesse sentido a atenção vai para além dos fatores econômicos, pois necessariamente deve-se incentivar todo um conjunto de ações solidárias, entre elas a do consumo ético e solidário. Assim, um empreendimento que disponibiliza sua produção para uma determinada rede, precisa também se dispor a consumir produtos oferecidos por outros empreendimentos na mesma rede, não só pode consumir mas também trocar informações, soluções e ou problemas enfrentados. Mance conceitua redes solidárias como sendo:

"...uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema que se auto-reproduz, isto é, como um sistema autopoietico..." (Ibidem, p.24).

Neste panorama o consumo deve ser discutido criticamente pois, tudo que consumimos está envolto em um processo produtivo e a um determinado conceito de sociedade:

"...o consumo solidário ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas igualmente o bem-viver coletivo. Esse tipo de conduta somente se torna possível quando as pessoas compreendem que a produção encontra a sua finalidade – ou seu acabamento – no consumo e que ele tem o impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral..." (Ibidem, p.29).

Isto é, todo o produto produzido ou serviço prestado tem algum tipo de trabalho humano (e consumido por nós) e pode Ter sido explorado pelo capital possibilitando ao dono do empreendimento acumular mais capital, tendo como base a expropriação da mais valia absoluta, relativa e extra. Sem falarmos da devastação ambiental e da poluição que poderá estar causando determinado processo produtivo.

Longe de esgotarmos a polêmica ou o assunto, nos parece que a complexidade do conceito de economia popular e solidária pôde ser aqui, de certa forma, discutida e ampliada a partir das concepções dos vários autores referenciados, o que adicionado a nossa experiência, delinea nossa perspectiva de visão e atuação.

Autogestão

Até a década de 70, as organizações (empresas, instituições, fábricas, empreendimentos econômicos em geral) tinham como pano de fundo em suas gestões administrativas e de recursos humanos o modelo de Taylor, tendo

como exemplo clássico o "Fordismo"⁵⁷. Citarei aqui três enfoques que Taylor considerava como os principais na organização dos processos de trabalho:

O primeiro princípio é o da dissociação do processo de trabalho das especialidades do trabalhador/a. O administrador/a assume o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores/as e, ainda de classificar, tabular e reduzir este conhecimento a regras, leis e fórmulas. O processo de trabalho não deve depender da capacidade dos trabalhadores/as, mas das políticas gerenciais; o segundo princípio é de que todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de controle ou projeto. Pode-se chamar este o princípio da separação de concepção/execução; e, o terceiro princípio, o monopólio do conhecimento para controlar cada fase do trabalho e seu modo de execução. Taylor enfatiza a necessidade de realização de planejamento e pré-cálculo de todos os passos e elementos do processo de trabalho, já que não existe como processo na imaginação do trabalhador/a, mas tão somente como um processo na mente da equipe de gerência.

Entre outros tantos motivos que levaram a uma possível decadência deste modelo, ficaremos aqui apenas com os que nos interessam neste momento: inibição do potencial humano devido ao seu enclausuramento em especializações/divisões do trabalho; fragmentação dos processos, esquadrinhamento e homogeneização do tempo e de horários; alienação e estranhamento ao produto final e aos meios de produção; destruição dos recursos naturais do planeta e poluição avassaladora.

Mas é preciso ter claro que, as novas formas de organização dos processos de trabalho elaboradas nas mesas das gerências (qualidade total, círculos de controle de qualidade, reengenharia, entre outras), por mais que tendam a cooptar e induzir os trabalhadores/as a participarem das decisões sobre determinadas diretrizes nos processos de produção ou organização do trabalho, **as decisões de o que produzir, como produzir, para quem produzir e como gestar a produção e organização dos processos continuam nas mãos dos Executivos, Gerentes ou Patrões**. Ricardo Antunes (1995) nos mostra que estas iniciativas são imbrionárias do modelo japonês (toyotismo):

"...O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo "envolvimento cooptado", que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria..." (ANTUNES, 1995 p.34).

Diante disto, recorremos a Karel Kosik (1976), que nos alerta para o mundo da pseudoconcreticidade:

⁵⁷ Ricardo Antunes trabalhou este tema no livro: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.

"...o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos..."(KOSIK, 1995 p.11).

Isto é, por um lado o toyotismo (uma das expressões utilizadas para identificar estes processos de transformação do capital) trabalha com promessas que parecem apontar para o desaparecimento do trabalho alienado, brutalizado, especializado e desmotivante, mas o que continua por detrás desta reorganização é a extração da mais valia absoluta, relativa e parcial.

Mas, o que tem direcionado a organização e gestão do trabalho nos empreendimentos populares e solidários é a Autogestão⁵⁸. Autogerir não é uma tentativa de democratizar a economia capitalista ou a forma de gestão dos empreendimentos capitalistas, mas mudar seus fundamentos. A autogestão pressupõe a participação de todos/as os envolvidos/as no empreendimento, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a organização e produção do trabalho (seja prestação de serviços ou produção de bens), nos conduzindo a um outro patamar: não somos mais apenas empregados/as ou trabalhadores/as assalariados, mas gestores/as de nossos empreendimentos.

É necessário recuperar o saber acumulado dos trabalhadores/as, resignificando os processos de trabalho que até então estavam/estão nas mãos dos gerentes e, agora, sob outra ótica: a do trabalho coletivo, cooperado e solidário. Neste sentido a autogestão pode vir a ser um elemento fundamental para uma nova forma de organizar os processos de trabalho, podendo quebrar com: alienação do processo de trabalho (com a autogestão todos/as os envolvidos no empreendimento devem/podem participar das discussões e decisões a virem ser tomadas); feitiche do conhecimento (com a participação de todos, num processo de educação continuada, o conhecimento poderá ser reconstruído com a participação de todos, não sendo um privilégio de apenas alguns); a estrutura hierarquizada e vertical (com a autogestão não temos distribuição de poder, mas sim de responsabilidades, onde todas tem sua devida importância nas várias interfaces que se entrelaçam).

Mas, é preciso ter claro que o processo de autogestão não pode ficar restrito as atividades econômicas e sim, deve deslocar-se para as outras esferas e atividades que envolve nossa vida, como a política, a sociedade e a cultura.

É exatamente aí que começamos a perceber a importância de articularmos estas novas iniciativas/alternativas econômicas coletivas, populares e solidárias

⁵⁸ Conforme o Comitê pró Central de Cooperativas Autogestionárias de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, um empreendimento para ser considerado autogestionário deve seguir os seguintes princípios: 1) Decisão coletiva, todos os associados tem a oportunidade de opinar e decidir os rumos do empreendimento, em pé de igualdade; 2) Participação efetiva, são os associados que participam da construção da Cooperativa ou Associação; 3) Participação nos resultados, de forma proporcional ao esforço de cada associado, não há exploração e 4) formação integral, os empreendimentos devem ter o compromisso de proporcionar a qualificação/formação dos cooperados e dos seus.

para geração de renda ou trabalho permeadas pela autogestão, com os processos educacionais, principalmente com a Educação de Adultos. Ninguém acorda ou acordará de um dia para o outro "autogestionário", se faz necessário um processo de reflexão crítica, concomitante com o desenvolvimento dos processos de trabalho, sobre esta possibilidade concreta de rompermos com a alienação e estranhamento na organização e elaboração dos processos do trabalho e da organização da sociedade como um todo.

Educação de Adultos

Qual então seria o papel da Educação de Jovens e Adultos, junto a esta possibilidade de construção da autogestão/novas relações de trabalho que estes empreendimentos populares e solidários para geração de renda e trabalho vêm desenvolvendo?

Torna-se imperativo avançar este debate, pois existe uma certa fragmentação quando falamos em Educação de Adultos e Educação para qualificação ou desenvolvimento/aperfeiçoamento técnico, para trabalhadores/as ou desempregados/as.

Muitos ainda percebem a Educação de Adultos como sendo simplesmente alfabetização, isto é, domínio da leitura e da escrita. Sabemos da importância crucial desta etapa, mas necessariamente a Educação de Adultos envolve outras áreas do conhecimento (da tecnologia, das ciências, da comunicação, da corporeidade, da política, etc) e outras linguagens (linguagem corporal, do teatro, da física/química, da informática, da televisão, etc.).

A Educação Básica de adultos⁵⁹, ainda que nos pareça apontar apenas para o domínio do alfabeto, da grafia e da leitura, obrigatoriamente nos leva para uma outra instância: aquela que vai mais além da atividade ligada à língua mas, também às relações de ordem social, econômica, política e cultural à qual pertencemos⁶⁰.

Tomamos como base para nossa discussão, o Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores da UFRGS⁶¹, sua filosofia

⁵⁹ A Educação Básica de Adultos deve ser uma política pública do Estado e dos Municípios.

⁶⁰ 12. Esta reflexão é aprofundada no artigo: Corporeidade no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos: como área de conhecimento e como linguagem, de minha autoria, Revista do Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores da UFRGS/1997.

⁶¹ O Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores (PEFJAT) – Prêmio MEC/UNICEF (1998) : Educação para o trabalho, é uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) e da Faculdade de Educação (FAGED), com apoio da Pró-Reitoria de extensão (PROEXT) e Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e tem por objetivo geral escolarização de 1º grau para trabalhadores que não ingressaram ou não completaram essa etapa. Esta ação caracteriza-se como proposta de construção de alternativas nas áreas de Educação de Jovens e Adultos . Inicialmente constituído por atividades relativas ao domínio da leitura e da escrita (alfabetização), o curso expandiu-se a partir de 1990, passando a atender também a demanda em termos de 2ª a 4ª séries e posteriormente 5ª a 8ª séries. O curso também tem se constituído em campo de pesquisas e de práticas pedagógicas para alunos e professores do curso de Pedagogia e de curso de Pós - Graduação, desenvolvidos pela FAGED e por outras licenciaturas da Universidade. Além disso, tem servido para proporcionar a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão na área de

básica se fundamenta numa proposta de educação libertadora, reflexiva, problematizante, dialógica, considerando-se a complexidade humana. Devido ao seu caráter de experiência pedagógica e tendo em vista esta filosofia fundamental, desenvolve-se atividades que diferem das propostas do ensino regular e dos manuais de alfabetização, tão divulgados nestes últimos anos.

O Curso se destaca pela ousadia de romper com os métodos tradicionais da Educação Regular e dos manuais de alfabetização funcional ou utilitária⁶², abrindo a discussão e a possibilidade de, no processo de ensino aprendizagem, os/as alunos/as e educadores/as poderem vivenciar outras possibilidades na re-leitura de suas realidades (específicas) e de lançarem outros olhares sobre a realidade social / cultural / política / comunitária a qual estão inseridos. Faz-se necessário discutirmos políticas públicas para Educação de Adultos, tendo como norte algumas questões: qual Educação que queremos? Para que e para quem servirá esta Educação? Qual público da EJA? Qual concepção de EJA estamos trabalhando?

Por outro lado a Educação técnica, de qualificação ou de aperfeiçoamento não deve ficar restrita ao domínio de manuais ou simplesmente práticas, onde o tecnicismo torna-se o ponto fundamental, isto é, onde o domínio de determinadas técnicas ou instrumentos ou equipamentos acaba sendo o fundamento educativo que permeia estes processos. Como nos alerta Frigotto não se trata de destruir a educação técnica, trata-se isto sim de "*...mudar sua perspectiva de gestão e de concepção-política pedagógica...*" (FRIGOTTO, 1995:205). É necessário refletir sobre a validade destes cursos, isolados na sua grande maioria de um processo mais crítico/reflexivo de Educação de/para Adultos. Outro engodo sobre a Educação técnica, de qualificação ou de aperfeiçoamento, é de ela por si só seria capaz de reintegrar os trabalhadores/as as mercado de trabalho/emprego, Gaudêncio Frigotto nos alerta para uma falsa idéia de que:

"...se o sistema educacional investir em uma determinada educação, visando o desenvolvimento de determinadas competências, aqueles que adquirirem essas competências terão emprego. Esta é uma ilusão brutal. Não negamos a importância da educação, que é crucial e fundamental, mas não por esse caminho...isolada não tem o poder de transformar a realidade social, cultural, política e econômica de uma sociedade marcada pelo estigma escravocrata e pela servil subordinação ao grande capital..." (FRIGOTTO, 1999:100).

Ao propormos uma intervenção radical da EJA no que diz respeito a este movimento, Economia (ou Colaboração) Solidária, estamos propondo que o trabalho seja o princípio educativo deste processo. Aqui cabe salientar que o

Educação de Jovens e adultos e a concretização do compromisso social da Universidade com seus próprios servidores, favorecendo um desenvolvimento social, cultural, político e profissional . Em 1995, após verificação da Comissão de Ensino Supletivo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, garantiu-se a possibilidade de certificar os alunos a nível de 1º Grau.

⁶² Segundo Vião Frago, alfabetização funcional teria como um de seus significados a tentativa de inserção ao mercado de trabalho dos antigos analfabetos. A alfabetização utilitária teria como um de seus significados o preenchimento de formulários (independente do tipo) o que poderia facilitar a vida dos antigos analfabetos no trabalho e no comércio em geral (Bancos, lojas, etc.).

conceito de trabalho ultrapassa a forma pela qual o sistema capitalista o transformou: emprego/trabalho assalariado, senão vejamos o que diz Kosik:

"...O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade..." (KOSIK, 1976 p.180).

O trabalho, entendido como produção da vida, seria a essência da existência humana :

"...O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem..." (ANTUNES, 1995 p.123).

O processo desencadeado pela autogestão requer o resgate do saber acumulado pelos trabalhadores/as, resignificando-o agora sob a ótica dos trabalhadores/as, ou como nos diz Antunes, o trabalho como centralidade da existência humana.

Temos trabalhado com a perspectiva de que a economia popular pode vir a ser solidária, de que a autogestão é a alternativa concreta de autonomia dos trabalhadores/as, de que a Educação de Adultos (tanto básica/fundamental como para qualificação técnica, administrativa, tecnológica ou aperfeiçoamento) que tenha o trabalho como princípio educativo, pode vir a ser um elemento de extrema importância no desenvolvimento e fortalecimento destas iniciativas e de que a organização comunitária é uma das bases do desenvolvimento de iniciativas coletivas (muitas vezes solidárias) que tenham como objetivo a resolução de problemas comuns.

Atuação da UFRGS

É com esta compreensão que o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos e o Núcleo de Economia Popular e Solidária, da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul vêm, já há alguns anos trabalhando com Organização Comunitária⁶³, com o apoio a iniciativas populares e solidárias para geração de renda e de trabalho e com formação, pesquisa e reflexão/crítica em Educação de Adultos. Mais especificamente, o Núcleo de Economia Popular e Solidária tem como um dos seus objetivos o de acompanhar as iniciativas populares que tenham o cunho COOPERATIVO, COLETIVO e SOLIDÁRIO, isto é, Cooperativas ou Associações populares para geração de renda e trabalho.

Nossa proposta não é permeada apenas pela possibilidade de inserir estes trabalhadores/as novamente no mercado de trabalho, mas, principalmente, pelas possibilidades que este tipo de empreendimento, as Cooperativas populares e solidárias possam proporcionar, tais como: novas formas de

⁶³ "Organização Comunitária: a possibilidade da construção com participação da Comunidade Universitária", inédito, deste autor.

gestão do trabalho através do trabalho cooperado e autogestão. Alguns autores têm enfatizado a necessidade de uma transformação cultural nas relações de trabalho para que os trabalhadores/as consigam assumir a gestão de seus empreendimentos, entendendo o trabalho cooperado como alternativa ao trabalho competitivo, uma vez que os trabalhadores/as não competem entre si e quebram a hierarquia administrativa. Este processo de transformação cultural deve fundamentalmente passar pela Educação de Adultos; novas relações de trabalho através do trabalho coletivo. O trabalho coletivo pressupõe a eliminação da alienação nas relações de trabalho, possível através de um processo contínuo de Educação crítica e reflexiva que desmistifique as várias etapas dos processos de produção, gestão e comercialização; novas relações humanas através do trabalho solidário que pressupõe uma nova ética nas relações humanas, econômicas e comerciais; relação direta entre trabalho e educação continuada, seja educação básica, seja de qualificação ou aprimoramento; melhor qualidade de vida para todos os cooperados, não tendo como objetivo final o acúmulo de capital e ou bens.

Foi levando em consideração estes fundamentos que concretizamos nossa primeira parceria para o desenvolvimento do Projeto Convivência Urbana/99⁶⁴, com a Comunidade de Belém Novo, junto com a Coordenação do Projeto "Acredite Belém Novo Pode Mais" , a Prefeitura de Porto Alegre (através da SMAM – Programa Guaíba Vive, DEMHAB e Gabinete do Prefeito) e ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) uma Organização não Governamental Canadense.

Uma das demandas desse Projeto era a formação de uma Cooperativa de Pescadores. No decorrer do Projeto, nossa equipe/UFRGS realizou uma pesquisa junto ao cadastro de pescadores que iriam formar a Cooperativa. A pesquisa mostrou que seria inviável um investimento tão alto para a formação de uma cooperativa constituída somente de Pescadores. Discutiu-se os dados conjuntamente com os parceiros e chegou-se à conclusão que deveríamos ampliar a abrangência da Cooperativa, abarcando outras categorias de desempregados na Região do Extremo Sul, tais como: trabalhadores em Construção Civil, trabalhadores em Serviços Gerais, Artesanato e Alimentação.

Durante 4 meses (setembro, outubro, novembro e dezembro/99), discutimos, conjuntamente com os interessados (aproximadamente 40 pessoas), a formulação do Estatuto e os fundamentos do cooperativismo solidário e democrático.

Finalmente, no dia 02 de dezembro de 1999 em Belém Novo, realizamos a Assembléia Geral onde foi aprovado o Estatuto da Cooperativa Mista de Trabalho do Extremo Sul. Ainda se faz necessário todo um apoio e assessoramento no que diz respeito a: discussões e realização de oficinas e cursos sobre: novas formas de gestão do trabalho – autogestão, ética nas relações humanas/e de trabalho, rotinas contábeis, Cooperativismo Solidário, Legislação de Cooperativas, estratégia de viabilidade econômica, Modelos de

⁶⁴ O Projeto Convivência é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão UFRGS.

Desenvolvimento Econômico, Redes de Cooperação, Relações Sociais e humanas, entre outras demandas.

É importante salientar que o Estatuto aprovado tem duas iniciativas inovadoras:

A não renovação de nenhum Coordenador/a na próxima eleição, após dois anos, privilegiando o pensamento do rodízio na Coordenação para evitar a criação de castas, e permitir a formação de novos quadros, comprometendo os cooperados com a responsabilidade de gestar a Cooperativa.

A criação de um Conselho Comunitário, que terá como integrantes (além dos nove eleitos para a Coordenação Geral): um representante da Prefeitura, um representante da UFRGS, um representante do Orçamento Participativo da Região, um representante do Comércio local e três representantes da comunidade que não sejam associados a Cooperativa. Este conselho terá como uma de suas principais atribuições, discutir as linhas políticas, econômicas, sociais, administrativas e educativas adotadas ou não pela Cooperativa.

Concomitante a este processo desencadeamos uma parceria com as comunidades organizadas e com a Coordenação do Programa Compras Coletivas. Este programa foi desenvolvido durante aproximadamente 7 anos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Devido ao acúmulo de problemas acarretados durante este período (problemas de licitação, de atravessadores, inadimplência, falhas administrativas, etc) as comunidades envolvidas e a Coordenação do Programa começaram a discussão sobre a possibilidade de formarem uma Cooperativas Popular de Consumo. Durante 3 meses discutiu-se nas mais diversas comunidades de Porto Alegre o que é Cooperativismo Popular e Autogestionário, Estatuto e estratégias de ação. Esta Cooperativa já está formada e tem como objetivo principal a organização do consumo e dos consumidores. São aproximadamente 11 comunidades (pois está em expansão), 40 grupos, mais de 2000 pessoas envolvidas no Programa. Foi firmado um convênio entre a UFRGS e esta Cooperativa para assessoramento, transferência de tecnologia, projetos de educação continuada entre outras demandas. Esta Cooperativa já atua como base de uma rede de negócios solidários, isto é, vários produtos e ou serviços, de outros empreendimentos populares e solidários já estão sendo disponibilizados para as comunidades através de listas compostas por produtos que irão compor o rancho mensal das famílias associadas. De um total de 70 itens, 26 já são produtos oriundos de empreendimentos populares e solidários, e que tem apresentado boa receptividade junto as comunidades. No primeiro mês, a cooperativa vendeu 14 mil quilos de alimentos, sendo que a diferença nos preços dos produtos pode chegar a 71,42%. Estamos desenvolvendo estudos para melhorarmos as informações sobre estes dados⁶⁵.

Nossas parcerias se ampliaram, estamos em fase final de um convênio com o Governo do Estado do RS (SEDAI – Secretaria de Desenvolvimento e

⁶⁵ É importante salientar que implantamos o software desenvolvido pelo Euclides Mance, para que possamos traduzir mais fielmente a participação destes produtos no rancho mensal das comunidades bem como maiores informações sobre indicadores econômicos.

Assuntos Internacionais) sobre a confecção de um caderno Educativo/informativo sobre os processos e tramites legais para o registro de Cooperativas. Este caderno terá ainda conceitos de Economia Solidária, Cooperativismo, entre outros.

Reflexões sobre este Caminho

Estas experiências mostram que não existem receitas. A peculiaridade da realidade de cada comunidade, instituição, grupo é o que deve ser levado em consideração no desenvolvimento destas iniciativas. O desemprego, a precarização do trabalho, a flexibilização das relações de trabalho são problemas estruturais, atingem a muitos, mas as formas de abordá-los e buscar soluções não podem ser resumidas a saídas que procurem apenas suplantar a crise do sistema produtivo capitalista. Deve ter como horizonte a possibilidade de trabalharmos uma nova ética das relações humanas, a vinculação da educação com os processos de trabalho e as novas relações e (auto)gestão do trabalho, tendo como objetivo final não exclusivamente o lucro, mas sim, o ser humano.

Por isso se faz necessário repensar, de modo geral, a EJA que vem sendo desenvolvida "por aí". Sabemos, para que possamos repensar os processos de trabalho necessitamos repensar também, os processos educativos. Essa nova ética das relações humanas precisa também estar na ética das escolas. Uma EJA só tem validade quando os sujeitos com e a partir dela, se inserem na sociedade/comunidade, como *interventores* do/no processo político/social/econômico/cultural. Seres atuantes, autônomos e, ao mesmo tempo, solidários, que participem dos movimentos de sua comunidade: associações de moradores, clube de mães, participem do Orçamento Participativo, etc.

A EJA, partindo dessa filosofia e desencadeadora dos processo educativos pode contribuir para a qualificação cidadã desses sujeitos: críticos, interventores, autônomos e solidários, e para que realmente possa cumprir seu papel nesse novo cenário.

Mas continuamos com algumas questões de fundo que só o tempo poderá nos responder: como desbrutalizar, remotivar, dar criatividade ao trabalho dito manual, sem fetichizar ou reificar o dito trabalho intelectual? E este trabalho, trabalho como produção da vida, como resignifica-lo com o ideal coletivo e solidário? Quais serão as melhores alternativas para tornarmos a autogestão uma estratégia de vida em sociedade?

Referências Bibliográficas

- Revista do Programa de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos das UFRGS. Diversos Autores. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado, in Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento:teorias em conflito, in Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP : Cortez, 1995
- ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Ed. PACS, Rio de Janeiro, 1996.
- GUIMARÃES, Gonçalo. Ossos do Ofício. Rio de Janeiro, 1998.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. Utopia Militante. São Paulo: Vozes, 1998.
- MANCE, Euclides André. A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CORRÊA, Luís Oscar Ramos. Organização popular:: uma possibilidade de construção com participação da comunidade universitária. Porto Alegre, xerox, 1997.

Introdução

Dependendo do que se defina como *economia solidária*, podemos elencar práticas diferentes neste relato de experiências. O próprio significado da expressão solidariedade não é unívoco, embora parte destes empreendimentos reivindique a solidariedade como uma das suas características peculiares. Adotando princípios e conceitos distintos, elas difundem, em graus variados, a participação, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Algumas delas integram-se em redes locais e internacionais, obtendo êxito na criação de postos de trabalho e na elevação da renda dos participantes, apontando novas perspectivas de desenvolvimento com transformação social.

Não há, todavia, um levantamento acessível e sistematizado do conjunto dos empreendimentos solidários no Paraná. As ONGs, em particular, não dispõem de informações precisas e atualizadas sobre os empreendimentos que se enquadrariam nesse campo⁶⁷. Selecionar as experiências a serem apresentadas supõe, assim, um recorte de compreensão do que seja economia solidária e do que seja mais relevante compartilhar no quadro das informações que se tem disponível.

Neste relato de experiências daremos preferência a quatro práticas atuais de economia solidária em Curitiba e Região Metropolitana. São elas a Rede Sol, Feira da Solidariedade, a Rede de Colaboração Solidária e a Rede Solidariedade.

1. Rede Sol

Em agosto de 1999, foi organizada no Bairro Novo, periferia sul de Curitiba, a Feira dos Produtores, com aproximadamente 60 feirantes, tendo apoio da Associação de Moradores local, com a finalidade de comercializar diretamente os seus produtos. Todos buscavam comprar os produtos uns dos outros, contribuindo assim para garantir as vendas de cada um. A feira funcionava

⁶⁶ *Seminário Catarinense de Economia Solidária*. Florianópolis, maio de 2000. www.milenio.com.br/mance/balanco1999.htm

⁶⁷ No campo da economia informal urbana percebe-se que certa parte de empreendimentos, que poderia ser incluída na esfera da economia solidária, tem um comportamento bastante similar ao dos movimentos populares. São fruto de uma organização coletiva com vistas a atender demandas imediatas por trabalho e consumo, têm uma rotatividade grande de seus participantes, emergem e refluem periodicamente, conforme as conjunturas de crise econômica, mantendo relações similares de autonomia ou dependência frente a organizações religiosas e civis ou frente ao Estado, tendo pouco ou nenhuma informação das organizações precedentes que atuavam nessa mesma esfera, seus acertos e erros. Muitas vezes acabam sucumbindo por repetir os mesmos erros anteriormente cometidos por outros empreendimentos similares.

somente aos sábados e na rua, exposta a chuvas, ventos e outras intempéries. Após alguns meses de funcionamento as dificuldades foram se alargando. Alguns feirantes tinham pouco apoio da família. Outros não queriam montar barracas para aqueles que chegavam mais tarde, e assim, aos poucos o número de feirantes foi diminuindo. Por fim, restaram doze. Estes, então, decidiram estruturar um ponto permanente de comercialização.

Assim, em março de 2000, convidaram outros produtores, alugaram um conjunto comercial no Bairro Novo e montaram a Rede Sol, atuando nas áreas de confecções, artesanato, utilidades domésticas, armarinhos, conveniências, alimentação, plantas, ornamentação e aviário.

Participam do empreendimento cerca de 20 produtores ou comerciantes. Cada qual contribui com uma taxa mensal de 20 reais que cobre despesas fixas (aluguel, eletricidade, água, telefone, etc).

Há uma escala de revezamento na loja, com cada um dos produtores atuando alguns dias por mês como vendedores.

O espaço tem sido divulgado nas comunidades da região e o volume de vendas vem aumentando aos poucos. O faturamento do empreendimento vem crescendo a cada mês. Em março, mês da inauguração, a receita foi de R\$ 900,00; em abril saltou par R\$ 1.600,00 e na primeira quinzena de maio já alcançou R\$ 1.000,00 com a previsão de atingir o final do mês com um faturamento superior a R\$ 2.000,00.

Alguns produtores (no setor de alimentação e confecções) têm um faturamento que lhes permite manter-se no ponto. Outros três - um que produzia bolsas e outros dois que trabalhavam com artesanato -, tendo um volume menor de vendas, preferiram sair do empreendimento, uma vez que os custos compostos pela taxa, deslocamento e alimentação (nos dia de permanência) chegavam a quarenta reais.

Alguns dos participantes estão integrados em outros espaços de economia solidária e participam de cursos de formação para qualificar a sua atuação como empreendedores em uma perspectiva de economia solidária.

2. Feira da Solidariedade

Após um curso realizado no segundo semestre de 1999 pelo Instituto de Filosofia da Libertação e Centro de Formação Irmã Araújo para grupos comunitários de produção e cooperativas, os participantes, aproximadamente vinte pessoas, decidiram constituir uma Rede de Colaboração Solidária. Realizou-se um seminário convidando-se diversas entidades sindicais, populares, pastorais e ONG' s para debater e difundir a proposta.

Uma das primeiras iniciativas foi a de organizar uma feira que permitisse aglutinar um maior número de empreendedores que atuam na economia informal e com isso ampliar o conjunto de participantes.

Assim, ocorreu no mês de abril a primeira Feira da Solidariedade com a participação de aproximadamente 90 grupos de produtores e prestadores de serviços, tendo o número de inscritos ultrapassado a 100.

O Ginásio de Esportes da vila São Pedro, onde foi realizada a feira, ficou lotado com as bancas que foram organizadas em setores: alimentação, confecções, artesanatos e serviços.

Organizou-se um banco de dados e durante a Feira foram distribuídas listas com a relação de cada produtor, telefone de contato, produtos e serviços que oferece.

Entre os empreendimentos presentes, elenca-se: Setor de Alimentação: Padarias comunitárias, pão de fubá, pão doce, chinequinho, bolacha, pão de centeio, de fibra, caseiro, broa, broa de milho, pão de batata-doce, biscoito, bolos, cuque, pão de queijo; cueca virada; cooperativas agrícolas do MST, pepino em conserva; picles em conserva e feijão, chá aromático, doce de leite; melaço; rapadura, chimarrão (erva mate socada e triturada para tererê); chá tipo exportação; geléias variadas, cestas de Páscoa, sanduíches naturais, salgadinhos em geral (fritos e assados), empadão, docinhos para festas, torta; pães recheados; mini-pizza; biscoitos caseiros (beijo baiano); produção de lanches, espetinhos, queijos, doces, aves e ovos caipira, macarrão, queijos, bombons caseiros; ovos de páscoa. Setor de Higiene e Limpeza: detergente ecológico, sabão, sabonetes de glicerina e cosméticos. Setor de Confecções: confecções em geral, infantil, adulto, cama, mesa e banho, malhas, lingerie, moletons, fraldas, pijamas, oficina de costura, confecções de bolsas, porchetes, carteiras, porta moedas, mochilas, peças em tricô e crochê, kit de cozinha, enxovais, guardanapos, reformas de roupas. Setor de Artesanato: artesanatos em geral, bordados, panos de prato, macramê, fantoches, bijuteria, colares; brincos; pulseiras; anéis, bolsas, pano de prato; avental, tapetes, chinelo; arranjos; arranjos florais; bisqüi (enfeites de conchas do mar); pinturas e decorações; restauração de móveis em madeira; pintura especializada, enfeites para geladeira, cestas de páscoa; velas decorativas, peças de gesso; trabalho em madeira; arranjos. Setor de Serviços: Quem TV Produções, filmagens; edições em vídeo; cobertura de eventos; produções de audio-visuais, Cooperativa da Construção Civil - Cotracon, serviços de informática, aulas de informática; desenvolvimento/manutenção de software; páginas de internet, produção de panfletos e cartões, carros, serviços de psicologia, decorações e fantasias para festas, massoterapia, funilaria, estampas, mecânica, serigrafia em camisetas, bonés, bandeiras; serviços de contabilidade, assessoria jurídica, assessoria de custos e formação de preços; assessoria econômica e financeira; Imposto de Renda de pessoa física, curso de artesanatos, paisagismo, ikebana, aconselhamento e conciliação familiar, serviços de assessorias a organizações sociais, cursos de formação, curso pré-vestibular. Outros: artigos religiosos; terços, livros e subsídios de formação, revenda de medicamentos de uso contínuo; marcenaria, produção de armários, cadeiras, guarda-roupas, mesas; etc O evento contou com atividades culturais de um grupo de Hip Hop.

A Feira tinha um duplo caráter. Tanto era possível comprar e vender os produtos e serviços, quanto oferecê-los em troca por outros produtos e serviços. Ao final da feira, como as vendas foram fracas, as trocas se intensificaram.

Durante o dia o intercâmbio de informações entre as pessoas foi um dos aspectos positivos, compartilhando-se algumas informações sobre como produzir melhor e estabelecendo-se contatos para possíveis trabalhos em parcerias.

Embora a divulgação tenha sido ampla, inclusive com entrevistas na CBN sobre o evento, e com releases enviados para os diversos veículos de comunicação da cidade, o público consumidor ficou abaixo do esperado. Alguns produtores, especialmente de artesanato, venderam pouco. O caráter agressivo de algumas músicas do Hip Hop também não foi muito bem aceito por outros.

As despesas da organização e divulgação da feira foram cobertas com a contribuição dos participantes e de outros colaboradores.

Na reunião de avaliação que se seguiu, uma semana depois, compareceram cerca de 70 pessoas. Embora considerando que as vendas tivessem ficado abaixo do esperado (talvez porque a data da feira tivesse sido antes do dia do pagamento ou porque tivesse sido feita em local fechado), a maioria destacou que foi uma grata surpresa o número dos participantes, a variedade e qualidade dos produtos, alguns chegando a afirmar que não precisamos de padrão e de hipermercado para viver, uma vez que boa parte do que consumimos podia ser encontrado na feira ou elaborado por outros produtores, reafirmando a importância de dar continuidade a atividades conjuntas.

Entre as propostas aprovadas estão:

- ♣ realizar a feira a cada quinze dias
- ♣ fazer compras em conjunto dos insumos, para reduzir custos;
- ♣ organizar compras comunitárias para o conjunto das famílias que estão participando da feira
- ♣ divulgar a lista de produtos e serviços
- ♣ reunir os empreendimentos por setor para definir ações possíveis
- ♣ montar pontos permanentes de venda, similares ao da Rede Sol
- ♣ avançar na organização de uma Rede de Colaboração Solidária
- ♣ elegeu-se uma comissão para negociar junto aos órgãos públicos a concessão de espaços para feira ou pontos permanentes de comercialização.

3. Rede de Colaboração Solidária

A proposta da Rede que integrava, em dezembro passado, aproximadamente dez grupos, hoje aglutina mais de 70 grupos de produtores, comerciantes e prestadores de serviços.

O projeto básico de uma Rede de Colaboração Solidária é o seguinte. Os participantes praticam o consumo solidário, dando preferência aos produtos e serviços da rede (onde não há exploração dos trabalhadores e busca-se proteger o meio ambiente), possibilitando que os empreendimentos obtenham excedentes, parte dos quais deve ser reinvestida coletivamente, gerando outras cooperativas ou microempresas, remontando solidariamente a cadeia produtiva dos bens comercializados, evitando-se que a rede compre insumos e produtos finais no mercado.

Assim, cria-se novos postos de trabalho, aumentam-se a riqueza produzida na rede, o consumo produtivo de insumos, materiais de manutenção, etc, em seu interior e o consumo de produtos finais, uma vez que os trabalhadores anteriormente desempregados, que passam a trabalhar nesses novos empreendimentos, incrementam o consumo solidário no interior da rede. Desse modo, os fluxos materiais e de valores passam estrategicamente a realimentar a Rede ao invés de realimentar o mercado capitalista. O projeto, portanto, visa a transformação e integração desses empreendimentos que estão se articulando a partir da feira, possibilitando a expansão de relações de consumo e produção que não sejam capitalistas.

Avançando neste projeto algumas ações estão em curso.

As listas de compras das famílias e as listas de aquisição de insumos e materiais de manutenção dos produtores estão sendo preenchidas. Uma parcela dos participantes já começou a devolver os questionários que serão agora tabulados permitindo totalizar as demandas permanentes e reorientar o processo de produção para atendê-las.

Cursos de formação solidária estão sendo organizados. O primeiro deles sobre Como Organizar um Microempreendimento foi realizado em Maio, pelo IFIL. Neste curso tratou-se não apenas da estrutura de investimentos, custos e formação de preços, como também analisou-se o processo de acumulação de mais valia sobre a lógica capitalista e o processo solidário de reinvestimento dos excedentes em uma rede de colaboração. O próximo curso no mês de junho será sobre Relações Capitalistas de Produção e Redes de Colaboração Solidária.

Outra área de atuação é a manutenção de um site na Internet sobre as Redes de Colaboração Solidária em www.ifil.org\rsc, que possui várias seções.

Na seção Produtos e Serviços encontra-se uma relação de produtores e prestadores de serviços que participam da feira, telefones, contatos e a lista dos produtos e serviços por eles oferecidos, facilitando a sua comercialização.

Na seção compras, é possível conhecer a loja da Rede Sol, navegar por suas seções através de várias fotografias, conhecendo produtos e serviços. Nos próximos meses iniciaremos a comercialização via Internet dos produtos e serviços. Compras acima de R\$ 15,00 poderão ser entregues na residência do comprador em até 24hs após realizado o pedido. O pagamento será feito no ato da entrega. Os scripts de compra on line já estão sendo programados. As

compras também poderão ser feitas por telefone, como nos sistema de disque-pizza, com o cliente tendo uma lista dos produtos disponíveis.

Na seção software estará sendo distribuído, em breve, o programa Rede Solidária, cuja primeira versão para testes já está pronta com dados advindos do SEBRAE e da revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios. O objetivo do programa é dar suporte à organização de Redes de Colaboração Solidária. Ele permite, com facilidade, realizar diagnósticos de empreendimentos conectados em rede, levantando demandas por insumos e produtos finais, visualizar as cadeias produtivas e gerar listas de toda a produção final e projetar o crescimento sustentável da rede, valendo-se de um banco de projetos de micro-empresendimentos. Assim, após totalizar um volume de demandas dos empreendimentos da rede que ainda é atendido pelo mercado capitalista, o programa analisa, no banco de projetos, se há algum empreendimento que possa atender aquela demanda e se o faturamento mínimo para a auto-sustentação do empreendimento corresponde ao que é dispendido pela rede ao adquirir aquele insumo ou produto final no mercado. Caso algum projeto corresponda aos parâmetros requeridos, o programa propõe a sua efetivação, isto é, a criação de um novo empreendimento para atender aquela demanda, apresentando diversos detalhes: o investimento inicial, o investimento fixo, o capital de giro, a despesa fixa, quantos trabalhadores podem ser incorporados, tipo de trabalho a ser executado, tipo e quantidade do produto final a ser produzido, o potencial produtivo da unidade, custo por unidade produzida, preço final por unidade, valor de reposição, valor excedente, demandas que atende, insumos que necessita (o que e quanto consome da rede solidária, o que e quanto consome do mercado capitalista), etc. Os diagnósticos permitem assim corrigir fluxos de valor, visando realimentar a produção e o consumo dentro das redes. Atualmente estamos começando a realizar o diagnóstico de unidades que estão participando da Rede para introduzir os dados neste programa.

A Rede de Colaboração Solidária está mantendo também uma lista de discussão na Internet. Nessa lista há várias propostas levantadas, entre elas a elaboração de um projeto de lei federal que dê suporte às Redes de Colaboração Solidária, alternativas para dar visibilidade e integrar os empreendimentos, incluindo-se a construção de um Portal de Economia Solidária em que todos os empreendimentos poderiam apresentar produtos e serviços e remontar, progressivamente, as cadeias produtivas em laços de realimentação solidária.

Encontram-se também neste site links para as mais diversas práticas de economia solidária praticadas no mundo agrupados nas seguintes seções : Redes de Colaboração Solidária, Agência de Desenvolvimento Solidário - CUT, Rede Global de Trocas, Economia Solidária, Consumo Crítico e Solidário, Grupos e Redes de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca, LetSystem, SEL, SEC e Outros, Empresas Autogeridas por Trabalhadores, Economia de Comunhão, Microcrédito, Crédito Recíproco e Sistemas Locais de Moedas Alternativas, Desenvolvimento Sustentável, Software Livre e Acesso a Redes de Informação, Linux, Terceiro Setor, Clique Solidário e Outros. Cada link

agrupado nessas seções abre muitos outros, permitindo uma ampla pesquisa sobre diversas práticas, conceitos e princípios de economia solidária.

4. Rede Solidariedade

No final de 1999, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná e o Sindicato dos Telefônicos do Paraná, deram apoio na montagem de uma empresa denominada Associação Rede de Benefícios Solidariedade, que tem como nome de fantasia Rede Solidariedade. Em abril de 2000 a essa empresa foi legalizada, sendo registrada em cartório. Atualmente essa Rede já está operando.

Entre os objetivos da Rede estão: a) "estruturar legal e operacionalmente num sistema integrado: produção comercialização e consumo de diversos produtos e serviços"; b) "criar e desenvolver uma política concreta de geração de trabalho e renda, para os trabalhadores paranaenses demitidos ou aposentados, alicerçada na estruturação de uma Plataforma de Cooperativas de Produção e Consumo, organizadas e mantidas pelas entidades sindicais, incubadas pela UFPR, para desenvolverem conhecimento e tecnologia, e orientadas ideologicamente pela Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT"; c) "produzir recursos financeiros alternativos para a entidades sindicais e associativas associadas; e benefícios e vantagens para os filiados e associados dessas entidades".

O projeto visa fidelizar a participação de mais de um milhão de consumidores à Rede, a partir dos 300 mil trabalhadores sindicalizados e seus dependentes em todo o Estado. Segundo o projeto, "este grande e diversificado nicho de mercado, possibilita às empresas, mantenedoras de convênios e parcerias; e aos produtores solidários, prestadores de serviços, viabilizarem políticas vitoriosas de vendas de seus produtos e serviços, de suas ofertas de benefícios e vantagens, como também a produção de recursos financeiros alternativos para as entidades associadas à Rede, e a geração de trabalho e renda para os excluídos, etc."

Entre os elementos mediadores da proposta estão: a) a *CooperAção - Cooperativa de Trabalho e Serviços*, que está em fase de formação e legalização, formada por bancários que foram demitidos e aposentados. b) o *Cartão Solidariedade* - utilizado como instrumento de marketing, apresentado na compra de produtos e serviços, permitindo ao associado obter benefícios e vantagens fornecidas pela Rede - futuramente será um cartão de crédito da Rede. c) *Guia Rede Solidariedade* - é uma revista-catálogo, com uma "... publicação bimestral, e que tem como objetivo principal divulgar publicitariamente empresas, cooperativas, convênios e parcerias, contratados com a Rede." - sendo responsabilidade dos sindicatos e associações distribuí-la entre seus associados. A primeira edição está sendo finalizada e será lançada em junho. d) *CentralMed - Central de Repasse de Medicamentos*, cujo objetivo é "repassar remédios de uso contínuos com descontos de 30% para sindicalizados e associados das entidades associadas à Rede". Funciona através de tele-atendimento, tendo um pequeno espaço de loja para a entrega direta dos remédios. Os produtores da Feira da Solidariedade estão integrados

nesse sistema, podendo igualmente comprar os remédios com 30% de descontos. Este serviço já está operando, tendo iniciado nesse mês de maio. "A entrega do medicamento é feita 48 horas após o recebimento do dinheiro ou do aviso do crédito em conta". e) *Força de Vendas e Rede de Distribuição* - formada por demitidos e aposentados, opera em sistema de teletrabalho, em sistemas on line ou por telefone. A Rede está preparando um curso de capacitação para as primeiras turmas que atuarão nesse setor. f) *Centrais de Comercialização de produtos Agropecuários e de Prestação de Serviços*. Esta propostas ainda está em debate. O objetivo é comercializar através da Rede tanto produtos agropecuários quanto produtos caseiros e serviços profissionais urbanos, elaborados sob os critérios da economia solidária, integrando à Rede os produtores rurais e conferindo maior capilaridade urbana na comercialização da Rede. h) *Moradia Popular*. Trata-se da construção de moradias populares para os trabalhadores sindicalizados e participantes das associações integradas à Rede. Algumas linhas de financiamento pesquisadas podem ser acionadas, e já há duas cooperativas populares de construção civil operando, uma em Curitiba e outra em Ponta Grossa. "A cooperativa dos trabalhadores bancários realizará as tarefas de administração; a dos trabalhadores engenheiros fará os projetos e plantas, bem como gerenciará as obras; e os trabalhadores da construção civil e dos telefônicos realizarão as tarefas necessárias para as obras de construção material das moradias". Até agora, contudo, não há imóveis sendo construídos pela Rede Solidarietà.

Perspectivas

As perspectivas são de integração de todas essas atividades entre si e com outras já existentes, como por exemplo, as atividades de uma ONG em Curitiba chamada ADITEPP que articula mais de 100 famílias em sistemas de compras comunitárias permitindo, em certos itens, uma economia de até 40% em comparação aos preços praticados nos supermercados.

Essas Redes, que estão sendo organizadas há apenas 3 meses, dão sinais de um potencial grande de crescimento. Tudo dependerá da percepção que os demais segmentos organizados tenham da sua importância, difundindo a prática do consumo solidário.

MOEDA SOCIAL E A CIRCULAÇÃO DAS RIQUEZAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA⁶⁸

Fábio Luiz Búrigo⁶⁹

Se a gente compreendesse realmente o
nosso sistema bancário e monetário
creio que amanhã de manhã haveria
uma revolução aqui (Henry Ford Junior)

Apresentação

O sistema financeiro internacional assumiu papel central nas estratégias de expansão das sociedades capitalistas contemporâneas. Controlado hegemonicamente por grupos e conglomerados empresariais de caráter financeiro, a dinâmica do sistema repercute cada vez mais nas grandes decisões econômicas mundiais.

Não obstante a sua importância política, social e econômica, o funcionamento do sistema financeiro (com suas constantes inovações) parece ainda pouco compreendido pela maioria das pessoas e pelas organizações da sociedade civil. A magnitude e complexidade exigem um grande esforço investigatório aos que desejam desvendar as crises sistêmicas que rondam periodicamente o mercado financeiro, e criam enormes desafios para quem discute mecanismos efetivos de controle social ao setor. Ressalte-se que essas dificuldades são geradas tanto pelas inovações tecnológicas (obtidas principalmente com o apoio da telemática) quanto pelas novas formas de articulação dos agentes que atuam no circuito financeiro (redes transcorporativas envolvendo atores governamentais, agentes multilaterais e órgãos privados). Além do mais, o *sistema monetário atual é engenhosamente baseado no artifício da carência crônica e epidêmica de dinheiro. O objetivo desta política, efetuado por governos e bancos é o de proteger o valor do dinheiro (dos ricos)* (Strohalm, 2000).

Em função desse quadro ganha força o debate sobre os impactos sociais e econômicos resultantes do processo de globalização do capital financeiro. Acentuam-se as críticas dos que afirmam que a homogeneização das finanças mundiais (tendo o dólar como ícone), além de corroborar para o aumento das diferenças entre os ricos e os pobres e entre as nações centrais e as periféricas, vem colaborando para a geração de crises globais do setor e mostrando as dificuldades de se estabelecer marcos regulatórios eficazes, sob o ponto de vista democrático.

⁶⁸ Texto apresentado como um dos requisitos para a conclusão da disciplina *Análise Sócio-Política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo*, oferecido no semestre 2000.02, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (CFH - UFSC). O autor agradece as sugestões e comentários efetuados pelo colega Jacques Mick.

⁶⁹ Fábio Luiz Búrigo é Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agroecossistemas (Centro de Ciências Agrárias - UFSC) e coordenador técnico do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro. Caixa Postal 6073, Cep 88036 971- Florianópolis SC. Fone/fax 048 2333176. e-mail: burigo@mbox1.ufsc.br.

Além do mais, as incertezas e perplexidades, que rondam o padrão monetário "convencional" estimulam o surgimento e a expansão de formas alternativas de organização financeira. Um rápido olhar sobre parte desses movimentos, não obstante as suas diferenças operacionais, indicam que eles apareceram com o objetivo de combater o processo de concentração econômica e ampliar a força dos excluídos do circuito financeiro tradicional.

Certas experiências alternativas estruturam-se como instituições bancárias, mas orientando suas políticas para o desenvolvimento de programas de microfinanças solidária (como o Grameen Bank de Bangladesh); algumas defendem formas de gestão cooperada, como as cooperativas de crédito; outras preferem, por sua vez, criar organizações civis especializadas em produtos financeiros direcionados às camadas mais pobres da população, como os "bancos do povo". Merece registro também os sistemas de crédito gerenciados comunitariamente, como é o caso do "Palmcard" (cartão de crédito criado por uma associação de bairro, na cidade de Fortaleza).

Mais recentemente ganha expressão outra experiência nessa área. Trata-se dos *clubes de trocas*, em que circulam moedas cunhadas pelos próprios participantes. Esses clubes já existem, sob diferentes formas, em diversos países desenvolvidos como: Canadá, Estados Unidos, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Holanda, França, Espanha, Inglaterra; e em países periféricos, tais como: México, Colômbia, Chile, Equador, Tailândia, Indonésia, Uruguai, Brasil e Argentina. No Brasil tem-se conhecimento da existência de clubes de trocas que utilizam moedas próprias nas cidades de São Paulo (cinco grupos), Rio de Janeiro, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre.

Em cada uma dessas experiências a moeda adotada assume nome e regras próprias. Alguns grupos começam a denominar suas moedas de "sociais", justamente por elas terem sido criados por movimentos interessados no funcionamento de circuitos de trocas e de novos instrumentos monetários, a serviço de uma economia diferente daquela que impera na ordem capitalista.

Cabe frisar que, longe de representar um instrumento "neutro" de funcionamento da economia, o dinheiro sempre carregou dentro de si uma dose de simbolismo vinculado ao círculo do poder. Para autores como Dodd, o dinheiro *sempre e onde quer que seja usado, não se define por suas propriedades como objeto material, mas pelas qualidades simbólicas genericamente vinculadas ao ideal de outorga irrestrita de poder* (Dodd, 1997)

O intuito do presente artigo é discutir o ressurgimento do debate e do uso alternativo da moeda. Inicialmente procura-se resgatar brevemente o papel do dinheiro e do sistema monetário único na sociedade capitalista. O tópico seguinte destaca experiências de criação de instrumentos monetários alternativos, sendo complementado com o relato sobre as moedas paralelas, uma vez que elas se constituem num fenômeno bastante comum, mesmo nos dias atuais. Dar-se-á especial destaque, na última parte, aos clubes de troca da Argentina, que vem empregando a chamada moeda social.

Breve retrospecto do uso do dinheiro

Ao longo da História, as sociedades humanas desenvolveram inúmeras fórmulas para efetivar as trocas de produtos e bens. Em algumas zonas, as trocas se baseavam em padrões monetários de valor material, empregando produtos de origem animal, vegetal ou mineral; em outras, as comunidades concretizavam suas relações comerciais através da troca de objetos de valor simbólico e cultural, sem uma utilidade prática, tais como adereços, conchas, etc. Essas trocas estimularam o desenvolvimento de feiras, alcançando grande importância econômica (e social) em diversas regiões, por exemplo, na Ásia, Europa Mediterrânea, no Oriente Médio e Norte da África. Esses mercados livres demonstraram que o comércio e as trocas já eram uma vocação de diversas sociedades humanas, muito antes do surgimento do sistema capitalista e das moedas nacionais.

Sabe-se que a construção e manutenção do poder político na sociedade moderna passava, e ainda passa, pela criação de um processo de legitimação simbólica e jurídica da moeda única. Geralmente, a consolidação de uma moeda oficial única em determinado território ocorre somente após se conseguir eliminar outras moedas que estão em circulação. Além disso, as autoridades estão sempre em alerta, procurando evitar o surgimento de moedas emitidas por setores descontentes com a moeda existente. Por outro lado, em certos momentos, tanto em períodos de guerra como de paz, as autoridades determinam a substituição da(s) moeda(s) corrente(s), como forma de impor ou recuperar seu status político ou financeiro. Muitas vezes, as moedas colocadas em desuso carregam consigo obrigações e dívidas que os governantes não desejam, ou não podem mais honrar (Braudel, 1995).

A partir da consolidação dos estados nacionais e das relações de produção capitalista, o dinheiro passou a incorporar novas funções, tornando-se sinônimo de riqueza e de poder coletivo e pessoal, como frisou Goethe: *o poder do dinheiro é o meu poder* (citado em Marx, 1989). Não é por outra razão que os autores clássicos (Marx, Weber e Simmel) davam grande destaque ao papel do dinheiro (e ao capitalismo financeiro), ao analisarem o funcionamento dos sistemas econômicos e, em especial do sistema capitalista. Marx discutiu como o dinheiro se transforma em capital e os conceitos de valor de uso e valor de troca das mercadorias no capitalismo. Assinalou, também, o papel de alienação exercido pelo dinheiro no capitalismo, característica vital para a perpetuação dos processos de dominação e controle social.

O poder de perversão e de inversão de todas as qualidades humanas e naturais, a capacidade de entre coisas incompatíveis estabelecer a fraternidade, a força divina do dinheiro, reside no seu caráter como ser genérico alienado e auto-alienante. Ele é o poder alienado da humanidade (Marx, 1989).

Weber estudou o papel do dinheiro nas sociedades ocidentais modernas, a sua importância para a racionalização da vida social e a definição dos preços dos bens e serviços. Ele classificava o sistema financeiro como um caso especial de poder, preocupava-se com o controle do dinheiro e o poder das instituições financeiras e do Estado (Mizuchi e Stearns 1994).

Nos estudos sociológicos de Simmel, o dinheiro era constantemente referenciado como sendo uma *instituição* fundamental no desenvolvimento das relações econômicas. Simmel concordava com a visão de Marx sobre o papel alienante do dinheiro nas sociedades capitalistas, mas enfatizava que a moeda proporcionou maior liberdade pessoal nos negócios e facilitou as transações econômicas. Ela tornou-se um *instrumento* de interação de caráter anônimo e menos sujeito às obrigações sociais (Mizruchi e Stearns 1994).

Embora o interesse principal do presente trabalho não seja o de analisar as funções do dinheiro pode-se recorrer a uma síntese estabelecida pelo Cedac⁷⁰, para se entender melhor o seu papel no sistema capitalista contemporâneo. Segundo o referido trabalho, o dinheiro assume as seguintes funções:

O dinheiro é o equivalente geral - ou seja, pode ser trocado por qualquer mercadoria.

O dinheiro é medida de valor - todos os bens e serviços em circulação num território podem ser medidos em dinheiro, o que permite quantificar o seu valor e relacioná-los com outras mercadorias. Por outro lado, como ressaltam Mizruchi e Stearns (1994) somente quando os membros de uma sociedade concordam em definir o dinheiro como válido é que ele realmente adquire valor. A essa ressalva pode-se acrescentar também uma observação da teoria marxista, na qual o valor das mercadorias é igual à quantidade de trabalho gasto para produzi-las, e os preços são estabelecidos somando-se o valor das mercadorias mais o lucro que o produtor deseja receber (gerando nesse processo a "mais valia").

O dinheiro é um instrumento da circulação das mercadorias – o valor de troca das mercadorias no sistema capitalista é expresso em moedas, através dos preços. O dinheiro serve como unidade de medida para se efetuar essas trocas. Desse modo, o dinheiro é empregado para efetivar a mediação entre a compra e a venda, que sem a sua existência precisaria ser realizada diretamente. O dinheiro permite que as trocas de mercadorias possam ser indiretas, pois não precisam ocorrer ao mesmo tempo e nem entre as mesmas pessoas, como ocorriam nas feiras dos primórdios da civilização ou no escambo.

O dinheiro é um meio de pagamento - O dinheiro assume aqui sua função de viabilizar o pagamento futuro de uma mercadoria. Funciona como forma de operacionalizar o sistema de crédito.

O dinheiro é reserva de valor - Através da poupança o dinheiro serve para dar origem à acumulação. Dentro da sociedade capitalista a poupança acumulada serve para viabilizar a realização de investimentos, através de financiamentos. Deve-se salientar ainda que a moeda pode assumir outras características, quando analisada sobre prismas distintos daquele de caráter técnico-econômico. Mizruchi e Stearns (1994), citando Zelizer, destacam que o dinheiro adquire múltiplo significado, de acordo com o contexto social em que está

⁷⁰ Ver Cedac (1981).

inserido. Quando representa o poder de comprar bens e serviços à família, tem um sentido "doméstico", que é diferente do dinheiro "institucional", utilizado como capital (fundos de crédito e políticas do Estado), e que, por sua vez, é distinto do dinheiro "moral", oriundo de fontes religiosas ou de caridade. Em cada caso, ele assume um caráter simbólico específico e tem uma lógica própria de utilização⁷¹(4).

Num trecho admirável, as conseqüências sócio-culturais do uso do dinheiro são assim resumidas por Dodd:

...o ideal de outorga irrestrita de poder, de liberdade total de agir e incorporar à vontade, se encontra no cerne da conceituação do dinheiro em geral como meio simbólico transparente. É essa a base do desejo de possuir dinheiro, do próprio conceito do dinheiro que é essencial em qualquer decisão de aceitá-lo em pagamento, de trabalhar por ele, e economizá-lo ou entesourá-lo, de sentir ao mesmo tempo repulsa e fascínio por aquilo que o dinheiro parece *habilitar as pessoas e instituições a fazer* (Dodd, 1997).

O referido autor ressalta ainda que o papel político do dinheiro faz dele um facilitador poderoso da reprodução de assimetrias de riqueza, poder, renda e propriedade na sociedade (Dodd, 1997). Além do mais, como o sistema monetário atual favorece o desvio de dinheiro dos países pobres para os ricos, aqueles *sofrem escassez de dinheiro para investimentos e padecem de desorganização. Pois esta desnecessária e artificial carência de dinheiro impede [a sociedade] de atrair e organizar os talentos das pessoas* (Strohalm, 2000).

No entanto, é preciso ter em conta que, ao lado da sofisticação dos instrumentos monetários modernos, algumas formas alternativas de trocas (re) surgiram no século XX, em várias partes do mundo. Como se verá a seguir, as moedas alternativas aparecem como contraponto das políticas monetárias adotadas pela maioria dos países capitalistas.

As moedas alternativas

Apesar da imposição das moedas nacionais ter sido uma das estratégias mais evidentes do sistema capitalista, ao longo dos últimos três séculos, alguns exemplos de uso de moedas alternativas foram registrados nesse período⁷². Uma das experiências mais interessantes nesse sentido refere-se à aplicação da teoria da "oxidação da moeda" Para essa teoria, as moedas deveriam

⁷¹ É mister ressaltar que durante boa parte do século XX as investigações de natureza sociológica em torno do dinheiro e de seu uso foram relegadas a segundo plano. Certamente, essa carência dificulta a compreensão em torno das implicações sócio-culturais do uso de moedas nacionais únicas e de moedas de circulação internacional (como é o caso do dólar). De acordo com Mizruchi e Stearns (1994) os estudos sobre dinheiro, bancos e finanças ficaram distantes dos sociólogos por décadas, prevalecendo principalmente pesquisas com enfoque econômico. Para esses autores, somente nos anos 1970 os cientistas sociais voltaram a produzir significativamente análises em torno do tema.

⁷² O uso de moedas alternativas à moeda oficial é uma prática relativamente pouco conhecida depois da independência no Brasil, muito embora existam exemplos em que esta medida foi utilizada, mesmo depois de ter sido estabelecida uma moeda nacional única. Sabe-se do uso de moedas alternativas em Blumenau (1898), Porto Alegre (na década de 1950), em Campina do Monte Alegre - SP (nos anos 1980).

perder o seu valor de troca com o passar do tempo. Sem tornar-se inflacionário (pois a desvalorização é controlada), o sistema de redução programada do valor da moeda foi uma das teses mais defendidas pelo economista Silvio Gesell⁷³. Ele acreditava que a poupança desestimula a circulação monetária, gerando problemas como a recessão e a concentração de renda.

A moeda livre nos anos 1930

A tese da circulação máxima da moeda foi testada pelo menos em dois países europeus durante o século XX. No ano de 1930, em Schwanenkirchen na região da Baviera (Alemanha), um proprietário de uma mina de carvão endividado propôs pagar seus empregados com um bônus chamado de "Wära" (Wäre significava mercado) (Laacher, 2000). Porém, esse bônus perdia seu valor ao longo do tempo, o que obrigava o seu portador a utilizá-lo imediatamente. Os comerciantes acabaram aceitando tais bônus dos trabalhadores, devido à carência de Marcos (moeda oficial) na cidade. Com o bônus nas mãos, os comerciantes começaram a convencer os seus fornecedores a aceitá-los, fazendo crescer rapidamente o espaço de circulação do Wära. Em 1931, quando cerca de 2000 empresas já participavam do circuito, o Banco Central alemão interdito o sistema, alegando o seu monopólio na emissão de moeda (Lietaer, 2000).

Uma experiência semelhante ocorreu em 1932, na vizinha Áustria, onde o prefeito da pequena comunidade de Worgl (4.300 habitantes), enfrentando uma taxa de desemprego de 35%, resolveu imprimir bilhetes bancários especiais. Esses bilhetes possuíam timbres que perdiam 1% de seu valor, a cada mês. O valor dos bilhetes era lastreado por somas equivalentes depositadas num banco local. Dois anos mais tarde, Worgl era a primeira vila austríaca a reencontrar o pleno emprego. Com o uso dos bilhetes, a Prefeitura viabilizou a realização de diversos trabalhos de infra-estrutura na cidade (serviços de água, estradas, reflorescimento...). Constatou-se que os bilhetes circulavam cerca de quarenta vezes mais rápido que a moeda oficial, em virtude da taxa de juros negativa. Com isso, mais de duzentas comunidades vizinhas resolveram seguir o exemplo de Worgl. Quando a experiência estava virando um centro de referência para os economistas, o Banco Central austríaco resolveu interditar o sistema. Apesar dos protestos dos moradores a experiência não pode prosseguir, pois a Corte Suprema rejeitou os recursos efetuados pela comunidade (Lietaer, 2000).

73 O austro-alemão Silvio Gesell (1862 - 1930) viveu muitos anos na Argentina, onde através de sua atividade de comerciante pode perceber o impacto do sistema monetário capitalista, especialmente em tempos de crise. Nesses períodos, a moeda oficial torna-se escassa gerando grandes dificuldades para os setores empobrecidos e criando sérios empecilhos para se fortalecer a economia. Uma de suas idéias foi estabelecer um "mercado sem capitalismo" Seu modelo de economia livre defendia a idéia de se "oxidar a moeda", criando estímulos à circulação do dinheiro, através de taxas de juros negativas e fortalecendo, conseqüentemente, a economia local. Suas idéias principais a respeito do tema, consideradas impraticáveis por muitos economistas de sua época, estão descritas na obra "*A Ordem Econômica Natural*", e foram colocadas em prática na Áustria, França, Alemanha, Espanha, Suíça e nos Estados Unidos (Trueque, 1999). Keynes, em sua obra *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, muito embora não acreditando na praticidade de se etiquetar as moedas com carimbos de desvalorização, se interessou em comentar com respeito as concepções de Gesell.

No ano de 1933, o relato da experiência de Worgl, efetuado por um professor da Universidade Yale (Irving Fischer), impressionou cerca de 400 vilas norte-americanas, que resolverem criar suas "moedas de emergência", como forma de combater a recessão econômica. A idéia desencadeou um movimento em defesa da expansão desse tipo de moeda para todo o território dos Estados Unidos, envolvendo, inclusive, parlamentares e técnicos do governo.

No entanto, as moedas livres foram abandonadas não por serem inviáveis tecnicamente, mas por pressupor uma forte política de descentralização e enfraquecimento do poder federal, o que entraria em choque com os novos ideais de centralizar e controlar a economia, trazidos por Roosevelt através do New Deal (Lietaer, 2000).

É preciso indicar, nesse passo, que durante a Grande Depressão norte-americana espalharam-se *redes de trocas sem moedas*, abarcando em certo momento mais de um milhão de pessoas. Contudo, estas redes de trocas foram desbaratadas pelo início da Guerra e no momento em que as políticas de bem estar passaram a ser responsabilidade do estado federal (Singer, 1999). Outras experiências semelhantes, porém de menor porte, foram observadas na França durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1933 foi criada uma "moeda auxiliar" na cidade de Nice, a fim de estancar a concentração das riquezas e ajudar as novas atividades econômicas. Depois em Cher (1956) e em Marans (1958) são impressas as moedas livres, que também duram apenas um ano por pressão dos serviços fiscais (Lietaer, 2000).

Segundo Laacher (2000) pode-se observar que as experiências de criar moedas francas foram geralmente bloqueadas seja pelos governos federais, seja pelos bancos centrais ou pelos fiscais locais. Elas nasceram em territórios demarcados e normalmente desprovidos de desenvolvimento, de trabalho e onde o dinheiro oficial andava escasso. Muitas dessas propostas eram inspiradas nas teorias de Gesell. Laacher, no entanto, sustenta que o sistema beneficiou mais diretamente grupos profissionais como os comerciantes, artesões e agricultores que se encontravam em dificuldades econômicas, mas não modificou diretamente a realidade dos trabalhadores e das pessoas em situação de exclusão⁷⁴.

A moeda livre dos anos 1980

A proposta de se criar uma moeda alternativa volta à tona durante os anos 1980, numa vila próxima da cidade de Vancouver, no Canadá. Michael Linton, um analista de sistemas colocou em vigor o *Lets* (Local exchange trading system), quando o poder aquisitivo local decaiu, em razão da recessão econômica advinda com a crise na indústria madeireira e a transferência de uma base aérea dos EUA para outra província (Singer, 1999).

⁷⁴ Pode-se argüir no sentido contrário, afirmando que as experiências aqui relatadas foram abortadas em tão curto espaço de tempo, que não permitiram prever todas as conseqüências positivas que o sistema poderia trazer ao tecido social.

Os Lets se configuram como um clube de troca, onde o dinheiro oficial é substituído por uma moeda própria. Os Lets auxiliam também no combate à falta de poder aquisitivo da população, causado pelas políticas monetárias restritivas, impostas pelo sistema oficial:

Un Club de Trueque es una asociación de personas desempleadas o subempleadas, es decir, que tienen potencial productivo desaprovechado por falta de demanda y necesidades insatisfechas por falta de dinero. En el Club se crea la demanda faltante y, al mismo tiempo, las personas satisfacen sus necesidades comprándose productos unas a otras. Se trata de un huevo de Colón, cuyo secreto está en la emisión de una moneda propia del Club, que genera la demanda al monetarizar las necesidades insatisfechas de los miembros (Singer, 1999).

Embora existam inúmeras variações operacionais em cada Lets, todos os clubes respeitam certas regras, tais como: em suas transações não se obtêm ganhos através de juros; todas as trocas são acordadas diretamente entre as duas partes e; as contas de cada integrante do grupo estão disponíveis à verificação de todos. Tomando como base as observações de E. Bowring, Singer ressaltava que existem dois tipos de Lets: os que enfatizam o papel econômico dos intercâmbios, promovendo o máximo crescimento dos clubes através do envolvimento com empresas dispostas a comercializar seus produtos via moeda comunitária, e os que priorizam seu papel social, procurando criar mercados comunitários em que participam apenas os produtores autônomos locais. Esses últimos preocupam-se em estimular as práticas solidárias e evitar as tendências concentradoras dos mercados "puros" (Singer, 1999). De 1983 até 1988 foram criados cerca de vinte Lets no Canadá, muitos dos quais não prosperaram pela perda de confiança entre seus membros. Porém, no mesmo período, outros Lets surgiram e se espalharam por vários países do mundo (Laacher, 2000).

Na Nova Zelândia os Lets apareceram em 1986, tendo conseguido eleger deputados, a partir dos grupos existentes. Na Austrália, os Lets surgiram em 1987 adotando o nome de "Dinheiro Verde" (Mutirão Aboporu, 2000). Os clubes australianos contaram, inclusive, com o apoio do governo, que se mostrou interessado em ajudar na sua consolidação e expansão. Em 1994, um só grupo australiano, integrado por cerca de 2000 membros, movimentava o equivalente a U\$ 40.000 por mês.

No Reino Unido a idéia do Lets surgiu em 1985, sendo que uma década depois já somavam 400 grupos, envolvendo cerca de 20.000 aderentes (Singer, 1999). Os Lets ingleses obtiveram, também, certo apoio de autoridades locais.

Os Lets cresceram rapidamente, podendo-se estimar a existência de, aproximadamente, 1500 sistemas semelhantes espalhados pelo mundo. Na Europa eles já aglutinam cerca de 100.000 pessoas (Blanc, 2000). Na França, a experiência adotou o nome de SEL (Systèmes d'Echange Locaux). As trocas no SEL funcionam via um bônus intransferível, que permite aos aderentes adquirir bens e serviços existentes num catálogo gerado pelos membros.

De acordo com Laacher (2000), as experiências francesas foram inspiradas em duas vertentes. De um lado, elas são ligadas às correntes de autores que

defendiam uma utopia socialista e revolucionária como Marx, Fourier, Proudhon, Owel e Gesell. Esses autores viam o dinheiro como uma arma a favor do poder capitalista e que por isso devia ser "domesticado". Ou seja, para se alcançar às necessidades fundamentais da população é imperativo controlar o dinheiro e o mercado e não o inverso, em que os setores financeiros controlam a sociedade e a economia.

De outro lado, os SEL cresceram a partir das experiências de criação de moedas francas, surgidas na primeira metade do século passado (conforme foi citado anteriormente).

Laacher (2000) argumenta ainda que, diferentemente das utopias socialistas que pretendiam ser universais e integradoras, os integrantes dos SEL estão mais preocupados na inserção local. Buscando discutir com as esferas locais as estratégias do desenvolvimento do seu território, os SEL pretendem estabelecer trocas equitáveis de bens e serviços e criar um ambiente de solidariedade e conhecimento recíproco entre os membros⁷⁵. Os SEL não utilizam mecanismos financeiros clássicos (bancos, poupança, investimentos) como forma de combater a exclusão. Diferentemente de quem defendem, a inserção dos excluídos na economia capitalista, os SEL procuram estabelecer uma ruptura com o mercado existente, criando uma espécie de circuito próprio de comercialização, que funciona em forma de rede. Visa também restabelecer a confiança como valor essencial e permitir que as pessoas tenham acesso as trocas independentemente de seu status social. Com isso, os SEL pretendem obrigar o Estado a refletir sobre os limites do padrão econômico atual, na área da produção, avaliação e redistribuição das riquezas.

Como se viu, o uso (ou as tentativas de) de instrumentos monetários distintos do oficial é um fenômeno freqüente. Porém, ele torna-se ainda mais comum quando se adota como referência o conceito de moedas paralelas. É o que se verá a seguir.

Moedas Paralelas

Esse tópico procura sintetizar dois textos de Jérôme Blanc a respeito do uso de moedas paralelas⁷⁶. Nos textos, o autor descreve uma pesquisa sobre o uso de moedas paralelas em todo o mundo. Sua investigação, mesmo limitada ao período de 1988 a 1996, apontou uma gama muito grande de crises monetárias e de acontecimentos ligados ao tema. Na sua coleta, o autor detectou 465 exemplos de uso de instrumentos monetários paralelos, em 136 estados nacionais (Blanc, s/d). Para Blanc, o termo *moedas paralelas* pode ser definido como:

Unidades de cobrança diferentes das unidades de cobrança nacional, ou também como meios de pagamentos que diferem dos meios nacionais, mas que dispõe de um poder de liberação legal, que dispõe de uma garantia de convertibilidade com

⁷⁵ Para estimular o contato pessoal, nos SEL não são feitas trocas por telefones. Além disso, são organizadas festas, assembléias, passeios etc. como forma de aumentar a convivência do grupo.

⁷⁶ Ver bibliografia.

a moeda central e que são emitidas sob um certo controle da autoridade monetária nacional (Blanc, s/d).

O autor enfatiza que as moedas nacionais de países mais fortes economicamente são consideradas como as únicas que circulam de forma paralela às moedas oficiais (como é o caso do dólar, na maioria dos países periféricos). Todavia, esse entendimento está equivocado, pois em todos os países as moedas estrangeiras são apenas parte de uma vasta lista de instrumentos monetários paralelos e que fazem a economia funcionar. Segundo o autor, esses instrumentos paralelos podem ser divididos em quatro grupos (ver Quadro 1):

Derivados de uma coletividade territorial - São aqueles criados dentro de um território, por uma coletividade que pode ser o Estado, tais como os bônus de privatização ou moedas antigas ainda em uso. Esse tipo de moedas totalizou 58% dos instrumentos pesquisados. Aqui está incluído também a URV, uma moeda paralela criada pelo governo brasileiro, no início do Plano Real, em 1994. Ela agiu na forma de indexador, facilitando a transição para a nova moeda e para estancar a hiperinflação. As moedas estrangeiras são as mais importantes desse grupo, pois totalizam cerca de 33% dos instrumentos monetários censados (sendo o dólar a moeda mais empregada). Cabe frisar que as moedas estrangeiras são, muitas vezes, as mais assumidas como instrumentos monetários de valor reconhecido, especialmente em momentos de crise.

Derivados de organizações de tipo comercial ou administrativo - São os instrumentos emitidos por empresas, bancos ou outras organizações de caráter privado. Nesse grupo estão os programas de milhagens e de fidelização dos clientes, os bônus de compra com validade limitada, os tickets restaurantes etc. Essas moedas normalmente possuem aceitação restrita a certos estabelecimentos ou condições de uso e são reguladas pela legislação. Nesse grupo foram censados 7% dos instrumentos monetários pesquisados.

Derivados de coletividades de pessoas com vocação não comercial - São as moedas criadas pelas pessoas de um determinado coletivo sem uma intenção comercial, ou intervenção do Estado. Cerca de 10% dos instrumentos encontrados estão classificados neste grupo. Seguem uma lógica comunitária de trocas de bens e serviços e são, muitas vezes, empregadas em regiões onde as moedas nacionais não penetraram muito. Incluem-se aqui os sistemas de trocas baseados em unidades de cobrança acordados oralmente, como os clubes de trocas. Nesse grupo estão inseridos também os antigos sistemas de escambos (dáviva contra dáviva) ainda existentes em sociedades onde prevalecem as paramoedas.

De origem não especificamente monetários - São aqueles que não possuem originalmente uma vocação monetária, mas que acabam assumindo tal papel, tais como ativos e bens físicos. Pode-se citar aqui os pagamentos feitos em produtos agrícolas (ex. milho, soja, boi vivo etc.).

Quadro 1 - Tipologia dos instrumentos monetários

Instrumentos monetários (empregados em cobranças e nos pagamentos).	Instrumentos monetários paralelos	Instrumentos monetários derivados de uma coletividade territorial (58%)	Desses 29% são considerados <i>paramoedas</i>
		Instrumentos monetários derivados de uma organização administrativa (7%)	
		Instrumentos monetários derivados de coletividades de pessoas, com vocação não comercial (10%).	
		Instrumentos de origem não especificamente monetários (25%)	

Fonte: Blanc (s/d) - adaptado pelo autor.

Blanc ordena também as moedas paralelas de forma transversal à classificação anterior, denominando esse novo agrupamento de *paramoedas*. Assinala que as *paramoedas* não têm vocação de substituir as moedas nacionais, mas acabam questionando as teorias monetárias atuais, pois funcionam, em vários casos, como uma moeda "normal" com o poder de compra generalizado. Geralmente as *paramoedas* não são vistas como concorrentes pelas autoridades monetárias, pois não são entendidas como algo com valor monetário⁷⁷. Mas essa percepção, segundo o autor, não tem respaldo na realidade, pois as moedas paralelas estão presentes por todos os lados, mesmo em momentos em que não há crise financeira.

Além do mais, o autor afirma que para se compreender melhor esse paradoxo é necessário investigar as concepções teóricas sobre a utilidade da moeda na economia. Uma corrente entende que as moedas paralelas são o resultado de reforma da organização monetária da sociedade, já a outra aborda os fenômenos específicos referentes à substituição das moedas e à hiperinflação. Blanc destaca dentro da primeira corrente as idéias de Silvio Gesell, frisando que ele pregava o aumento da circulação monetária através da depreciação organizada do valor da moeda, sem afetar os preços nominais dos bens. O pesquisador comenta também que as tentativas de colocar em prática as idéias de Gesell acabaram levando ao surgimento de moedas paralelas, criadas pelas comunidades interessadas em testar suas propostas (Blanc, s/d).

Mas o argumento central de Blanc é que ao invés de se combater as moedas paralelas seria mais interessante incorporá-las numa nova conceituação da moeda. Essa tese baseia-se nos seguintes elementos: 1) a moeda paralela pode ser um importante instrumento de política monetária. Cita os exemplos do Zaire e de outros países, onde quase não existe uma rede bancária e se adotam práticas monetárias diferentes das ocidentais; 2) o uso das moedas paralelas levanta interrogações sobre os valores sociais e antropológicos das moedas nacionais e do sistema econômica predominante. As diversas experiências de trocas locais e a criação de sistemas de microfinanciamento

⁷⁷ Uma moeda nacional tradicionalmente assume as seguintes características: *Única*: responde apenas a uma autoridade monetária; *Exclusiva*: é a única que possui o poder generalizado de compra e; *Propriedade do Estado*: confere poder do Estado dentro de seu território (Blanc, s/d).

reforçam a percepção de que as análises tradicionais não englobam suficientemente as manifestações das comunidades; 3) como o fenômeno é permanente e generalizado merece ser incorporado. Não pode ser visto apenas de forma marginal pelas teorias monetárias e; 4) as interrogações em torno da *fungibilidade* da moeda.

Na sua parte final, o artigo de Blanc trata da integração social da moeda. Discute como se organizam os diferentes níveis hierárquicos, estabelecidos entre uma comunidade de pagamento (atores que se identificam com o sistema monetário nacional) e os grupos monetários (que são os conjuntos de atores com práticas homogêneas inseridas dentro da comunidade de pagamento). Deve-se salientar que em cada grupo, não se empregam todos os instrumentos da moeda nacional e se empregam alguns instrumentos paralelos.

Em resumo, além de dados interessantes a respeito da magnitude do fenômeno das moedas paralelas, o autor defende no texto que as teorias monetárias clássicas precisam ser revistas, pois quase sempre ignoram o fenômeno das moedas paralelas⁷⁸. Entretanto, o que não fica muito claro na abordagem é o grau de importância que autor deposita nas experiências das moedas sociais, que andam na "contramão" do capitalismo, como se verá no próximo tópico.

A moeda social da Rede Global de Troca

A experiência dos clubes de trocas que empregam a sua própria moeda vem ganhando destaque nos últimos anos, especialmente na Argentina. O uso do dinheiro próprio nos clubes de trocas vem fortalecendo a idéia da moeda social, na qual são incorporados elementos de natureza social e de criação de relações econômicas sob bases solidárias.

Nos clubes, a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação de taxas de juros. Um grupo brasileiro, que vem desenvolvendo uma experiência similar aos clubes argentinos, explica sua idéia de moeda social:

(...) não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho dos outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que começemos a trocar trabalho com trabalho. Aí então, ela vai servir de mediadora dessas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa, sim trocá-la continuamente por bens e serviços

⁷⁸ Para a organização não governamental holandesa Strohalm, no futuro as moedas nacionais perderão sua importância, ou seja:

na era de informação, a moeda nacional será apenas o meio de cálculo para que possamos designar o valor de bens e serviços. Está previsto que, fazendo uso da internet, se desenvolverá uma competição para definir quem colocará em circulação o meio de troca mais aceito [...] Atualmente, grande parte do comércio internacional é efetuado sem a utilização de dólares ou euros, e sim através de transações eletrônicas que definem relações de troca. (Strohalm, 2000).

que venham responder às nossas necessidades Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada como especulação (Mutirão Abopuru, 2000).

É difícil precisar as verdadeiras causas para o (re) surgimento da moeda social. Para compreender as razões para tal fenômeno são necessários estudos de maior envergadura, que fogem das possibilidades do presente trabalho. No entanto, é possível enfatizar alguns aspectos, que podem servir como "pistas" explicativas para o seu aparecimento: i) a hegemonia das políticas neoliberais, que defendem o ajuste estrutural do Estado, e acarretam novas ondas de desemprego, de recessão econômica e de redução das políticas de bem estar; ii) a crítica crescente à "sociedade de mercado", na qual o dinheiro enquanto reserva de valor é visto como um de seus maiores mitos; iii) os riscos advindos com a globalização dos circuitos financeiros, em que o dinheiro volátil torna-se sinônimo de especulação e de incerteza, em escala planetária; iv) o aumento da miséria em países periféricos e dos bolsões de pobreza nas nações centrais; v) a expansão dos movimentos de resistência ao poder do capitalismo financeiro, que se cristaliza em várias partes do mundo e; vi) as moedas sociais aparecem como exemplos de constituição de redes de sócio-economia solidária.

Além do mais, as moedas sociais anulam, ainda que em pequena escala, a concentração monetária estabelecida pelas autoridades e levam ao crescimento da demanda efetiva. Como frisa Singer, *a demanda efetiva é mantida baixa por políticas que impedem a monetarização de todas as necessidades(...)*, [uma vez que] *o Banco Central impede os bancos de emprestarem dinheiro à todos os que o solicitam para comprar bens de consumo ou de produção* (Singer, 1999).

Para se conhecer um pouco melhor a relação entre os clubes de troca e a moeda social tomar-se-á como subsídio as publicações dos próprios clubes argentinos e um texto escrito de Heloísa Primavera, brasileira que vive na Argentina e que é uma das principais animadoras da experiência⁷⁹.

Em seu trabalho, a autora aborda inicialmente a agonia do estado de "bem estar" na Argentina, vivido nos últimos 20 anos. Esse processo acabou gerando altas taxas de desemprego, motivado pelas políticas de ajuste estrutural e pelo fenômeno da globalização financeira. Trouxe também um quadro de incertezas e de vulnerabilidade ao país, que era considerado o mais rico da região.

O primeiro clube de trocas da Argentina surgiu em 1995, na cidade de Benal, localizada a 30 quilômetros de Buenos Aires. Foi fundado por um grupo de 20 vizinhos, com ideais ecologistas e vontade de construir um novo "estado de bem estar" (pelo menos em sua comunidade). Inicialmente, o grupo reunia-se uma vez por semana, para trocar bens e serviços como forma de melhorar a sua qualidade de vida e combater o desemprego.

⁷⁹ O texto: *La moneda social de la red global de trueque en Argentina: barajar y dar de nuevo en el juego social*, foi apresentado originalmente pela autora durante o Seminário Internacional "Globalisation of Financial Markets and its Effects on the Emerging Countries", organizado pelo Instituto Internacional Jacques Maritain, Cepal e Governo do Chile. O evento ocorreu na cidade de Santiago, de 29 a 31 de março de 1999.

Durante o primeiro ano, o Clube foi crescendo pouco a pouco, intercambiando frutas, verduras, comidas preparadas, roupas, tecidos e artesanatos. Além disso, o clube incorpora as idéias de A. Toffler, de se criar "prossumidores", o que significa incorporar na mesma pessoa, o ser consumidor e o ser produtor. Assim, para que os reais propósitos do Clube fossem atingidos todos os membros deveriam produzir e consumir ao mesmo tempo.

Para efetuar os controles foi inicialmente empregado um livro caixa, no qual se registravam todos os movimentos contábeis do Clube. Depois de certo tempo, o Clube passou a utilizar um computador, para auxiliar no gerenciamento das operações. Mas ele foi logo rejeitado, pois todos entenderam que isto centralizava demais as informações do grupo. Então, o Clube tentou seguir o exemplo dos SEL franceses, adotando o esquema dos bônus intransferíveis. No entanto, já durante a primeira feira os bônus *intransferíveis* passaram a ser considerados *transferíveis*, pois os seus portadores começaram a endossar e passá-los adiante. O mecanismo de livre circulação de bônus significou uma grande transformação qualitativa para o grupo, e o fez diferente da experiência francesa, que depois de muitos anos continuava adotando o esquema dos bônus intransferíveis. Na prática, o clube de Benal criou uma nova moeda, que foi chamada de "crédito", por espelhar os laços de confiança existentes entre os membros do grupo.

A proposta de trabalhar com o bônus transferível proporcionou um incremento imediato das trocas dentro do Clube, gerado pelas facilidades criadas pela moeda. A circulação livre de uma moeda permitiu que o grupo iniciasse uma experiência semelhante àquela defendida por Silvio Gesell. Embora o "crédito" não perdesse seu valor com o tempo, ficou claro para o grupo que o que importava era incentivar as trocas e assim gerar benefícios a todos. Acabava-se com a idéia da poupança, pois aqueles "papezinhos" tinham utilidade somente dentro do grupo.

A experiência de Benal ganhou grande visibilidade nos anos seguintes, estimulando o surgimento de centenas de outros grupos, em toda a Argentina. Segundo Primavera (1999), os meios de comunicação e diversos governos municipais (Buenos Aires, Quilmes, Córdoba, Mendoza, Miramar Almirante Brown, entre outros) apoiaram a idéia. Até setores do mercado formal, como alguns comerciantes viram vantagens com a proposta dos clubes de troca, uma vez que os seus integrantes acabavam economizando seu dinheiro "oficial" (pesos), e gastando-os posteriormente, para adquirir itens não disponíveis nas feiras. Em 1999, os clubes de trocas argentinos (nós) já movimentavam em torno de 400 mil dólares anuais. No final de 2000, o número de clubes de trocas argentinos ultrapassava 700 e envolvia mais de 400 mil pessoas. Em dezembro de 2000, o governo federal argentino, reconhecendo a sua importância social, declarou os clubes de trocas como organismos de utilidade pública⁸⁰.

⁸⁰ Informações prestadas ao autor pelos líderes do movimento argentino, durante a realização de uma oficina de trabalho do Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre de 25 a 30 de Janeiro de 2001.

Primavera indica algumas características que possibilitaram aos clubes de trocas alcançarem grande expressão na Argentina: 1) a criação da moeda (social) incrementou as trocas e motivou a participação de novos membros; 2) a convivência experimentada pelos integrantes dos grupos, através de feiras semanais, consolidou a coesão e o sentimento de pertencimento entre os seus membros; 3) a organização da articulação entre os diversos clubes (Rede Global de Trocas) multiplicou as possibilidades das transações e; 4) a preservação da autonomia garantiu o funcionamento dinâmico e sem o estabelecimento de hierarquias entre os nós (clubes).

Por outro lado, o processo de criação e de regulação dos clubes gerou também ensinamentos, que podem ser sintetizados em alguns princípios. Esses princípios têm orientado a gestão dos clubes e da Rede Global de Trocas:

1. Os clubes não devem ser muito grandes (60 a 80 pessoas é o ideal), para fortalecer os laços de solidariedade e convivência entre os grupos;
2. É preciso estabelecer controles desde baixo, facilitando a gestão e a autonomia de cada nó;
3. Deve-se crescer em partes, enfatizando temas e aspectos particulares que podem ser relevantes para certos grupos;
4. Os erros ocorrem sempre, mas eles devem ser aceitos, pois não há receitas em projetos de constituição de redes de clube de trocas;
5. Cultivar retornos crescentes significa estimular as trocas dentro do clube de forma a multiplicar o estado de ânimo e de participação dos membros;
6. Perseguir metas múltiplas, criando maior riqueza de atividades dentro do grupo, pois sua existência extrapola a simples troca de bens e serviços. O que se deseja é, sempre, ampliar a qualidade de vida dos integrantes do clube;
7. Maximizar o "marginal" indica que é preciso valorizar as novas idéias. Muitas vezes as boas idéias aparecem como "desvios", que parecem não ter importância para o crescimento dos clubes. Essas idéias podem significar saltos de qualidade para o funcionamento de uma rede (como foi o caso da transformação dos bônus de intransferíveis em transferíveis);
8. Buscar um desequilíbrio de forma persistente mostra que é necessário romper com as idéias que defendem um (falso) controle dos clubes. Dentro da rede deve-se cultivar um clima em que a incerteza faça parte do processo. Isso é vital no gerenciamento de mudanças evolutivas, permitindo a criação de um futuro distinto;

9. Aceitar que "as mudanças também mudam" reforça a idéia da transformação permanente e da necessidade de se refletir sobre o papel dos prossumidores nas novas organizações⁸¹.

A autora insiste ainda na necessidade de se visualizar os clubes com a complexidade e a heterogeneidade existente em qualquer organização social. Mesmo assim, Primavera demonstra grande otimismo quanto às possibilidades de criação de clubes de trocas em outros países, bem como com as conexões com outros processos similares. A autora cita, a propósito, os comentários positivos sobre as ações dos clubes, efetuados por Muhamad Yunus (criador do Grameen Bank) e por Paul Singer (economista brasileiro que estuda atualmente as experiências de economia solidária).

Note-se ainda que em outro artigo, Singer faz alguns comentários sobre os clubes de trocas. Assinala que os clubes podem ser considerados empreendimentos de economia solidária somente quando se preocupam em estabelecer novas relações sociais, favorecendo o crescimento solidário de seus membros. A economia solidária pretende transformar as relações econômicas baseado em princípios e postulados da cooperação, solidariedade e de inclusão, *estabelecendo novas relações sociais de produção*. Lembra ainda que é preciso criar mecanismos que restrinjam a competição interna - evitando o surgimento de vencedores e perdedores - e desenvolver novas ações, com potencial transformador significativo para a sociedade como um todo (Singer, 1999).

Em seu artigo, Primavera comenta as conclusões de um Seminário realizado na Finlândia, em que foi observado que as experiências de trocas solidárias, que utilizam *moedas complementares em papel*, têm crescido mais rapidamente que as demais, embora o uso das moedas não garanta o sucesso dos grupos. É necessário reforçar as atividades de capacitação e de promoção do *desenvolvimento local*. No referido Encontro foi proposto também que se estenda a idéia dos clubes para escolas, hospitais e novos espaços, bem como se estabeleça maior integração com os grupos que desenvolvem ações ligadas ao "comércio justo"⁸².

⁸¹ Cabe aqui citar dois exemplos de inovações que estão sendo testados pelos "nós". Um clube está colocando em prática um *programa de microcrédito em moeda social*. Nesse programa dois grupos de cinco prossumidores receberam um empréstimo solidário (em moedas do clube), com o objetivo de incentivar novos empreendimentos. Com o pagamento dos créditos pretende-se criar um Fundo Rotativo, para apoiar novos beneficiários. Outro exemplo refere-se à criação de normas para se evitar a "poupança" nos clubes, como defendia Silvio Gesell. Foram estabelecidas penalidades para quem acumular moedas, dentro de certo período. Até aquele momento, nenhum membro tinha sido penalizado (Trueque, 1999).

⁸² As redes de Mercado Justo defendem um novo modelo comercial intencional, no qual o valor do trabalho necessário para manter os produtores seja reconhecido e incorporado nos preços das mercadorias. Seguindo o exemplo do que ocorre atualmente com os produtos orgânicos, em vários países europeus, dos Estados Unidos e do Japão há um número expressivo de consumidores dispostos a pagar um pouco mais por esses produtos, como forma de apoiar o movimento. Para isso são efetuados contratos entre grupos de pequenos produtores de países produtores (América Latina e África principalmente) e as organizações das nações compradores (normalmente ONGs interessadas na difusão desse tipo de "mercado"). Atualmente os produtos mais comercializados nesse esquema são o café, frutas, sucos e artesanato em geral. Segundo um técnico de uma ONG alemã que atua no setor, o Mercado

De forma resumida, pode-se indicar os elementos chaves a respeito da experiência dos clubes de trocas da Argentina:

1. A experiência congregou alguns dos chamados "novos pobres", gerados pela crise econômica vivida pela Argentina nas últimas décadas. Muitas dessas pessoas possuíam um certo grau de escolaridade e uma visão "ecologista";
2. Apoio do setor governamental foi importante para a expansão e consolidação dos clubes em várias cidades do país;
3. Os clubes representam um esforço de militância de um número considerável de argentinos (400 mil pessoas, em mais de 700 "nós");
4. Apesar do surgimento de "desvios" em algumas ocasiões, tais como falsificações, tentativa de controle centralizada do dinheiro, emissão em excesso de dinheiro, a criação da moeda (bônus transferível) foi uma inovação notável e que consolidou a experiência. Para Heloísa Primavera a moeda facilitou a participação dos interessados e acelerou a expansão da Rede Global de Troca;
5. É necessário investir fortemente nos processos de capacitação dentro dos clubes, adotando abordagens holísticas, em que se trabalha a formação dos membros como protagonistas e a integração das diferenças. Os eventos de capacitação estimulam a noção de solidariedade, a capacidade empreendedora e a ação democrática e;
6. A flexibilidade estabelecida dentro da Rede Global permitiu o ajuste de visões diferenciadas, não burocratizando e engessando a experiência. O ritual de criação de novas regras parece ter atingido o equilíbrio entre a necessidade de fortalecer certos procedimentos gerais, para dar um certo grau de coesão à rede, com a noção de autonomia e liberdade, dando espaço à criatividade em cada nó.

Primavera acredita que os clubes de troca propõem uma transformação radical do padrão e de consumo atual, pois é preciso *reinventar a vida reinventando o mercado, através da confiança e da reciprocidade* (Primavera, 1999).

Considerações Finais

O fenômeno das moedas alternativas e dos circuitos de trocas sem o uso do dinheiro esteve presente principalmente na época da recessão econômica, que assolou a Europa e os EUA durante as décadas de 1920 e 1930. Fomentou-se, nesse período, a experimentação de novas teorias monetárias, como a experiência do Wära e do bônus da pequena vila de Worgl. Infelizmente a maioria dessas iniciativas foi abortada pelas autoridades monetárias,

Justo ocupa atualmente 1% do mercado europeu de alimentos. Mas poderia alcançar até 7% em pouco tempo, desde que seja incrementado o trabalho de divulgação e de distribuição dos produtos.

temerosas com a possibilidade de expansão da proposta de uma "economia livre".

Mais tarde, notadamente depois dos anos 1980, pode-se constatar o (re) aparecimento de uma grande variedade de novas moedas, que funcionam de forma paralela às moedas nacionais. A maioria dessas moedas, conforme se viu, atuam de forma complementar à moeda oficial, sendo emitida até mesmo pelo próprio Estado (mas que não as reconhece com tal). Várias moedas paralelas são resultado de estratégias oriundas da própria dinâmica capitalista, formuladas para facilitar a realização de transações de bens, de serviços e de outras atividades comerciais.

Mas, esse processo de monetização paralela não é resultado apenas de inovações tecnológicas e operacionais endógenas ao capitalismo. Foi possível observar também que as novas moedas podem assumir um caráter mais radical, funcionando como um instrumento educativo para quem assume uma postura contrária ao sistema sócio-econômico e financeiro vigente. Nesses casos, moedas alternativas são emitidas por grupos e coletividades, interessadas em reinventar uma nova forma de transação (e de convivência) entre as pessoas. Para seus idealizadores, esses novos instrumentos monetários representam um sinal de resistência ao predomínio das moedas oficiais, por entender que estas levam ao surgimento de *desertos monetários onde muito potencial produtivo permanece inútil apenas devido à escassez do meio de ativá-lo: dinheiro* (Strohalm, 2000). Ou seja, a baixa circulação da moeda colabora para a ampliação da concentração financeira das pequenas localidades e de setores empobrecidos, dificultando os planos de desenvolvimento.

Diversas tentativas de (re) criação de dinheiro "livre" estão adotando a terminologia de moeda social. Fica claro que essa adjetivação da moeda deriva da intenção de se casar uma nova forma de circulação monetária, com a implantação de iniciativas de caráter social. Isto é, busca-se, através da moeda social, fortalecer a organização comunitária, incentivar à criação de circuitos econômicos e culturais incluídos, combater a concentração financeira e inverter a lógica da desertificação monetária.

Ressalte-se que as moedas sociais aparecem também em movimentos organizados por cidadãos de países de economia capitalista avançada. Nos países periféricos, ao lado da criação da moeda é necessário articular outras estratégias de inserção sócio-econômica. Somente com essa articulação, a moeda social poderá atingir grandes camadas carentes da população.

Conclui-se que a expansão dos clubes de trocas, e de outras experiências de empregos da moeda social, pode estimular a sociedade a discutir a relação entre valor e preço, permitindo a formulação de preços mais justos a partir de uma nova visão do valor (inclusive do valor social do trabalho). Vale ressaltar também que os clubes servem para quebrar o "fetiche" do dinheiro, oferecendo às pessoas uma noção mais acurada do papel da moeda na sociedade capitalista.

Com efeito, isso leva a pensar também na necessidade de novas investigações relacionadas às implicações sócio-culturais e a visão subjetiva que o dinheiro (cada vez mais circulando de forma eletrônica) vem adquirindo nas sociedades capitalistas avançadas.

A idéia dos clubes de trocas e da moeda social pode ser incorporada nas metodologias de animação de programas de desenvolvimento local, pois reforça os laços de confiança e estimula a circulação de bens e serviços entre as comunidades. Os "novos pobres" argentinos vêm demonstrando ser possível organizar formas inéditas de auto-ajuda, que associam o caráter empreendedor - pois resgatam a possibilidade das pessoas oferecerem seus produtos e serviços - com a criação de um novo mercado, que não se confunde com o mercado capitalista.

Referências Bibliográficas

- Blanc, Jérôme. Les monnaies parallèles, une composante normale des usages monétaires.
<http://www.globonet.org/transversales/generique/58/composante.html>. 2000.
- Blanc, Jérôme. Monedas paralelas. Evaluación y teorías del fenómeno. Trabalho publicado pela revista argentina *Lote*. s/d. (tradução de ensaio elaborado em Janeiro de 1998).
- Braudel, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. São Paulo, Marins Fontes, 1995. vol. 1.
- Cedac (Centro de Ação Comunitária). O dinheiro. A formação do capital. São Paulo, Edições Loyola-Cedac. 1981.
- Dodd, Nigel. A sociologia do dinheiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- El Trueque"- La revolución pacífica de las economías solidarias. Pasquim Independente @j@ Pérez Basso & Cia.comunicações. Ano 1, n.1.nov.2000.p.1.
- Galbraith, John Kenneth. Moeda: de onde veio, para onde foi. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2. ed.1983.
- Laacher, Smaïn. Les systèmes d'échanges locaux: quelques éléments d'histoire et de sociologie.
<http://www.globonet.org/transversales/generique/58/syst.html>.2000.
- Lietaer, Bernard. Brève histoire des systèmes d'échange local. <http://www.selidaire.org./liste/dpt13/selmart/histosel.htm>.2000.
- Marx, Karl."Terceiro Manuscrito". In: Manuscritos econômicos-filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1989.pp.229-235.
- Mizruchi, Mark S. e Stearns, Linda Brewster. "Money, banking and financial markets" In: Smelser, Neil J. e Swedberg, Richard (eds). The handbook of economic sociology. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1994. pp.313-341.
- Primavera, Heloísa. La moneda social de la red global de trueque en argentina: barajar y dar de nuevo en el juego social. Santiago, In: Seminário Internacional "Globalisation of Financial Markets and its Effects on the Emerging Countries" - Instituto Internacional Jacques Maritain, Cepal e Governo do Chile.1999. (mimeo.).

- Singer, Paul. Clubes de Trueques y Economía Solidaria Trueque. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999.
- Strohalm.In: Seminário Internacional - Trabalho e Economia Solidária: políticas públicas para o desenvolvimento.Porto Alegre, Governo do Estado –RS, 2000.
- Tavernier, Michel. Moneda Oxidable: O cuando se es profeta en su tierra... Trueque. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999
- Trueque. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999

UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA⁸³

Antônio Cruz⁸⁴

Duas experiências em políticas públicas de apoio à economia solidária

O presente trabalho procura focar criticamente, de forma essencialmente contributiva, duas experiências de políticas públicas de apoio à economia solidária: a do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em vigor desde 1999, e do Município de São Paulo, cujo projeto encontra-se ainda em sua fase inicial.

Cabe ressaltar, que ambas são experiências dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores e que outras experiências nessa área vêm se realizando no Brasil. A escolha desses dois governos se justifica pelo impacto sócio-político dos dois conjuntos e por nossa especial familiaridade com ambos. Um conjunto de outras iniciativas institucionais – como a ação de ONG's, sindicatos e universidades – mereceriam igualmente uma análise detida, mas vamos nos abster disso, desta vez, postergando sua análise, se bem que nossas principais vivências são originadas do Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – a Rede Unitrabalho, onde se desenvolve o Programa “Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares”. Por fim, este artigo constitui ainda um esboço de pesquisa e se destina a colher a crítica preliminar de professores e colegas em torno da questão.

1. O Rio Grande do Sul

O Programa de Economia Popular e Solidária, dirigido pela Coordenação de Economia Popular e Solidária (Ecopopsol) da Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) do Estado do Rio Grande do Sul vem operando de fato desde meados do primeiro semestre de 1999. Seus resultados são expressivos: mais de 120 cooperativas foram criadas e desenvolvidas nesse período, orientadas por princípios autogestionários e estruturadas nos mais diversos ramos da produção e dos serviços. Em número de unidades e em número de trabalhadores, o grosso dessa construção encontra-se na região metropolitana de Porto Alegre, que agrega o “Vale dos Sinos”, tradicional região de indústria de calçados. Porém, tais progressos não se restringem a essa região: distribui-se de forma bastante descentralizada e diversificada por todo o Estado, incorporando cooperativas de pequenos produtores e agricultores, de assentados do MST, cooperativas urbanas de

⁸³ Este artigo foi produzido originalmente como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP, em 2001/II, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer.

⁸⁴ Professor Adjunto e Pesquisador (licenciado) da Universidade Católica de Pelotas, membro do Núcleo Unitrabalho e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Doutorando em Economia Aplicada do Instituto de Economia – Unicamp, membro da Comissão Executiva da ITCP Unicamp.

serviços e de produção, redes de pequenos proprietários de comércio e serviços, e cooperativas oriundas de antigas indústrias que faliram e cujo espólio foi assumido pelos antigos funcionários.

Os sub-programas da Ecopopsol foram estruturados a partir de um conjunto de seminários de diagnóstico da economia gaúcha, realizados pela SEDAI no primeiro semestre de 1999. Os seminários definiram prioridades e formas de integração entre os vários programas, que foram sendo modificados à medida que seus primeiros resultados eram avaliados e de acordo com a destinação orçamentária da Secretaria.

O primeiro grande passo para sua estruturação, foi um convênio firmado entre a Ecopopsol/SEDAI e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). O convênio SEDAI-ANTEAG foi criticado por muitos setores aliados do governo, que trabalhavam na área da economia solidária – ONG's, CUT, Cáritas – em virtude da exclusividade da contratação, realizada sem consulta e sem aproveitar o acúmulo militante de um número expressivo de entidades ligadas à economia solidária.

Os resultados do convênio, ainda assim, foram bastante positivos. A partir do convênio, a Anteag estruturou um amplo plano de ação, que combinava estruturas próprias e governamentais, e parceiros sociais. Foram contratados, já de início, 22 monitores regionais, distribuídos nos 22 “COREDE’s” (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) que têm funcionamento importante e constituem praticamente subdivisões administrativas do governo do Estado. A missão dos monitores era atender a demanda social organizada que procurava os órgãos públicos estaduais das diversas secretarias – coordenadorias regionais da Agricultura, do Trabalho, do Desenvolvimento etc. – e que buscavam fundamentalmente apoio a iniciativas cujo objetivo era superar o desemprego de forma autônoma e coletiva, sem depender do mercado formal de trabalho.

A ação dos monitores da Anteag – que embora originados da SEDAI acabaram locados fisicamente nas agências do Sine-STCAS ⁸⁵ – deram resultados rapidamente. As demandas diferenciadas que acorriam aos coordenadores das agências do Sine eram repassadas aos monitores da Anteag, que entravam diretamente em contato com os grupos, procurando organizá-los, discutindo a idéia das cooperativas autogestionárias, suas possibilidades e limites, e avaliando as potencialidades de cada grupo. Ao contrário de outras regiões do Brasil, os termos “cooperativa” e “cooperativismo”, no Rio Grande do Sul, além de razoavelmente conhecidos, contam com uma significação positiva, simpática, ligada a sucesso que resulta de união.

⁸⁵ Sistema Nacional de Empregos – programa guarda-chuva do Ministério do Trabalho, que procura estruturar e articular vários programas de combate ao desemprego e que é administrado nos Estados pelas secretarias estaduais; no caso do Rio Grande do Sul, pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS).

Entretanto, à medida que cresciam as demandas, tornava-se cada vez mais difícil aos monitores responderem concretamente a elas. Avolumavam-se as solicitações de auxílio, de assessoria, de formação, de consultoria etc.

A resposta da Anteag e da Ecopopsol compreendeu algumas iniciativas:

1. em junho de 2000, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas (Intecoop-UCPel) foi contratada em caráter de projeto-piloto que buscava experimentar uma parceria universidade-Governo-comunidades. No caso específico de Pelotas e região, em que a demanda era maior que a capacidade de atendimento, as iniciativas a serem incubadas seriam selecionadas por um Comitê de Projeto formado por representantes da Intecoop, da Anteag e da Sedai. A idéia era – a partir desta “pilotagem” – estender este tipo de convênio a outras universidades regionais, que, estruturando suas incubadoras, atendessem tecnicamente as demandas estruturadas pela ação da Anteag-Ecopopsol.
2. Por esta época, também, a Anteag iniciou uma série de cursos para multiplicadores de iniciativas de economia solidária, realizados em Porto Alegre, contando com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
3. Em meados de 2000, a Anteag ampliou sua estrutura, duplicando o número de técnicos atuando nas regionais.
4. No ano seguinte, ainda, a Anteag ampliou sua estrutura central em Porto Alegre, contratando uma equipe grande e qualificada de técnicos que pretendia multiplicar os formadores/capacitadores através de um audacioso programa de formação. Esta ação, na verdade, visava amplificar ainda mais a ação da equipe que operava em Porto Alegre desde o ano anterior.

As ações e demandas, mais uma vez, se multiplicaram. No início de 2001 o Programa de Economia Solidária foi definido como uma das prioridades da SEDAI, passando a ser coordenada pelo Secretário Adjunto da Secretaria, e começou a ser citada recorrentemente nos discursos do Governador do Estado. Na edição do Orçamento Participativo de 2001, que definiu o orçamento para 2002, e da qual participaram cerca de 300 mil pessoas em todo Estado, a Economia Solidária foi considerada a segunda prioridade de investimento, vencendo a agricultura (1ª no ano anterior) e perdendo apenas para a educação. A formação da Central de Cooperativas Populares, ainda em 2000, paralela à OCERGS⁸⁶, com 134 iniciativas presentes, nos dá também um sinal das mudanças.

No final de 2001, porém, e por fim, ante a pressão das entidades “excluídas” da política da SEDAI e da desestabilização governamental produzida pela “CPI do Jogo Bicho” na Assembléia Legislativa do RS, o convênio SEDAI-ANTEAG foi cancelado, com o conseqüente desmonte da estrutura construída pela Anteag,

⁸⁶ Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, filiada ao sistema oficial OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

o que significou a demissão de dezenas de técnicos e monitores⁸⁷. Decidiu-se por recompor o programa, com a participação de um grupo plural de entidades, o que, entretanto, levou a uma paralisação completa do programa, já que as dificuldades de articulação de conceitos, métodos e formas de ação diferentes precisam ser ainda resolvidas.

Além disso, a idéia de estender o convênio da Anteag com a UCPel para outras universidades regionais não vingou. Houve uma reunião em Pelotas em setembro de 2000 com esse objetivo, mas a idéia não foi levada adiante. A experiência com a Intcoop-UCPel continuou isolada e seus resultados ainda estão por ser avaliados.

Da mesma forma, não há dados ainda mais concretos sobre o conjunto da experiência. A rigor, seria necessário um investimento da SEDAI num projeto de avaliação de política pública que permitisse quantificar e analisar qualitativa e criticamente os resultados obtidos pelo programa até aqui. Sobretudo no que isto significou em matéria de geração de emprego e renda, de desenvolvimento para a economia gaúcha e de avanços na consciência política dos trabalhadores (este era um objetivo igualmente manifesto e prioritário do programa).

2. O Município de São Paulo

O Programa Oportunidade Solidária, da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), foi iniciado já em 2001, primeiro ano da segunda administração petista na cidade.

Ele se insere num conjunto integrado de políticas de redistribuição de renda e de qualificação profissional destinados a diferentes faixas etárias – que caracterizam diferentes formas de desocupação. Enquanto os programas de “renda mínima” e “bolsa trabalho” se destinam a elevar o grau de escolaridade da população mais pobre e mais jovem e ao mesmo tempo evitar o ingresso prematuro desses contingentes no mercado de trabalho, os programas de “capacitação ocupacional”, “começar de novo” e “ação coletiva de trabalho” buscam qualificar os trabalhadores desempregados e em situação de trabalho precário, procurando ampliar suas possibilidades de ingresso / reingresso no mercado de trabalho.

“Oportunidade solidária” e “São Paulo Confia” (“banco do povo”) são programas que visam sustentar iniciativas de empreendimentos originados pela ação dos demais programas, sejam eles na forma de micro ou pequenas empresas/iniciativas ou ainda de cooperativas populares.

Ao contrário da SEDAI-RS, a SDTS-MSP optou por compor um programa estruturado a partir de um comitê plural que envolve entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, ong's, todos os níveis de governo e instituições universitárias e de pesquisa, compondo um leque bastante heterogêneo em termos de princípios, metodologias e formas de ação.

⁸⁷ Uma boa parte destes agentes foi recontratada pelo novo projeto da Sedai, coordenado pela ITCP UFRJ.

O essencial do programa consiste na massificação de cursos de capacitação para gestão cooperativa e de qualificação profissional, que são ofertados aos usuários dos demais programas e executados por entidades com experiência neste tipo de ação – Anteag, Sescop⁸⁸, Incubadora da USP, Cáritas Arquidiocesana, ADS-CUT⁸⁹ e várias outras. Uma vez consolidado o interesse de treinandos em formar iniciativas de economia solidária, os grupos são encaminhados ao Programa São Paulo Confia, cuja análise de viabilidade econômica e assistência técnica poderá garantir o crédito necessário ao início do empreendimento.

O programa foi iniciado em meados do segundo semestre de 2001 e conta com poucos meses de ação. A participação nos cursos tem sido massiva e já há um grande número de iniciativas de cooperativas em andamento. Entretanto, uma avaliação concreta do programa ainda não é possível.

Nossas observações, portanto, nesse caso, deverão se restringir à proposta de projeto em execução.

Estado e economia solidária

Avaliar políticas públicas constitui sempre um risco. No nosso caso, os problemas são evidentemente maiores, porém menos “responsáveis”: nosso texto não é uma “avaliação institucional”, mas apenas um esboço de análise, um “colocar as idéias no lugar”. Trata-se, apenas, de um *esboço de ensaio crítico*.

Começaremos pela análise da relação entre Estado e economia solidária.

Estamos considerando aqui como “economia solidária”⁹⁰ toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc.

Assim ficam de fora, de antemão, determinados tipos de cooperativas que poderiam ser confundidas com “iniciativas de economia solidária”, mas que não se reivindicam como tal e nem são assim consideradas, nem pelos estudiosos,

⁸⁸ O Serviço Social das Cooperativas (Sescop) é o correspondente do “Sistema S” (Senai, Senac, Senar, Sebrae) das cooperativas. É vinculado formal e factualmente à OCB.

⁸⁹ Agência de Desenvolvimento Solidário – ong fundada, mantida e dirigida pela Central Única dos Trabalhadores.

⁹⁰ O debate sobre o caráter social, político e econômico da economia solidária está apenas iniciando. Optamos aqui por uma concepção unilateral do fenômeno, sem enfrentar de fato a discussão, já que não é o nosso objetivo principal.

nem pelos atores sociais: (a) as cooperativas tradicionais, com ampla utilização do trabalho assalariado e (b) as cooperativas de fachada, formações empresariais oriundas, de modo geral, do esforço de terceirização de empresas “tradicionais”⁹¹ ou gestores públicos, cujo objetivo é driblar a legislação – cada vez mais escassa – que protege os direitos dos trabalhadores em relação ao capital.

Porém, a economia solidária não é apenas um fenômeno econômico resultante das condições e tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro. Ela também é resultado do acúmulo do movimento popular dos anos 70 e 80. Basta recolher as histórias de vida de suas lideranças e agentes principais: antigos líderes comunitários ou sindicais, gente ligada a partidos de esquerda, ou à Igreja progressista; iniciativas articuladas pelo MST – tanto no campo quanto na periferia das grandes cidades etc. Enfim, a economia solidária é ao mesmo tempo um fenômeno econômico e um movimento social.

Cria-se aí uma imbricação complexa entre aqueles que participam das iniciativas e outros agentes, às vezes tão importantes quanto estes, que são as pessoas que dão suporte efetivo à sua sustentação e crescimento. Redes de solidariedade pessoal e política que remontam tempos anteriores ou que foram recém constituídas; interesses extra-econômicos relativos à inserção política dos trabalhadores das iniciativas econômicas; avaliações de eficácia instrumental – por governos/contratantes e lideranças – de agências de apoio e formação etc. etc. Enfim, políticas de apoio à economia solidária não são políticas públicas em seu sentido estrito, envolvendo o atendimento a indivíduos e ponto. De alguma forma, equivalem, por exemplo, à política do Ministério do Trabalho em relação aos sindicatos, ou como políticas de exportação voltadas para certos segmentos industriais cujo resultado é a geração de empregos e elevação da renda. Isto é: um misto de política econômica e de política social.

Neste sentido, a presença do Estado pode ser um fator potencializador destas formas de ação. Assim como nos Orçamentos Participativos, trata-se aqui de uma simbiose entre movimento social e governo democratizante. A estrutura do Estado potencializa a ação dos movimentos e vice-versa. Não há contradição.

Mas não há contradição desde que uma esfera não se subordine à outra. A dependência das iniciativas de economia solidária em relação ao Estado pode institucionalizar as empresas, tornando-as ao mesmo tempo um peso para o Estado e uma bomba relógio para as iniciativas. A idéia de substituir firmas “terceirizadas” em serviços prestados a governos (prefeituras, secretarias, hospitais públicos – por exemplo), por cooperativas, sem uma concorrência regulada de forma igual, tende a criar um ambiente artificial e uma dependência prejudicial às iniciativas solidárias. Por outro lado, garantir condições especiais para a estruturação das iniciativas corresponde a uma política compensatória positiva, já que a condição de acesso ao mercado por essas empresas é

⁹¹ Utilizaremos a denominação de “empresas tradicionais” em distinção às da economia solidária, ou seja, aquelas em que prevalecem as formas de relação assalariadas, individuais ou patriarcais de trabalho.

notoriamente inferior àquelas que já nascem de um capital previamente acumulado.

Além disso, o tratamento dado às agências de apoio e fomento pode facilmente criar um ambiente de disputa política prejudicial às empresas solidárias.

Para todas as observações, as duas experiências em foco propiciaram exemplos diferentes.

No RS, não houve qualquer incorporação de trabalho das cooperativas a órgãos e serviços públicos. Em São Paulo, um debate iniciado no “Fórum de Economia Solidária”⁹² sobre a contratação de cooperativas de catadores para a coleta seletiva do lixo, abriu a possibilidade de que o poder público acabasse abrangendo “paternalmente” as iniciativas,⁹³ o que acabou sendo descartado – pelo menos a princípio.

Em relação à contratação das agências de apoio, as experiências gaúcha e paulistana diferiram. No primeiro caso, a contratação de um único executor para o programa gerou desgaste político do governo com os aliados que lidam com a área, além de dificultar a construção de uma estrutura de ação suficiente para dar conta de uma demanda em crescimento, embora tenha resultado num programa mais homogêneo. Em São Paulo, a heterogeneidade das agências pode produzir disparidades importantes na execução do programa, embora sua massificação seja facilitada por um arco mais poderoso de estruturas de ação, e ao mesmo tempo procura apontar para uma unificação dos princípios e formas de ação das várias agências.

Duas visões sobre um mesmo problema

Os objetivos dos programas coincidem no geral e diferem no particular.

No RS, a SEDAI espera que a economia solidária, além de combater o desemprego, torne-se uma alternativa real de desenvolvimento econômico. Em São Paulo, a SDTS espera que a economia solidária, ao dar um tratamento mais adequado ao problema do desemprego, contribua para o desenvolvimento.

O “Programa de Economia Popular e Solidária” (RS) pretende criar uma nova cultura – autogestionária – entre os trabalhadores; o “Programa Oportunidade Solidária” (Pref. SP) busca “a difusão da capacitação empreendedora e de apoio técnico na constituição de planos de negócios”⁹⁴.

Destas nuances em relação aos objetivos, transparecem as diferentes análises que os dirigentes dessas secretarias têm a respeito das potencialidades da

⁹² O Fórum reúne um leque amplo, plural e heterogêneo de iniciativas de economia solidária e de agências de apoio e fomento e tornou-se o centro político do programa da Prefeitura.

⁹³ O mesmo ocorre, com mais nitidez ainda, na ação da Prefeitura Municipal de Campinas, que não está em foco neste trabalho.

⁹⁴ Conforme caderno “Oportunidade Solidária”, material de divulgação publicitária do programa da SDTS-PMSP.

economia solidária e da ação política da esquerda nesse âmbito, na conjuntura atual. Aliás, mais claramente, denotam perspectivas diferentes em relação ao papel do Estado e de suas políticas econômicas na conjuntura específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Não nos deteremos aqui sobre esta questão. Até porque este tema, é claro, não está tratado nos documentos oficiais das secretarias, e precisaríamos recorrer à análise de discurso para sustentar nossa afirmação. Nos contentaremos apenas, então, em apontar a existência das diferenças, *em hipótese*.

Mas, enfim, a importância dessa afirmação tem a ver com o formato dos programas em execução. Explicaremos.

O fato do programa de economia solidária, no Rio Grande do Sul, estar locado na Secretaria de Desenvolvimento, e não na Secretaria do Trabalho, não é mero acaso. A ação da Secretaria do Trabalho, no RS, ficou restrita às políticas compensatórias, fundamentalmente à administração dos programas estaduais correspondentes do Ministério do Trabalho. À SEDAI, ao contrário, coube um papel central de enfrentamento do modelo de desenvolvimento econômico do Estado, desde sempre anunciado pelo projeto do PT gaúcho. Nele, as políticas voltadas ao apoio à pequena e média empresa e propriedade rural tiveram sempre prioridade, acabando por serem substituídas em função do caráter político-pedagógico privilegiado da economia solidária, na visão dos dirigentes partidários e governamentais. Em outras palavras, o governo do RS parece priorizar a qualidade do resultado de seu programa ao invés da quantidade.

O programa de economia solidária, na Prefeitura de São Paulo, ao contrário, busca fundir uma política de combate ao desemprego com uma política de desenvolvimento econômico ancorada na ação alavancadora do Estado. A economia solidária é um componente, apenas, dessa ação, cujo sentido fundamental é re-inserir no mercado um contingente populacional dele excluído, ampliando a base de consumo da economia formal, alavancando o crescimento econômico e fazendo girar com mais força – e menos desigualdade – a roda da economia.

Trocando em miúdos: enquanto um governo quer reformar a política do Estado em favor de uma transformação qualitativa das relações econômicas, o outro governo quer reformar a política do Estado em favor da potencialização de sua eficácia na administração de políticas distributivas. Para uns, a economia solidária é uma estratégia de transformação; para outros, uma política emergencial em meio a uma situação econômica conjunturalmente desfavorável.

O resultado, por conseguinte, é que enquanto um programa aposta na organização político-econômica das iniciativas, o outro aposta na capacitação técnica-operativa dos trabalhadores.

Duas estratégias incompletas

A construção desses objetivos diferentes redundando essencialmente, como dissemos mais acima, da interpretação que os dirigentes fazem a respeito da sociedade e da economia brasileira atual – tema que, como já dissemos, vamos nos abster de tratar aqui.

Mesmo assim, continuamos afirmando que, no geral, os objetivos dos programas coincidem, qual seja: oferecer formas de eficácia econômica às iniciativas de economia solidária. E nos parece que este é o calcanhar de Aquiles de ambos.

Ocorre que o público alvo dos programas é composto pelo extrato populacional mais frágil sob todos os pontos de vista: são os deserdados do capital, do conhecimento e do poder. São pessoas que precisam resolver o problema da sua alimentação no dia seguinte, sempre. Que têm muito pouca familiaridade com lápis e papel, que dirá com textos e livros. E cuja capacidade de aprendizagem está diretamente ligada à experiência prática imediata dos conhecimentos adquiridos. Mas ainda não é só: sua cultura é a cultura da subordinação, do clientelismo, do assalariamento, da desproteção, do individualismo. Não é a cultura da coletividade, da solidariedade. Por fim: as condições de alienação em que se produz e reproduz seu cotidiano, está longe de permitir-lhe a compreensão dos adversários externos que terá de enfrentar: a concorrência selvagem do mercado, a perseguição das instituições controladas e/ou condicionadas pelo grande capital, a ausência de apoios institucionais eficazes etc. etc.

Vale aqui a máxima construída pela experiência das incubadoras que diz haver dois pilares fundamentais da construção de iniciativas de economia solidária: viabilidade econômica e solidariedade interna. A primeira é construída a partir de condições concretas: viabilidade de mercado, conhecimento técnico profissional adequado em produção, gestão e comercialização, acesso a crédito etc. A segunda é resultado de uma complexa construção subjetiva, que envolve confiança mútua, emulação permanente, espírito comunitário, construção coletiva de planos futuros, repartição dos sonhos etc.

Tomemos como exemplo as políticas de infra-estrutura da agricultura e dos assentamentos de reforma agrária. Consideremos quatro situações distintas:

1. o governo desapropria terras e as entrega aos trabalhadores rurais, pura e simplesmente; o governo desapropria terras, garante o crédito necessário ao investimento e financia cursos de qualificação no período inicial de assentamento, abandonando os agricultores à própria sorte, após;
2. o governo desapropria terras, garante o crédito e, em seqüência, um serviço de extensão rural capaz de acompanhar tecnicamente os empreendimentos por um largo tempo até que os agricultores possam tocar sozinhos seus negócios;

3. para além de tudo previsto na letra “c”, o governo propicia, aos agricultores, formas coletivas de organização, que potencializem a escala de sua produção e sua competitividade no mercado.

Claro está que em cada uma dessas situações, a chance de sobrevivência do empreendimento agrícola é totalmente diferente. E tudo isto vale para as iniciativas de economia solidária, tomadas (cada uma) na comparação com uma unidade produtiva de uma família de agricultores. Em outras palavras:

1. organizar os trabalhadores, social e politicamente para a economia solidária, sem lhes oferecer os recursos materiais e técnicos necessários aos seus empreendimentos, é como lhes oferecer um quinhão de terra e mais nada;
2. da mesma forma, oferecer conhecimento técnico e crédito sem um acompanhamento permanente das iniciativas, capaz de dar concretude àquilo que os trabalhadores “aprenderam” nos cursos, significa abandoná-los à própria sorte, tão logo recebam suas ferramentas, sobre as quais mal foram informados sobre suas possibilidades de uso;
3. oferecer a esses trabalhadores instrumentos técnicos, sem revolucioná-los culturalmente, no sentido da solidariedade, significa apenas mostrar-lhes possibilidades intangíveis para suas condições concretas;
4. ajudar a constituir iniciativas sem alertá-las da necessidade de se organizarem politicamente para os enfrentamentos a que estarão sujeitas, é permitir que o peso da institucionalidade e do mercado atuais possam cair sobre elas sem qualquer impeditivo, sem qualquer anteparo que lhes permita resistir ao moinho satânico da “livre economia”.

Outra vez, trocando em miúdos.

O programa gaúcho, no nosso entender, não foi capaz, nesses anos, de oferecer condições técnicas adequadas para o crescimento das iniciativas apoiadas. O trabalho de articulação e organização dos grupos, feitos a partir de demandas organizadas nas próprias comunidades, e potencializados pela ação política dos monitores da Anteag, permitiu a formação de laços concretos de solidariedade entre os trabalhadores das iniciativas. Foi esta ação que levou à sua auto-organização, inclusive, na busca de uma central de cooperativas populares. Entretanto, sua ação formativa foi tardia e insuficiente, e neste momento enfrenta gravíssimos problemas em meio à transição de um formato a outro.

O programa paulistano, por outro lado, padece de fragilidades tão ou mais perceptíveis. Em primeiro lugar, suas iniciativas não nascem de grupos constituídos a partir de identidades subjetivas, de solidariedade previamente construída. São apenas agrupamentos de pessoas atendidas pelos demais programas e que, perseguindo o objetivo comum de escapar do desemprego, encontram-se sob um mesmo teto, numa sala de curso. Em segundo lugar, ainda que esses agrupamentos obtenham coesão suficiente para o

estabelecimento de uma iniciativa, a abstração da sala de aula, quando colocada em funcionamento prático – por mais preciso que tenha sido a utilização dos métodos da educação popular e de jovens e adultos –, necessita de ajustes, de correções, de ações concretas a partir de conhecimento técnico com mais acúmulo e mais experiência.

O programa gaúcho parece ser eficaz na política e insuficiente na técnica. O programa paulistano, infelizmente, parece insuficiente em ambos.

Elementos para uma estratégia eficaz de política pública em economia solidária

Infelizmente, uma discussão como a proposta pelo título desta seção não deveria ser objeto de umas poucas páginas de um “esboço de artigo”. Menos ainda, sem realizarmos a estratégica discussão sobre os limites e as possibilidades da economia solidária na conjuntura atual. Ainda assim, não poderíamos nos furtar de pontuar alguns elementos que permitam uma reflexão mais apurada do tema, que permitam explicitar hipóteses, e assim permitam ao leitor do texto uma posição crítica em relação às nossas observações.

Em primeiro lugar, queremos reafirmar os elementos que – nas condições atuais – são *sine qua non* para a consolidação de iniciativas de economia solidária, a saber: viabilidade econômica e solidariedade interna.

Políticas públicas nessa área, portanto, devem potencializar esses elementos no interior das iniciativas. Antes de mais, portanto, independente da avaliação que se faça do papel da economia solidária, deve-se considerar que suas condições de sucesso são tão improváveis (dado o ambiente hostil do mercado) que, ou o seu programa se constitui num complexo de subprogramas que levam água ao seu moinho, ou ele está fadado a um mero ensaio de política de apoio.

É preciso dar um tratamento adequado, então, aos elementos que compõe a estratégia de ação. Também é sempre bom lembrar que os recursos públicos não são infinitos, e portanto não é possível imaginar formas de ação ancoradas em gastos públicos cujo recurso não existe e nem existirá.

Então, partiremos de um conjunto de observações que buscam articular, na medida do possível, os “acertos” presumidos em ambos os programas, procurando reduzir as “margens de erro” (igualmente presumidas, é claro).

Os Objetivos Perseguidos

Certamente, quaisquer que sejam os objetivos estratégicos e/ou de longo prazo, de uma política pública para a economia solidária, a sobrevivência das iniciativas coloca-se como prioridade número 1.

Se tomarmos os pilares já sugeridos de construção de iniciativas (a saber: viabilidade econômica e solidariedade interna) parece claro que todo o programa deverá ser orientado a partir destes pilares e dos princípios da

economia solidária (recordando: ação coletiva, abolição do assalariamento, autogestão e inserção cidadã).

Além disso, é sempre preciso não perder de vista a tipologia do público a que se destina a política pública e garantir um processo de avaliação permanente por todos os atores envolvidos: grupos das iniciativas (público alvo), agentes governamentais, movimentos sociais, agentes executores. A experiência do Fórum de Economia Solidária, incorporada pelo Comitê de Gestão da SDTS de São Paulo, é um ótimo exemplo disso.

Finalmente, o objetivo do programa deve ser, parece então, a capacitação técnica adequada ao conjunto dos trabalhadores cooperados para o exercício profissional e da gestão coletiva dos empreendimentos.

Um Método Adequado

O método de treinamento de trabalhadores desempregados e desescolarizados a partir de cursos constituídos especialmente para esse fim não parece, de fato, o mais adequado. Tal afirmação parte das experiências das incubadoras tecnológicas ou universitárias de cooperativas populares (ITCP's), bem como do acúmulo de discussões de avaliação dos programas de formação profissional que são executados a partir do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ainda que os cursos sejam operados a partir de metodologias de educação popular de jovens e de adultos (o que, aliás, nem sempre é o caso), a separação tradicional da escola entre teoria e prática é ineficaz neste ambiente. Os níveis de capacidade de abstração são muito heterogêneos e ainda que a metodologia aplicada possa construir relações coletivas de construção do conhecimento, à medida que os trabalhadores enfrentam problemas concretos sua tendência é repetir mecanicamente os ensinamentos, uma vez que – por conta de sua baixa escolarização – tendem a absorver as técnicas de procedimento, ao invés dos conceitos que as instrumentalizam.

A existência de uma remuneração compensatória durante o curso⁹⁵, sem dúvida, ajuda a reduzir minimamente a evasão, mas pode também se constituir em fator de desagregação se um grupo significativo de alunos passar a frequentar as aulas apenas em função da bolsa.

Por isto, o acompanhamento continuado das experiências é essencial para que o *modus operandi* da economia solidária – tanto da produção econômica, quanto da autogestão – sejam incorporados pelos trabalhadores.

Justamente por isto, o modelo dos programas deveria estar mais próximo daquele das incubadoras de empresas, que dos cursos de qualificação profissional. Em outras palavras, é necessário construir incubadoras de cooperativas e não programas de formação. A incubadora é o próprio programa

⁹⁵ No caso dos programas da SDTS-SP, todos os programas de formação garantem bolsas em dinheiro (de valores um pouco superiores ao salário mínimo) aos participantes.

de formação, diferenciado e adequado para esse caso. Poder-se-ia questionar se isto não tornaria inviável financeiramente o programa, mas procuraremos demonstrar, logo abaixo, que não apenas não oneraria os cofres públicos, mas garantiria uma eficácia muito superior ao programa, mesmo para uma política de massificação de sua execução.

A incubação das cooperativas, deste modo, deveria ser tecnicamente separada do processo de organização da demanda, uma vez que constituem etapas distantes (se bem que não estanques) do processo.

Tanto no caso do Rio Grande do Sul como da Prefeitura de São Paulo, os métodos dos programas trabalham com uma unidade entre “construção da demanda” e “atendimento da demanda”. Não vemos nenhum problema nisso, desde que as entidades envolvidas no processo tenham uma clara percepção do que isso representa e estejam devidamente preparadas e experimentadas para ambos os tipos de procedimentos. Em outras palavras, algumas experiências têm sido temerosas quando entidades sindicais se encarregam, por exemplo, de estruturar programas de educação profissional, ou mesmo universidades se arrogam o dever de organizar comunidades politicamente...

Por outro lado, o encaminhamento de trabalhadores que buscam outros programas compensatórios do Estado para programas de economia solidária, pode ser positivo desde que se compreenda (e se explique) que a demanda deve ser apresentada coletivamente – como grupo – e não individualmente.

A demanda a ser atendida e sua “construção”

A economia solidária, como já afirmamos, exige um alto grau de coesão interna nas iniciativas, o que demanda uma longa e paciente construção da unidade intersubjetiva de seus partícipes. Se eles compartilham (compartilharam) o mesmo ambiente de trabalho, meses e anos a fio (como no caso das empresas atendidas pela Anteag), ou se são vizinhos e compartilham os mesmos problemas em relação ao atendimento dos serviços públicos e se organizam em torno dessas lutas, ou mesmo se constituem uma célula religiosa comum, há uma construção prévia dessa relação intersubjetiva que pode (pode!) garantir a solidariedade interna necessária à consecução da demanda. Parece claro, entretanto, que o que solidifica as relações é a construção concreta de um objetivo unitário, que se materializa na relação recíproca: um trabalho, uma ação coletiva, um mutirão etc. A sala de aula poder ser esse espaço, mas certamente não é o mais privilegiado: de alguma forma ela representa um espaço social abstraído das demais relações cotidianas, sobretudo para o público alvo das políticas públicas de economia solidária.

Neste caso, não há uma distinção entre “construção” e “atendimento” da demanda. É o método adotado até aqui pela Prefeitura de São Paulo. Ou seja: a existência de um espaço de “preparação para o trabalho” já significa a formação de uma expectativa do demandante em relação ao seu atendente: “depois do curso, poderei (ou não) me empregar”.

O trabalho da Anteag no Rio Grande do Sul era fundamentalmente distinto. Ao receber demandas, os monitores tratavam de construir um processo de familiarização entre os grupos demandantes e a idéia da economia solidária, avaliando as reais possibilidades do grupo em torno de sua auto-organização: coesão interna, existência de lideranças ativas, espaço democrático de discussão etc. Havia uma intervenção que insistia na relação entre benefícios e riscos de um empreendimento, buscando preparar os grupos para as vicissitudes do processo.

Esse processo de “construção da demanda”, portanto, se bem articulado, é – antes de qualquer coisa – um fruto da auto-organização das comunidades e dos trabalhadores. Ele é mais demorado, mas não menos massivo; corre-se o risco de ter uma demanda manipulada por interesses políticos de lideranças comunitárias, mas reforça-se por outro lado o papel das entidades já organizadas, tensionando a relação entre comunidade e dirigentes corruptos e reforçando a unidade entre representantes efetivos; por fim, permite-se a ação concreta das agências governamentais e não-governamentais em torno de sua relação com as comunidades. Daí a demanda passa a ser uma canalização das organizações populares, ao invés de uma construção *ex-ante* do poder público em relação às comunidades.

Objetivamente, estamos falando em impulsionar a apresentação de demandas a partir das organizações sociais, e não a partir da simples apresentação individual, como acontece por exemplo, nos programas do Ministério do Trabalho/FAT.

Além disso, é essencial – repetimos sempre! – que as iniciativas tenham condições de viabilizar-se economicamente. Isto significa a necessidade de uma consecução técnica em relação aos grupos formados. Isto é: a partir da identificação de potencialidades subjetivas nos grupos a serem atendidos, é necessário avaliar as potencialidades econômicas do grupo em função das possibilidades de empreendimento: facilidades de acesso ao mercado, capacitação/experiência profissional anterior por parte de seus componentes, viabilidade de realização do produto etc. etc.

É neste momento que se inicia a transição do trabalho político de “construção da demanda” para o trabalho técnico de “incubação do empreendimento”.

As Agências Executoras

Se não é viável ao poder público a contratação de um corpo numeroso de servidores públicos para o atendimento do programa⁹⁶, é essencial que as agências executoras tenham as condições técnicas e políticas necessárias para o desenvolvimento do processo de incubação. Isto significa que estas agências devem possuir um corpo técnico que:

1. esteja comprometido com os princípios da economia solidária;

⁹⁶ Talvez não fosse mesmo desejável isto, uma vez que a dinâmica do programa exige um tipo de postura desalienada que nem sempre é compatível com a estrutura burocrática do funcionalismo público. Ainda assim, isto deve ser objeto de avaliação dos dirigentes.

2. possua a diversificação técnica necessária para capacitar os cooperados aos *fundamentos* nas áreas de conhecimento necessárias para o funcionamento de iniciativas de economia solidária: gestão democrática e participativa; dinâmicas de grupo fundadas na solidariedade; direito do trabalho, comercial e civil; administração e engenharia de produção; contabilidade; fluxo de comunicação interna; propaganda e marketing; conhecimentos especializados no ramo específico de trabalho da iniciativa; formação política; elevação da escolaridade formal; aperfeiçoamento tecnológico do empreendimento.

É claro que este conjunto de conhecimentos oferece níveis distintos de aprofundamento. Chamamos atenção para o termo “fundamentos”. O que queremos dizer é que qualquer empresário tem noção de que o sucesso do seu empreendimento depende do domínio que ele e seu corpo técnico tiverem sobre esses conhecimentos. Numa cooperativa popular é necessário que cada trabalhador perceba a totalidade das áreas necessárias ao bom funcionamento da empresa; compreenda a necessidade da especialização do trabalho sem perder a noção e a clareza do todo e saiba que é preciso buscar o conhecimento alheio ao empreendimento sempre que for necessário.

Não são apenas as universidades as instituições capazes de atender a tais exigências. Muitas das agências ligadas à economia solidária – Anteag, ADS-CUT, Cáritas etc. – já há tempo compreenderam esta necessidade e compuseram seus corpos técnicos para atender suas demandas específicas. E todas elas, certamente, tiveram alguma inspiração do MST, que fez isto ainda na década de 80.

Uma Metodologia Apurada

A metodologia de incubação de cooperativas populares, por outro lado, já é algo experimentado tecnicamente por várias universidades⁹⁷ e por algumas incubadoras de prefeituras municipais, como é o caso de Santo André.

Entretanto, os resultados mais expressivos foram alcançados a partir de uma metodologia que (1) estabelece fases diferenciadas de incubação, (2) trata o processo como ação continuada e (3) incorpora em seu modo de operação os princípios e métodos da educação popular de jovens e adultos. As características principais dessa metodologia específica, e que consideramos a mais adequada, são as seguintes:

1. a ação de incubação ocorre no lugar de origem da cooperativa, desde o início até o final;

⁹⁷ A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, abriga o Programa “Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares”, da qual fazem parte 15 incubadoras de universidades do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Os resultados mais expressivos, em número de incubações, são da UFRJ, USP, UFC e Unisinos. Além disso, como já foi citado, a incubadora da UCPel realiza um projeto piloto em parceria com a Anteag. Entretanto, não há uma metodologia unificada, há problemas de articulação interna e os resultados são dispares entre as incubadoras.

2. na primeira fase (aproximação), a incubadora avalia as condições subjetivas de funcionamento do grupo e a viabilidade econômica dos negócios sugeridos, além de trabalhar internamente o grupo em função dos limites e das possibilidades das iniciativas;
3. na segunda fase (estruturação), um corpo de técnicos da incubadora⁹⁸ trabalha diretamente junto ao empreendimento, prestando assessoria nas áreas necessárias à sua regularização e início de funcionamento;
4. na terceira fase (formação), o mesmo corpo de técnicos organiza cursos em que as áreas de conhecimento envolvidas na incubação são objeto de discussão em seus conceitos e procedimentos;
5. na quarta fase (desincubação), os técnicos se distanciam paulatinamente do empreendimento, prestando apenas consultorias pontuais para os empreendimentos, até sua definitiva “graduação”;
6. as áreas de conhecimento envolvidas no processo são as mesmas citadas mais acima (ver “As agências executoras”).

O Financiamento do Programa

Logicamente, a contratação de equipes técnicas por parte das entidades executoras exige dispêndio em recursos humanos e no seu treinamento. Além disso, o sistema de bolsas oferecidas aos treinandos, utilizado pela SDTS/SP, por exemplo, significa um aporte importante de recursos, sobretudo quando os empreendimentos ainda não estão estruturados e seus participantes necessitam subsistir enquanto realizam sua preparação.

Não nos parece, porém, que a alteração de método proposta possa redundar diretamente em acréscimo de custos no programa, embora certamente seus resultados fossem superiores. Cada equipe de técnicos (6 a 8), se bem coordenada e atendendo empreendimentos geograficamente próximos, pode atender de 5 a 7 cooperativas, atuando em jornada de dois turnos.

Seria possível que os próprios rendimentos das cooperativas participassem, em alguma medida, do financiamento da incubação a partir de alguma das fases propostas, e à medida que uma determinada margem de faturamento permita. Isto só é possível, é claro, às iniciativas que já houverem concluído sua incubação e que possam contribuir com o programa sem afetar seu ponto de equilíbrio econômico.

⁹⁸ No caso das incubadoras universitárias, a composição desse corpo de técnicos varia conforme cada incubadora. Em algumas, ele é formado por técnicos contratados pelo projeto e em outras é composto por estudantes-estagiários. As equipes da UCPel, por exemplo, são compostas por estudantes dos cursos de administração, contabilidade, direito, relações públicas, serviço social, psicologia, pedagogia e da área técnica do ramo da cooperativa (ecologia, ou engenharia, ou farmácia e bioquímica etc.).

Mas o mais importante é compararmos os custos de um programa hipotético como este em relação aos investimentos e resultados de programas como o Planfor/FAT, que despende cerca de R\$ 500 milhões por ano em treinamentos e que tem sido objeto de crítica permanente de todos os avaliadores responsáveis.

Da mesma forma, podemos comparar os custos de incubação de cooperativas com os custos das incubadoras de empresas, cujas empresas, segundo os dados da própria Anprotec (Associação Nacional de Programas de Incubação Tecnológica de Empresas), geram em média 4 (quatro) empregos.

Os recursos para um programa de incubação em escala efetiva só podem ser considerados “caros” se não se levar em consideração seus resultados em comparação a outros programas de combate ao desemprego. Ou, em outras palavras: isto depende da coragem dos governos em afirmar a economia solidária como alternativa real e válida para o desemprego.

As Ações Políticas de Institucionais de Apoio

Um conjunto de subprogramas pode e deve ser agregado ao programa-eixo de incubação, multiplicando as potencialidades de sucesso. Algumas sugestões:

1. Espaço físico de incubação – é possível, dependendo das características dos empreendimentos, que um mesmo galpão possa abrigar várias cooperativas; o mais importante, porém, é que se dê acesso a um endereço fixo para as cooperativas a fim de que possam operar legal e regularmente, o que pode ser obtido a partir de uma simples salinha num espaço comum qualquer.
2. Escritório unitário de apoio e fomento – é possível também a estruturação de escritórios comuns que tratem da infra-estrutura mais pesada de funcionamento das cooperativas: acesso a crédito, estrutura de vendas, marketing, encaminhamento de projetos de pesquisa tecnológica a universidades, instituições de pesquisa etc.
3. Redes e espaços físicos de comercialização – “lojas” ou “shoppings” da economia solidária, como o de Santa Maria (RS).
4. Articulação econômica das iniciativas – organização de *clusters* e de redes de negócio, articulação de compras coletivas intercooperativas; formação de *cluster* e encadeamento de cadeias produtivas; informatização das iniciativas; instituição de “selos de qualidade” e de autenticidade dos produtos da economia solidária; contatos para exportação etc. etc.
5. Ações institucionais combinadas entre governo e iniciativas – no sentido de produzir alterações legislativas e de estrutura do executivo em relação à economia solidária.

As Avaliações

Por fim, a dinâmica de avaliação dos programas deve ser repensada longe da metodologia de avaliação que vem sendo empregada recorrentemente pelos governos da União Européia e adotados como modelo pelo Brasil após o advento do atual governo.

A existência de um comitê gestor, como o empregado pela SDTS/SP pode alterar esse quadro, à medida que seus vários segmentos obtenham os recursos necessários para a realização de vários projetos de avaliação, enfocados conforme suas expectativas em relação ao programa e que sirvam exclusivamente como dados auxiliares, já que a avaliação do programa deve ser essencialmente política, realizada permanentemente pelos gestores.

Conclusão

Políticas públicas de apoio à economia solidária são fundamentais. Elas são uma conquista do movimento social da economia solidária, que é a outra face do fenômeno econômico.

As experiências realizadas até o momento são de excepcional valia, mas já não são inovadoras e eventualmente cometem erros que poderiam ser evitados se o debate sobre o tema não fosse tão severamente discriminado no interior de governos, sindicatos e universidades.

Independentemente do caráter estratégico de cada programa, as iniciativas – que são em si as pessoas que as compõem – merecem a chance de sobreviver, elevando a qualidade de vida de seus participantes. Portanto, as políticas públicas para o setor devem ser compostas com a seriedade técnica e os recursos necessários que a situação exige, igualando os programas de governo que são “realmente levados a sério”, como por exemplo programas de exportação, de qualidade empresarial ou de incubadoras empresariais.

Se o que falta aos empreendimentos de economia solidária – além da necessária estrutura de capital, é claro – é qualificação técnica, esta deve ser pensada a partir da situação específica do seu público alvo, que é distinta da cultura da escola formal, que é típica das classes sociais abastadas. Experiências a esse respeito já existem. Várias aliás. Mas precisam ser difundidas, avaliadas e implementadas adaptadamente a cada realidade.

Por fim, é sempre necessário lembrar que tudo é processo, que tudo é aprendizado e que o melhor debate é aquele em que todos ganham.

Como inspiração final, podemos dizer que na conjuntura em que vivemos, as palavras de Vladimir Maiakovski podem soar quase como um hino para todos aqueles que apostam na economia solidária:

“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas.”

V.M

Referências Bibliográficas

- ADS-CUT. Sindicalismo e Economia Solidária. SP: Central Única dos Trabalhadores, 1999.
- ANTEAG. Autogestão – Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.
- ARVON, Henri. Que sais-je? L'Autogestion. Paris: Presses Universitaires, 1980.
- AZEVEDO, Regina. A Produção Não Capitalista – uma Discussão Teórica. Porto Alegre: FEE, 1985.
- CORAGGIO, José. “El trabajo desde la perspectiva de la Economía Popular”. In: Economía Popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local. Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS, 1998. Internet: <http://www.fronesis.org/public2.htm>
- CRUZ, Antonio *et alii*. Uma experiência de construção de incubadora de cooperativas populares em uma universidade privada no Brasil. Comunicação à 2ª Conferência da Work and Labour Network. Rio de Janeiro: 2000.
- DAL RI, Neusa *et alii*. Economia Solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- GAIGER, L. I.; BESSON, M.; LARA, F. e SOMMER, I. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura, n.º 15. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Estratégia de Desenvolvimento Econômico. Porto Alegre: Governo do Rio Grande do Sul, 2000.
- GUIMARÃES, Gonçalo *et alii*. Integrar Cooperativas. São Paulo: CUT/Unitrabalho, 1999.
- GUIMARÃES, Gonçalo *et alii*. Sindicalismo e Cooperativismo – A Economia Solidária em Debate. São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- MORAES, Carmem Sylvia *et alii*. Diagnóstico da Formação Profissional – Ramos Metalúrgico. SP: CNM-CUT/Unitrabalho, 1999.
- PINHO, Diva Benevides. Economia Informal, Tecnologia Apropriada e Associativismo. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE. Programa Oportunidade Solidária – Soluções para o Cidadão. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo: 2001.
- SIMÃO, Vilma. Desemprego e Sobrevivência – Alternativas de Trabalho. Blumenau: Edifurb, 2000.
- SINGER, Paul. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo*. In: Proposta – Revista Trimestral de Debates. São Paulo: FASE, 1997.
- SINGER, Paul. Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. Uma Utopia Militante. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.) *et alii*. A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego. SP: Contexto, 2000.
- SAUL, Ana Maria *et alii*. Avaliação do PLANFOR: uma Política Pública de Educação Profissional em Debate. SP: Unitrabalho, 1999.